

ANA CLAUDIA DE JESUS BARRETO

**O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE:
ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra Elizete Menegat

Juiz de Fora, MG

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Barreto, Ana Claudia de Jesus.

O lugar dos negros pobres na cidade : estudo na área de risco do bairro Dom Bosco / Ana Claudia de Jesus Barreto. – 2010.

135 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Pobreza – Aspectos sociais – Juiz de Fora (MG). 2. Negros – Condições sociais. 3. Habitação – Aspectos sociais. I. Título.

CDU 339.12:301(815.1)

ANA CLÁUDIA DE JESUS BARRETO

**O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE:
ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO**

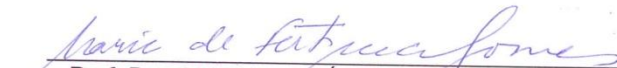
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em, 30 de Setembro de 2010.

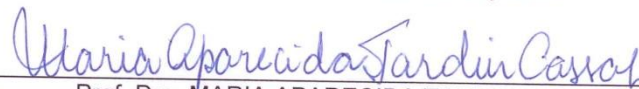
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. ELIZETE MENEGAT (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dra. MARIA DE FÁTIMA CABRAL MARQUES GOMES
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dra. MARIA APARECIDA TARDIN CASSAB
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho a todas as pessoas negras e pobres que fizeram parte do meu universo de atendimento na Defesa Civil e a memória dos negros escravizados que resistiram de alguma forma à opressão e à violência.

AGRADECIMENTOS

A razão maior da minha existência: Deus, por ter me inspirado a buscar o caminho do aprendizado para entender melhor a dinâmica e a engrenagem da vida.

Aos meus familiares: meu porto seguro, sem eles não seria uma pessoa melhor.

A Miriam pelo estímulo, paciência e compreensão nos meus momentos de estudo.

A cada professor que de alguma forma contribuiu para meu desenvolvimento intelectual. Em especial, à Prof^a Elizete Menegat que me ensinou com simplicidade e simpatia a olhar com outros olhos a realidade tão complexa, dura e pobre, objeto do meu trabalho como assistente social.

Aos meus colegas de trabalho na Defesa Civil, que contribuíram de alguma forma na construção desse trabalho, bem como às pessoas atendidas durante esses seis anos, que me levaram a querer entender a construção da pobreza e violência que vivenciam.

A cada morador do Dom Bosco: Joaquim, Isaias, Darcila, Laureana, Dona Geralda, Ormino que atenderam com paciência, abrindo a porta de suas casas para contar um pouco de sua história de vida e a do bairro. Aqueles que fizeram parte desta pesquisa: Aparecida, Araguaci, Cristiane, Cristiana, Cléia, Fátima, Juliano, Maria José, Heloisa, Mariza, Maria do Carmo, Maria Isabel, Nilza, Patrícia, Samir e Vanderlei. Mostraram como é difícil ser negro e sobreviver numa sociedade marcada pelo racismo e desigualdade social.

Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Imiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça e mulheres, por seu sexo. (Marcio Pochmann. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2008)

RESUMO

Para entender o processo de inserção da população pobre e negra no espaço urbano é necessário ir às origens da nossa formação socioeconômica. O sistema escravocrata, que fez parte desse processo, utilizou a mão-de-obra negra africana para produzir riqueza, deixando suas marcas profundas na nossa sociedade. Ao serem libertados os ex-escravos, não tinham muitas opções de trabalho e nem terra para produzir e morar. A não ser permanecer nas fazendas ou se aventurar nas cidades em busca de melhores condições de vida. Contudo, o estigma da cor e da escravidão deixou raízes profundas que perduram até o momento. A raça negra, ainda ocupa as funções menos qualificadas, o nível de escolaridade ainda é baixo, recebem os menores salários e o local que resta para morar são precários, seja nas favelas, nos cortiços e, hoje, nas denominadas áreas de risco ambiental. O presente trabalho propôs estudar a população moradora de área sujeita a escorregamento de terra na cidade de Juiz de Fora - MG e para tanto foi escolhido o bairro Dom Bosco, a fim de analisar a trajetória de vida, a luta por um lugar para morar, a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental em que os descendentes de escravos, moradores daquele bairro estão expostos.

Palavras-Chaves: Escravidão. Área de risco. Pobreza. Vulnerabilidade. Negros. Desastres. Habitação.

ABSTRACT

To understand the process of inserting the black poor population in urban areas is necessary to go to the origins of our socioeconomic formation. The slave system, which was part of that process, we used the manpower black African to produce wealth, leaving its mark deep in our society. Upon being freed former slaves, did not have many job options and no land to grow and live. Unless staying on farms or to venture into the cities in search of better living conditions. However, the stigma of color and slavery left deep roots that persist to date. The blacks, still occupies the less skilled tasks, the educational level is still low, receive the lowest wages and the place is left to live are poor, whether in the slums, tenements, and today in areas of known environmental risk. This study proposed to examine the resident population of area subject to land slip in the city of Juiz de Fora - MG and was chosen for both the neighborhood Don Bosco, in order to analyze the trajectory of life, the struggle for a place to live, the socioeconomic and environmental vulnerability in which the descendants of slaves, that neighborhood residents are exposed.

Key Words: Slavery. Risk area. Poverty. Vulnerability. Blacks. Disasters. Housing.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – ESCRAVOS E DESCLASSIFICADOS SOCIAIS: O DIFÍCIL ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA	
1.1 O acesso à terra no período colonial: da doação à compra	13
1.1.1 Escravos e desclassificados sociais.....	17
1.2 Trajetórias dos libertos após a abolição.....	20
1.2.1 Depois da escravidão: discriminação racial e exclusão das formas legais de acesso à propriedade da terra em Juiz de Fora	23
CAPÍTULO 2 – VULNERABILIDADE SOCIAL, ÁREA DE RISCO E POPULAÇÃO ATINGIDA	
2.1 Notas sobre a questão habitacional em Juiz de Fora	28
2.2 A sinergia destrutiva: desastres naturais X vulnerabilidade socioeconômica	35
2.3 O outro lado de Juiz de Fora: risco e inadequação, quem se importa com isso?	44
2.4 O lugar dos negros na cidade: levantamento populacional e étnico nas áreas de risco físico em Juiz de Fora	57
CAPÍTULO 3 - DOM BOSCO: UMA COMUNIDADE DE NEGROS EM ÁREA DE RISCO	
3.1. Desigualdades sócio-raciais e segregação urbana	59
3.2. Levantamento populacional e étnico nas áreas de risco do Bairro Dom Bosco	67
3.3. Dom Bosco: histórias de uma comunidade de negros em área de risco	71
3.4 Perfil socioeconômico da população estudada	81
3.5 Trajetórias de vida de moradores do Dom Bosco	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	106

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado das minhas inquietações e questionamentos no decorrer da prática profissional como Assistente Social da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Durante 6 anos atendi e aprendi a lidar com uma população específica: morador de área de risco ambiental. Essa aproximação com os moradores se deu em decorrência dos escorregamentos de terras, inundações, desabamentos de moradias ou devido à busca destes junto a Defesa Civil, para atender uma necessidade habitacional, como material de construção, reparos na moradia etc.

À medida que os anos foram passando minha angústia e inquietação foi crescendo, junto com a falta de resposta para essa população, que todo o ano sofre com as chuvas. A paisagem nunca muda: família que precisa sair de casa e não tem para onde ir, restando como única saída ficar em abrigo público. A destruição do sonho de ter conseguido, com muito custo, construir uma moradia, ir literalmente terra abaixo. A perda de parentes e amigos que foram soterrados. Gente aflita buscando solução para o problema da moradia e, o único recurso que a Prefeitura oferece é o auxílio-moradia, colchões, cestas básicas, cobertores e telhas.

Uma cidade que tem 7% dos seus habitantes morando em áreas de risco, o que representa 35.986 moradores, reflete o crescimento das habitações situadas em áreas sujeitas aos desastres ambientais, onde a chuva passa a ser a reveladora do caos urbano das médias e grandes cidades brasileiras. A cada ano cresce o número de vítimas das tragédias que poderiam ser evitadas, caso houvesse interesse em construir cidades mais seguras.

No decorrer da minha reflexão sobre a construção do objeto de estudo juntamente com minha orientadora, a prof^a Elizete Menegat, comecei a perceber o que me interessava era estudar sobre as pessoas que moram nas áreas de risco e acabei enxergando que são os negros, as pessoas que com maior frequência atendo na minha prática profissional.

Por esse motivo o presente trabalho não pretende apenas discutir sobre os desastres ambientais, que a população pobre está exposta, devido sua vulnerabilidade socioeconômica, mas ousar em falar, trazer a reflexão, ao consciente quem são esses sujeitos, senão os afrodescendentes, que carregam a marca do preconceito, o estigma da cor e uma trajetória de vida oprimida e submissa na sociedade. São os negros, que ainda estão nos piores lugares,

tanto no campo do emprego, com baixos salários e pouca escolaridade, como nas cidades ocupando as favelas e as áreas de risco físico, sem acesso a uma moradia adequada para viver.

E para entender esses processos foi necessário retroceder no tempo, fazer uma viagem às raízes da nossa história e somente nela encontramos as causas do presente. Devido um desvio de rota, os “*aventureiros*” topam com um território com grandes possibilidades de extrair riquezas e assim o fizeram por largo tempo. Projetado inicialmente para ser uma colônia para exportar matérias-primas ou metais preciosos, o tempo foi estabelecendo outros rumos, como o povoamento e as largas doações de terras pelo rei, aqueles que tivessem condições de explorá-la. E assim tudo começou...

O primeiro capítulo aborda sobre a formação do Brasil Colonial, a sua função enquanto fornecedor de recursos naturais, que favoreceu a acumulação capitalista primitiva nos países europeus. Para Caio Prado Jr. desde o início a função da Colônia brasileira era exportar o ouro e os produtos raros na Europa, e foram como “*traficantes*” que os portugueses, holandeses e espanhóis aqui chegaram, com o objetivo de explorar a riqueza da nova terra “*invadida*” e não descoberta. Não se descobre um lugar que já é ocupado e habitado por uma população constituída de índios que foram submetidos aos interesses mercantilistas, mas devido sua resistência e inadaptação ao sistema produtivo estabelecido na colônia, essa mão-de-obra foi descartada e substituída pela africana.

Outro aspecto abordado é o sobre o acesso a terra – da doação a compra. No início não havia interesse em povoar a Colônia, quando foi despertada a estratégia militar de povoamento para impedir a invasão por outros países. O sistema de doação foi baseado nas experiências portuguesas em outras empresas coloniais. Foi implantado o sistema das Capitanias Hereditárias, onde o rei concedia grandes extensões de terras aqueles que possuíam condições de explorar, os chamados donatários que possuíam poderes para elaborar leis, produzir e distribuir terras, e somente eram concedidas aqueles que detinham poder econômico para produzir e fundar engenhos para produção de açúcar, assim, os senhores de engenhos formaram a primeira elite econômica e política do Brasil. A partir de 1850, quando surgiram os primeiros sinais da abolição da escravatura e a iminência da chegada dos imigrantes, os grandes proprietários de terras se mobilizam e estabelecem a Lei de Terras (601/1850) como o mecanismo de inibição de acesso a terra. Representando, não apenas a legalização da propriedade das terras, mas, também, a limitação do seu acesso aos ex-escravos

e imigrantes, bem como aos sesmeiros e posseiros que obtiveram o direito de uso da terra, mas, não o direito de comercializá-la.

A escravidão africana tornou-se um meio altamente lucrativo, a mão-de-obra era trocada a baixo custo e sem ônus para a produção da cana-de-açúcar, extração do ouro e posteriormente na produção do café. Gerou riqueza, mas não se apropriou e após o processo de abolição, os ex-escravos são lançados na vida livre e o que acontece com eles, sem condições para sobreviver, independente do senhor dos plantéis de café? muitos optam em permanecer nas fazendas, outros se aventuram em conhecer o mundo de fora e encontram dificuldades para se estabelecer, pois o acesso a terra está atrelado ao poder de compra. Livre, mais preso ao mesmo tempo, o negro carrega o estigma da cor e do papel atribuído dentro do sistema escravocrata, que deixou raízes profundas e que estão marcadas nas relações sociais na atualidade. Vale ressaltar que poucos autores se dedicam a estudar as conseqüências morais e sociais sobre a população de ex-cativos, após 1888. Isso representa uma dificuldade para encontrar uma literatura que contribua para o assunto.

O contexto pós-abolicionista é analisado na cidade de Juiz de Fora-MG, tendo como marco a década de 30. Com a crise do café, a população negra migra da zona rural para a cidade, encontrando o espaço central totalmente ocupado, restando morar nos lugares afastados, dando origem a alguns bairros, formando como afirma a historiadora Mônica Oliveira “verdadeiras ilhas”. Por outro lado, é demonstrado o conflito entre duas famílias. De um lado dois sobrinhos do ex-escravo Balbino de Mattos representando os negros e de outro o fazendeiro Antônio Sobreira. O conflito travado entre as famílias, pela posse de terras, encerra-se com a morte dos três personagens.

No segundo capítulo, após contextualizar as bases que determinaram a formação social brasileira, inicia a discussão sobre os desastres ambientais como resultado da conformação do espaço urbano associado à vulnerabilidade socioeconômica, vivenciada por uma população pobre específica, que é a negra. Trata da trajetória da política habitacional nacional e o início da sua implantação em Juiz de Fora, a partir da década de 80. Neste capítulo é socializado dados baseados na experiência e acúmulo de conhecimento no exercício profissional na Defesa Civil, que embasa a hipótese de que os pobres estão inseridos nos piores lugares e que o fenômeno da área de risco, tende a crescer a cada ano, devido a ausência de uma política habitacional voltada para a população de baixa renda e a falta de compromisso do poder

público em reduzir os efeitos dos desastres com medidas preventivas de remoção para locais seguros ou com intervenções urbanísticas no território ocupado.

O terceiro capítulo trata sobre a pesquisa de campo realizada no bairro Dom Bosco, desde a história do seu surgimento, até os dias atuais. O Dom Bosco foi escolhido por ser um bairro que surgiu a partir da ocupação de ex-escravos e seus descendentes saídos das fazendas de café próximas a cidade de Juiz de Fora-MG e, por outro lado trata-se de área de risco, conforme o mapeamento da Defesa Civil. De acordo com o levantamento populacional e étnico realizado no bairro pode-se constatar que 80,7% dos 3.514 entrevistados são negros e pelo perfil dos entrevistados na pesquisa de campo, foi possível verificar a vulnerabilidade socioeconômica que vivenciam. Dos 16 entrevistados 25% estão no mercado informal como pedreiro e faxineira, e metade desses entrevistados recebem 1(um) salário mínimo e a outra metade recebe uma quantia inferior ao salário mínimo. Foi possível encontrar descendentes de escravos e a partir desses contatos surgiu à idéia de construir a trajetória de vida dessas pessoas baseada nos seus relatos, com o único objetivo: detectar que a descendência não somente da cor permanece, mas a violência de outra forma se perpetua. Não mais o castigo das senzalas, agora o de viver em duplo risco – ambiental e socioeconômico e, a culpa não é da chuva...

Para a realização desta pesquisa foi realizada entrevista semi-estruturada com 16 moradores, dentre esses, seis foram removidos, devido escorregamento de talude e entrevistas orais com antigos moradores do bairro. O objetivo foi resgatar os primórdios e as dificuldades encontradas em morar no local sem infraestrutura e serviços públicos adequados. Sem água canalizada, luz de candeeiro, tudo era “trilha” e mato, a população da antiga “Serrinha” que, posteriormente passa a chamar Dom Bosco, venceu a hostilidade do lugar e o descaso público, que após insistência e pedido dos moradores chega à água, luz e asfalto. A outra fonte que subsidiou esta pesquisa foram os dados dos atendimentos do Serviço Social e da Engenharia da Defesa Civil, realizados com a população vitimada pelas fortes chuvas dos períodos de 2000 a 2010.

CAPÍTULO 1 – ESCRAVOS E DESCLASSIFICADOS SOCIAIS: O DIFÍCIL ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA

1.1 O acesso à terra no período colonial: da doação à compra

As grandes navegações exploratórias saídas da Europa rumo à América, que desencadearam a colonização, tiveram como estímulo o desenvolvimento do comércio europeu que, até o século XIV, estava restrito a uma navegação costeira e de cabotagem, limitada ao mar mediterrâneo e ao mar do Norte.

O desenvolvimento da “arte de navegar” impulsionava mudanças nas antigas rotas de ligação do continente europeu. As rotas comerciais passaram a realizar-se, predominantemente, pelo estreito de Gibraltar, que implicou na mudança da expansão ultramarina e no deslocamento do eixo comercial. Do centro expandiu-se em direção aos países que formavam a sua fachada oceânica, como Holanda, Inglaterra, Grã-Bretanha, Normandia, Península Ibérica.

Os portugueses foram os pioneiros das grandes navegações, graças, em parte, à sua posição geográfica. Em busca de novos empreendimentos, alcançaram a África onde descobriram as ilhas Cabo Verde, Madeira e Açores. Seguindo para o Sul, contornaram o continente africano até alcançar o Oriente e, posteriormente, a América, que segundo Prado Jr (1945), não foi para eles senão um obstáculo oposto à realização de seus planos.

Contudo, os portugueses não foram os únicos exploradores das novas terras. Atrás deles vieram os espanhóis, os holandeses, os franceses, os ingleses os dinamarqueses e os suecos. Prado Jr (1945) os denomina de “traficantes”, pois seu único interesse era extrair riquezas para o comércio europeu, garantindo a acumulação primitiva.

A idéia de povoamento não se dá imediatamente. Houve, inicialmente, desprezo pelos territórios “primitivos” e “vazios” que formavam a América, pois o grande foco estava no comércio das especiarias e produtos encontrados no Oriente. Ocupar, para esses “traficantes”, significava defender o território através de funcionários e militares com o intuito de comercializar com os nativos. Com esse objetivo, construíram feitorias comerciais nos moldes de outras empresas praticadas no Mediterrâneo.

O tipo de ocupação realizada nos moldes das feitorias não alcançou os objetivos comerciais, pois as terras brasileiras eram habitadas por primitivos que não tinham nada a oferecer. Tornou-se necessário, então, realizar um povoamento com capacidade para abastecimento, mantendo as feitorias fundadas para a organização da produção dos gêneros que interessavam ao comércio. E, mais uma vez, Portugal saiu na frente, devido às experiências acumuladas nas Ilhas Atlânticas.

Houve diferença no modo pelo qual os colonizadores do mundo ocidental ocuparam as terras inexploradas. O povoamento realizado pelos ingleses nas regiões temperadas foi impulsionado pelas crises político-religiosas e pela transformação econômica iniciada no século XIV, na Inglaterra, com a expulsão em massa dos camponeses tendo em vista a utilização das terras para pastagens de carneiros, cuja lã começava a ser altamente valorizada pela indústria têxtil. No caso de Portugal, como não havia um excedente populacional, dentre outras razões, porque, no século XIV, a peste negra havia dizimado muitas vidas, a saída para cultivar e explorar as novas terras foi a escravização do indígena e, posteriormente, do africano.

Prado Jr (1977), afirma que a essência da nossa formação foi unicamente a de fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamante e, por último, café para o comércio europeu. A partir do interesse eminentemente econômico, surgiu uma sociedade baseada na exploração e tráfico dos seus bens naturais, conquistados pela violência que expropriou os indígenas e escravizou os africanos, trazidos contra sua vontade para produzir riquezas, mas, sem o direito de apropriá-las.

Segundo autores como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, ir às raízes da nossa história é fundamental para entender o presente, marcado, na atualidade, pela imposição da restrição ao acesso à terra aos descendentes de escravos.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas, riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho (HOLANDA, 1971). Essa ousadia custou muito caro a Portugal, que já havia contraído muitas dívidas com as aventuras exploratórias nas Índias. Seus cofres não suportariam novos gastos nas Américas. Portanto, estimularam-se os comerciantes, os aventureiros e “para o comando da empresa, os burocratas adestrados nos negócios do reino e do oriente, burocratas de nobre cepa, militares de experiências e tangidos interiormente pelo sentimento de lealdade ao rei” (FAORO, 2001, p. 137).

A partir de 1534, o reino português realizou, aqui, uma repetição da experiência que havia desenvolvido em outros empreendimentos. Transportou, para a colônia brasileira, o sistema das capitâneas hereditárias, que compreendiam grandes extensões de terras doadas aos donatários, que eram nobres, com serviços prestados ao rei. Essa forma de distribuição de terras pela coroa portuguesa sofreu uma readaptação à realidade brasileira, devido, dentre algumas razões, a grande extensão territorial que não estavam acostumados a administrar¹.

O “capitão e governador” representava os poderes do rei, como administrador e delegado, como jurisdição sobre o colono, português ou estrangeiro, mas sempre católico. As terras eram distribuídas aos moradores, que as deviam cultivar em certo prazo, sob o mesmo espírito da velha Lei das Sesmarias de Dom Fernando (FAORO, 2001, p. 140).

Desde que autorizados pelo rei, os donatários podiam doar terras aos requerentes que tinham um prazo de cinco anos para começar a explorá-la. Se, dentro desse prazo, não ocorresse o estabelecido, pagavam uma multa e as terras deveriam ser devolvidas. A condição essencial para a distribuição de terras era o poder aquisitivo do interessado, que apenas recebia a concessão. Esse sistema ficou conhecido como sesmarias².

Faria (1997), conclui que o acesso a terra era relativamente facilitado. Não ficou restrito àqueles que tinham condições de cultivá-la. Em muitos casos, o interessado instalava-se ao redor do núcleo mais enriquecido, ou mesmo dentro das sesmarias, na condição de moradores agregados ou arrendatários.

Nesse aspecto Costa (1999) analisa que os meeiros e arrendatários eram aqueles que viviam nas áreas pouco produtivas e praticavam a agricultura de subsistência e, por isso, os

¹ As capitâneas foram doadas a homens suficientemente ricos, aos quais cabia a obrigação de trazer pessoas capazes de nela exercerem as atividades necessárias. Seus direitos incluíam a escravização de índios, o recolhimento de impostos pagos em espécie; e a cobrança de uma taxa sobre os produtos da terra, além de parte das rendas da coroa, vintena das pescarias, o monopólio da marinha, moendas de água e quaisquer outros engenhos, o direito da venda do pau-brasil e o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania, competindo-lhes criar vilas e escolher seus administradores.

² A principal perspectiva de aproveitamento dessas terras concentrava-se no plantio de cana-de-açúcar, que naquela época era produto de exportação por excelência, pois praticamente não existia na Europa. Aos donos das sesmarias era vedado negociar com os índios, medida com que se restringia sua influência e se procurava impedir a intromissão de elementos estranhos e porventura instigadores de conflitos nas relações entre portugueses e os naturais da terra.

grandes proprietários permitiam a sua ocupação. Por outro lado, manter sobre seu poder homens livres e escravos como mão-de-obra, garantia prestígio social muito mais do que a acumulação de capital.

Aqueles que estavam dispostos a enfrentar os índios e a lutar contra a selva, podiam se lançar para o interior da Colônia e controlar um pedaço de terra sem valor comercial. Sendo assim, no período analisado, a terra poderia ser ocupada ou doada pelo rei. Os proprietários tinham interesse em obter direitos, por isso recorriam à doação. Aos colonos sem posse para comprar escravos e explorar as terras, apenas restou à ocupação.

No período colonial, portanto, a terra era relativamente acessível àqueles que não tinham riqueza para participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver através da economia de subsistência. Vale ressaltar que a terra também poderia ser adquirida por meio de compra ou herança.

A política de terras e a de mão-de-obra está sempre relacionada e depende, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico (COSTA, 1999). Em meados do século XVI, a política de terras foi redefinida, refletindo os crescentes interesses comerciais da Coroa, que visava povoar a colônia para, além de defender seu território, cultivar os produtos para comercialização na Europa.

Através do então governador geral do Brasil, Tomé de Souza, foi instituído em 1548 o regimento para o acesso a terra, sob ordens da Coroa, para limitar o acesso indiscriminado a qualquer pessoa. A terra ficou restrita para quem possuía condições econômicas para iniciar a produção da cana-de-açúcar e a instalação de engenho de açúcar, bem como para a construção de “fortificações”.

Em 1850, desenhou-se uma nova política para o acesso a terra, quando surgiram os primeiros sinais da abolição da escravatura e a iminência da chegada dos imigrantes. Os grandes proprietários de terras criaram um mecanismo para inibir a propriedade da terra a massa de mão-de-obra escrava, que seria lançada na vida livre e conseqüentemente, buscaria a terra para plantar visando sua sobrevivência, contrariando os interesses da elite agrária.

Foi criada então, em 1850, a Lei de Terras que “expressou os interesses dos grandes proprietários de terras e bem como representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época” (COSTA, 1999, p. 177). A partir de então, os interessados em adquiri-las teriam que comprar do governo. Isso representou, não apenas a legalização da propriedade das terras,

mas, também, a limitação ao seu acesso pelos ex-escravos, imigrantes, arrendatários e meeiros, gente que foi o gérmen da formação social da colônia.

Essa é a linha mestra que pode conduzir à compreensão do palco de lutas sangrentas, seja através de gritos ou em silêncio, que perdura ainda neste século XXI. A origem da colonização deixou sua marca conformada no retrato de um país dos sem chão, sem teto, dos sem nada e daqueles “modernos” moradores situados em áreas de risco, não por opção, mas por ser é a única alternativa que lhes restou.

1.1.1 Escravos e desclassificados sociais

O gérmen da formação social brasileira encontra-se no processo intenso de colonização realizada pelos portugueses a partir do século XVI. Somos, no presente, o resultado do processo exploratório estabelecido para a produção de gêneros e de produtos raros no além mar, não encontrados nas Índias e na África, porque as terras de “cá” eram mais férteis.

Para produzir na colônia, era necessária mão-de-obra específica, aquela sem ônus para o sistema econômico agrário, cuja base era a grande extensão de terra. Inicialmente foi utilizada a indígena, que não foi além daquilo que sabia fazer – extração e pesca. Uma vez confirmada a sua resistência à modalidade de trabalho imposta pelo “branco”, e a não adaptação e aceitação à exploração, surgiu à idéia de utilizar a mão-de-obra africana:

...Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO JR., 1945, p. 12).

A partir do século XVI, a coroa portuguesa iniciou o tráfico de escravos para a colônia brasileira. Introduziu-se, assim, uma nova etnia com seus traços físicos e uma cultura peculiar. Esse braço forte, trazido à força, em troca de fumo e cachaça, gerou riqueza aos colonizadores e aos traficantes.

Trazidos para a cultura do açúcar no nordeste, a exploração do ouro nas Minas Gerais e, posteriormente, nos cafezais, produziu riqueza e não se apropriou dela. Na condição de

escravos, vistos como “objetos”, “coisas” que não tinham alma, foram submetidos aos mais cruéis castigos. Seu destino era servir aos senhores.

Segundo Kowarick (1994), não se sabe ao certo quantos negros foram traficados para o Brasil, mas estima-se que entre 1801 e 1851 aportaram, no Brasil, 1 milhão e 350 africanos³.

Para entender o uso da força de trabalho africana no Brasil, na produção agrícola dos gêneros tropicais, é preciso, como sugere Freitas (1993, p. 20) “fazer a conexão entre a articulação da economia local com o comércio internacional”. A substituição do escravo indígena pelo africano se deu por razões mercantilistas. Para aumentar a acumulação de capital da metrópole, era necessário adquirir matérias-primas coloniais com uma “moeda não metálica” (FREITAS, 1993, p. 21) e essa moeda foi o negro.

A saída encontrada por Portugal foi traficar africanos para o Brasil. O tráfico se dava da seguinte forma: o negro africano era trocado por produtos manufaturados. Por sua vez, os negros eram trazidos para a colônia e trocados por mercadorias e, que posteriormente eram comercializadas na Europa por um preço elevado. Aí consistiu o lucro altíssimo, extraído do trabalho escravo.

Além dos índios e dos escravos negros, existia também na colônia, outra mão-de-obra: os denominados “vadios inúteis”, os “desclassificados sociais”, constituídos por deportados da Europa, negros libertos e mestiços.

Souza (2004) faz referência ao conceito de desclassificado social, como um homem livre pobre – frequentemente miserável -, que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens em relação ao escravo. Desclassificado social é o que não tem classificação, nada vale. Para entender a emergência desse tipo social, é necessário entender a estrutura social que engendra a sua desclassificação.

Ao estudar a pobreza na Europa do século XIV, Castel (1998) faz referência a duas categorias de população, a dos “pobres envergonhados e dos mendigos válidos”, afirmando que “tais sociedades já conhecem fenômenos de desclassificação social”, entendidos como processos de mobilidade descendente. A crise do feudalismo e os processos de expropriação

³ Segundo Costa (1999) no Brasil, desde o começo não houve dúvidas sobre o status do africano: ele havia sido importado para ser escravo.

dos camponeses engendraram o surgimento da mendicância e de um novo tipo social “o vadio”, na Europa. Tratava-se de massas de camponeses lançados para fora das terras agrícolas, que não encontravam trabalho para subsistência ou que não se adaptavam às exigências do novo modo de produção.

Na transição para o capitalismo, a elite européia estigmatizou, como vadios, vagabundos, aqueles que não queriam trabalhar, que preferiam vagar de um lugar para outro, do que se fixar no campo. O problema não era visto como produto da estrutura social e sim na população errante que não encontrava lugar no sistema capitalista nascente.

Foram formuladas leis punitivas para combater a existência desses desclassificados, tais como prisão, pena de morte, marcação no corpo com a letra “V” ou deportação para as colônias. Na afirmação de Castel (1998, p. 123) “o banimento representa uma escapatória, graças à qual uma comunidade se desembaraça de uma questão insolúvel, para colocá-la em outro lugar”.

Para Souza (2004), o estado mercantilista europeu se encarregou de impulsionar seu povoamento com uma grande parcela de elementos socialmente desclassificados e para isso foram decretadas leis e alvarás, como o de 6 de maio de 1536 que determinavam que “os moços vadios de Lisboa que andavam na Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delitos fossem desterrados para o Brasil” (SOUZA, 2004, p. 85).

Contudo, esse contingente de “vadios” não substituiu os escravos, porque também cumpria um papel fundamental para o sistema produtivo colonial. As suas ocupações eram eventuais e esporádicas, ocupavam funções de feitor, capitão-do-mato e de desmatamento.

A formação social no Brasil colonial foi heterogênea, marcada por vários grupos, cada um com sua história e trajetória, mas traziam uma marca em comum: a desclassificação social. Segundo Souza (2004), a estrutura econômica estabelecida na colônia favoreceu o aparecimento da “massa vadia”. A economia agrária, voltada para a exportação e o uso de mão-de-obra escrava, propiciava a acumulação capitalista primitiva. A sociedade estava dividida entre escravos e senhores. Os vadios não tinham lugar na estrutura produtiva e social do sistema escravocrata. Constituíam os desclassificados, os inúteis na denominação da elite colonial. Conforme Castel (1998, p. 96), os “vadios”, os “vagabundos” do período pré-industrial podem ser considerados os “ancestrais dos supranumerários de hoje”.

Com o fim da escravidão no Brasil, a solução encontrada para substituição da mão-de-obra escrava foi à introdução do imigrante, cuja força de trabalho foi utilizada nos cafezais e nas indústrias. Com a chegada do imigrante europeu, o que aconteceu com a população de ex-cativos? Qual o seu destino? Qual a estratégia de sobrevivência que adotaram, frente ao fato de estarem sem dinheiro, sem emprego e terra para produzir? Segundo Costa (1999, p. 364) a escravidão “foi abolida por um ato do Parlamento sob os aplausos das galerias. Promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”. Essa massa é lançada na vida livre e agrega-se aos “vadios”, que sem inserção no sistema produtivo vivem como itinerantes e de serviços esporádicos. Para Kowarick (1994, p. 31) “não passa de enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos”.

1.2 Trajetórias dos libertos após a abolição

Após contextualizar o aparecimento dos grupos heterogêneos que surgem no Brasil colonial e identificá-los, a partir daqui o foco será voltado para o grupo dos ex-escravos e seus descendentes. O propósito é analisar o que ocorreu com a população de ex-escravos ao ser liberada para a vida livre. Sem terra, sem dinheiro, como essa população se insere na sociedade de classes e consegue sobreviver diante do estigma criado em torno do negro e principalmente o lugar que sobra para essa população morar.

Fernandes (1965), no livro *A integração do negro na sociedade de classes*, abordou a situação dos “antigos agentes de trabalho escravo” no pós-abolição, na cidade de São Paulo. O autor demonstrou quanto foi penoso e difícil, o que ele denomina de “adaptação” desses agentes no “novo sistema de trabalho livre”.

Após quatro séculos de cativo, condicionados à vida limitada, submissa e castigada, são dispensados das lavouras e plantéis de café para viver como quisessem, sem “assistência” e “garantias” para sua manutenção e dos seus familiares. “O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si”, como fala Fernandes. Totalmente despreparados para uma nova modalidade de trabalho, sem recursos materiais e morais torna-se responsável por si e pelos seus descendentes.

Com a introdução do imigrante europeu, a situação dos ex-cativos agravou-se ainda mais. O imigrante estava disposto a enfrentar todo tipo de atividade e trazia em si a vontade empreendedora que satisfazia ao sistema capitalista. Esses imigrantes foram ocupando as melhores oportunidades de trabalho livre, mesmo as modestas, como vendedores ambulantes de frutas, de peixes e engraxates. O resultado, para alguns, foi o acúmulo de riqueza, tanto que hoje na cidade de São Paulo, existem famílias que possuem fortunas obtidas a partir do êxito do imigrante, no seu empreendimento. Enquanto o “branco” absorvia todas as atividades, o “negro” era posto à margem do processo, sendo conduzido para os setores residuais, confinados às tarefas ou ocupações mal retribuídas e degradadas.

O negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo (FERNANDES, 1965, p.10).

Foi uma libertação sem liberdade, pois a ascensão econômica e social foi vedada, não foi oferecida a real oportunidade com certa preparação para que esses ex-cativos pudessem ter condições de competir no mercado de trabalho. O estigma em torno do negro e o lugar reservado para ele se manteve na sociedade de classes e de forma agravada. Todo crime que ocorria era atribuído ao negro a sua autoria, bem como os termos, - preguiçoso, vadio, inútil para o trabalho, àqueles que não conseguiram se adaptar às atividades capitalistas.

Chegou-se a fazer uma divisão: o negro da casa grande e da senzala, para explicar a adaptação de uns e dificuldades de outros. Os primeiros tendiam a ser bem sucedidos por causa da convivência com os senhores, que possibilitaram a aprender a ler e escrever. Muitos conseguiram conquistar a amizade de algumas famílias, que os protegiam e chegavam a herdar roupas. Fator relevante, pois o negro que não se vestisse bem, dificilmente conseguia trabalho.

Devido à vida no “eito”, o negro das senzalas não aprendeu a ler e nem escrever e, ainda por cima, nem roupa possuía para se apresentar “bem”. Para esses, o destino foi à segunda escravidão – repúdio, discriminação e desqualificação que marcou o caminho socialmente construído em torno daqueles que construíram fortunas, mas não se apropriaram delas – o negro africano escravizado.

A fala de Seu Julião, filho de ex-escravo, um dos entrevistados do Livro Memórias de Cativo (MATTOS; RIOS, 2005, p. 121-122)⁴, revela com nitidez o que foi ser livre sem ser livre de fato:

O preto era o mais sacrificado do mundo, a cor preta era escravejada, ninguém gostava, tinha racismo, o preto não tinha valor pra nada... Depois que acabou o cativo ficou uns quarenta, cinquenta anos naquela escravidão ainda, que nem onça...mas ainda batiam em algum, até matavam mesmo... Eu com idade de 14 anos estava capinando... trabalhando pros outros, passando mal, dormindo mal dormido, comendo mal comido... eu fui escravo do mundo... meu pai foi escravo de fazendeiro, eu fui escravo do mundo, sofri muito.

A situação social e psicológica que os ex-cativos e seus descendentes tiveram que enfrentar diante do novo quadro, exigiu o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência em meio ao caos estabelecido. Tais estratégias podem ser constatadas nas diferentes trajetórias do campesinato negro, descritas na pesquisa de Ana Lugão Rios⁵: itinerância, estabilidade e “terras de preto”.

Descendente de escravo por parte de mãe, D. Nininha, uma das entrevistadas pela pesquisadora moradora de Paraíba do Sul-RJ, relatou que sua família não ficava muito tempo em um lugar e que somente estabilizou quando casou. A trajetória de sua família foi marcada por uma inconstância, chegando a relatar que “amanhecia em uma cama e dormia na outra”. Os motivos da mudança não sabe ao certo, apenas relata que devia ser por causa de sua mãe não tolerar que nenhum dos seus filhos fossem maltratados ou por causa do seu pai, que brigava com os fazendeiros.

A estabilidade marcou algumas famílias que permaneceram na mesma fazenda ou nas proximidades. Como por exemplo, Seu Valdomiro que herdou de sua avó Francisca (ventre-livre) e que construiu sua casa na fazenda Jatahy, onde morava. Outro exemplo é da bisavó de Seu Cornélio, que veio morar em Juiz de Fora fugido da família, depois que presenciou a surra de um trabalhador na fazenda onde trabalhava quando era criança. D. Regina uma ex-

⁴ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M.L. Memórias de cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁵ Ibid

escrava angolana, conseguiu comprar, por 40 mil réis, um terreno, que possibilitou a seus descendentes constituir famílias e permanecer no lugar, totalizando seis núcleos familiares.

As “terras de preto” são os quilombos, aquelas comunidades formadas antes ou depois da abolição. São comunidades que conseguiram manter uma herança cultural e as características de suas origens. O vínculo formado entre os moradores é mantido vivo entre várias gerações e a propriedade da terra é coletiva. Em alguns casos a terra era adquirida pelos avôs que foram escravos e que as gerações posteriores conseguiram herdar e permanecer no local.

A noção de liberdade dos ex-cativos aparece nos desejos de um pedaço de terra em que pudessem plantar para subsistência de todos os familiares e, até mesmo, garantir aos futuros descendentes autonomia para poder plantar, colher e quiçá comercializar. Contudo, não foi uma estratégia fácil de concretizar, pois muitos ocupavam terras desgastadas e que ninguém tinha interesse, outros recebiam como herança de seus antigos senhores, com a condição de não negociar as terras.

A itinerância era a busca da concretização do projeto camponês que, para Ana Lugão (2004, p. 253) “nasceu nas senzalas, um projeto camponês de autonomia, vida e trabalho em família e de controle do seu tempo e lazer”. Ainda para a autora, as famílias estáveis formaram a espinha dorsal das relações de trabalho no campo. Constituíram uma camada intermediária entre fazendeiros, “coronéis” e os despossuídos e itinerantes.

As trajetórias de vida das famílias de escravos e seus descendentes foram marcadas pelas injustiças, por trabalhos penosos, por castigos até a morte, pela persistência por um lugar para viver e pelo estigma da senzala e da cor, que até hoje se encontram nas entranhas da sociedade de classe. Hoje, já não temos as senzalas, com suas correntes e chicotes nas mãos dos capatazes prontos para açoitar, mas, temos outro tipo de castigo: as atividades mais penosas, o preconceito e a discriminação racial, os piores lugares para se morar – as favelas, as ocupações irregulares situadas em áreas de risco.

1.2.1 Depois da escravidão: discriminação racial e exclusão das formas legais de acesso à propriedade da terra em Juiz de Fora

Segundo Mônica Ribeiro (2000, p. 54), no século XIX, Minas Gerais era a maior província escravista do país e Juiz de Fora abrigava a maior população escravizada de Minas Gerais. Como em todo o país, nessa época, a mão-de-obra maciçamente utilizada, era a escrava, tanto que em determinados lugares havia mais escravos que livres. Em 1855, Juiz de Fora possuía uma população de 6.466 habitantes, desses, 2.441 eram livres e 4.025 eram cativos. Contudo, esses números começaram a decair a partir da introdução da mão-de-obra imigrante na região, cujo intuito não divergiu das outras cidades, como a de São Paulo.

Com o fim da escravidão, conforme vimos, os libertos enfrentaram condições extremamente desiguais para competir no mercado de trabalho, ter acesso à terra tanto no meio rural quanto no urbano. A análise de histórias de famílias de ex-cativos mostra que a luta e o esforço para quebrar as correntes físicas e morais que lhe impuseram os séculos de escravidão parece seguir como padrão. Apesar de estarem em locais diferentes, perseguiram um projeto comum, em silêncio: família, terra e trabalho. Família porque representa os laços de solidariedade e de apoio, terra para produzir e morar e o trabalho para sobreviver.

No caso dos libertos em Juiz de Fora, muitos permaneceram nas fazendas onde eram escravos:

Quando chegou o tempo... o dia 13 de maio, o dia da libertação, o senhor bateu o sino e desceu gente deles... mandou um empregado, capataz... chegaram na fazenda e ficaram todos no terreiro lá esperando e ele saiu lá na janela: “De hoje em diante, vocês são senhor de seu nariz, cada um vai fazer pra si, eu não tenho mais conta com vocês não”... a liberdade. Mas teve um bocado de bobo que chorou, chorou porque não sabia como é que ia comer, como é que ia viver...”Como é que a gente vai fazer sem o senhor ajudar nós?”... “nós não temos modo de viver”. Aí foi indo e ele falou: “vocês vão trabalhar pra mim mesmo, cada um pega o seu talhão de café, aí trabalharam aí mesmo... papai, mamãe, vovô e vovó (D.ZEFERINA)⁶.

Somente após 1920, devido ao declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração para o centro urbano. Contudo, nesse período parte da área central da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infra-estrutura, denominados, pela historiadora Mônica Ribeiro (2000), de verdadeiras ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns

⁶ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M.L. Memórias de cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.114-115.

bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito e, hoje, parte deles são áreas de risco físico mapeados pela Defesa Civil de Juiz de Fora.

Segundo relatos de descendentes de escravos, citados no Livro *O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas*⁷, somente a partir de 1930 o negro foi inserido no processo produtivo e reconhecidos seus direitos sociais. Durante 42 anos (1888 – 1930), os ex-cativos e seus descendentes ficaram à margem da sociedade, sofrendo preconceitos de toda ordem. Batista (2006), em sua pesquisa colheu histórias de vida dos afrodescendentes que retratam bem a situação vivenciada em Juiz de Fora, conforme um trecho extraído da entrevista com Vô Nitinha:

Ih... era difícil. Não dava serviço não. Eu mesmo ia pra porta da fábrica todo dia...Olhava pra uns, olhava pra outros e escolhia era só os branco mesmo.Era todo dia.Eu ia assim mesmo. Os negro não entrava não. Isso era lá pra os idos de 30. Eu era mocinha. Queria trabalhá e ia mesmo. Naquele tempo já tinha discriminação (BATISTA, 2000, p. 108).

Em face das diversas dificuldades, os ex-escravos e seus descendentes, em Juiz de Fora, ocuparam-se, predominantemente, nas atividades econômicas informais e autônomas, como vendedores ambulantes, músicos, barbeiros, bombeiros, carpinteiros, alfaiates, mecânicos, amoladores. Paralelamente à luta pela sobrevivência, também tiveram que resistir às ações do Estado, que passou a cobrar impostos para as atividades citadas e que eram de baixa lucratividade. Esta medida representou uma forma de controlar e inibir a expansão da inserção produtiva dos negros. Batista concluiu que:

Obviamente, as atividades profissionais a que o povo negro teve acesso foram às atividades que demandavam maior esforço físico e menor nível escolar. Muitas vezes o negro buscou atividade autônoma como saída em termos de sobrevivência, mas, sem incentivo, não era possível uma perspectiva de crescimento em sua profissão. (BATISTA, 2006, p.88)

Florestan Fernandes (1965) denominou de “espoliação secular”, o fato do ex-cativo não possuir as condições necessárias (instrução, habilidade para as tarefas do comércio e da indústria nascente) para inserir-se nos diversos setores sociais e em decorrência não houve condições de transmitir aos seus filhos nenhuma instrução que, por sua vez, também encontraram dificuldades de progredir. Essa condição anterior imposta aos negros deixou raízes profundas que permanecem na atualidade.

⁷ Da autora Rita de Cássia Souza Félix Batista.

A contribuição de Guimarães (2006) é de suma importância para entender como os escravos, eventualmente, tiveram acesso a terra, bem como às possibilidades de usufruí-las e os conflitos que geraram em Juiz de Fora. O seu estudo⁸ revelou que muitos receberam através de testamento certas extensões de terras, dinheiro, bens materiais e animais. Contudo, a autora ressalta que os inventários onde constava a contemplação de bens materiais aos escravos faziam-se diante da proximidade da morte dos proprietários que acreditavam preparar um bom caminho para suas almas. Em outros casos, o acesso também se dava por causa da relação amigável estabelecida entre senhores e escravos principalmente como recompensa por serviços prestados e pela conquista de laços de confiança.

Contudo, com exceção dos testamentos, essas doações eram feitas de forma precária, sem documentação legal do ato. Entretanto, para Souza:

Precárias ou não o mais importante era o fato de ocorrer numa ocasião de acesso restrito a terra e que apenas não só garantia a sobrevivência dos libertos, como contribuiu para que se mantivessem como camponeses autônomos e fora do controle da classe proprietária (SOUZA, 2007, p.122)

A história das famílias Balbino e Sobreira, de Juiz de Fora, pode ilustrar a luta dos libertos pelo acesso a terra e, de outro lado, a cobiça de grandes fazendeiros. A primeira família representa a população afrodescendente e, a segunda, a elite agrária de Juiz de Fora no final do século XIX e início do XX.

Balbino foi escravo do tropeiro Francisco Garcia de Mattos. Devido aos anos de dedicação, foi recompensado com vultosa soma em dinheiro. Após a morte do escravo, Garcia de Mattos doou, ainda, aos filhos de Balbino (Manuel, Francisco, Maria Joaquina, José, Maria Francisca e Balbina) vários alqueires de terra na fazenda Boa Vista.

Antônio Sobreira era rico fazendeiro, proprietário de vastas terras em Juiz de Fora. Marcado pela ambição, criou várias inimizades devido a sua estratégia de invadir terras alheias a partir das suas. Vale ressaltar que as terras não eram demarcadas, não estavam claramente estabelecidos os limites da propriedade de cada condômino, de modo que foi formando, segundo Guimarães (2006), um “xadrez de conflitos” que, mais tarde, tornaram-se motivos de conflitos e mortes.

⁸ GUIMARÃES, Elione Silva. Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2006.

Era comum, entre os proprietários, o ingresso na Justiça para recorrer à demarcação. Sem recursos para pagar as despesas decorrentes de processos judiciais, os ex-cativos perdiam suas terras. Muitas vezes, a venda das terras não dava para arcar com as despesas. Nestes casos, além de perder as terras, acabavam devedores.

A fazenda Boa Vista, hoje Bairro Benfica, foi dividida entre vários condôminos. Entre eles, estavam Antônio Sobreira e familiares de Balbino de Mattos. Durante anos, Antônio Sobreira invadia as terras de Manuel Balbino de Mattos, filho do escravo Balbino. Colocava o gado para pastar e Manuel não conseguiu, amistosamente, resolver a situação. Quando perceberam que, cada vez mais, o gado de Sobreira avançava sobre suas terras, os familiares Manuel, João e Pedro Balbino de Mattos, foram cobrar satisfações ao coronel Antônio Sobreira. Gerou-se uma discussão que culminou em sua morte. Ao ser avisado sobre o atentado contra seu pai, Antônio Sobreira Filho, junto-se com populares, perseguiu João e Pedro e atiraram contra os mesmos, resultando nas suas mortes. Esses fatos ocorrerem em 19 de outubro de 1919.

Vale ressaltar que, logo após o declínio do café, a região de Benfica sofreu uma significativa valorização com o uso das terras para a pecuária, uma alternativa rentável para os fazendeiros da região. Com isso, dificultaram-se as possibilidades de permanência de comunidades negras de libertos na região, como afirma Guimarães (2006).

As inferências, acima, contribuem para esclarecer que, mesmo os ex-cativos que recebiam doações em terras, dos seus senhores, não estavam isentos de serem banidos e, tão pouco, de sofrerem perseguição devido a sua origem negra. Por outro lado, a massa desenraizada constituída pelos negros escravizados e por brancos pobres, é relegada e empurrada para áreas desvalorizadas, distantes do olhar daqueles que sempre estiveram no comando do poder. A luta pelo pedaço de chão se perpetua ainda hoje, através dos descendentes dos ex-cativos e imigrantes que não ascenderam socialmente.

CAPÍTULO 2 – VULNERABILIDADE SOCIAL, ÁREA DE RISCO E POPULAÇÃO ATINGIDA

2.1 Notas sobre a questão habitacional em Juiz de Fora

A Vila Santo Antônio do Paraibuna, que deu origem à cidade de Juiz de Fora, surgiu em 1709, com a abertura do “Caminho Novo”, pelo sesmeiro Garcia Rodrigues Paes. O objetivo da nova estrada era encurtar o trecho percorrido para levar o ouro de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, onde seguiria com destino à Europa.

Passou de Vila à condição de cidade em 1850, quando se desvinculou de Barbacena. Juiz de Fora se tornou um pólo atrativo com potencial econômico dentro da região da Zona da Mata, que devido às terras férteis, favoreceu a posição de Minas Gerais como o maior produtor nacional de café juntamente com São Paulo.

No final do século XIX e início do século XX, o processo de industrialização alcançou a cidade, impulsionando a urbanização e a realização de investimentos em infraestrutura que culminaram na valorização do solo urbano e na definição do lugar das classes sociais na cidade.

Para Miranda (1990), a expansão espacial da cidade ocorreu a partir da pressão populacional associada às atividades de caráter mercantil e, posteriormente, industrial. Vários fatores pressionaram a expansão urbana e, somente a partir deles, pode-se entender a constituição do mercado imobiliário na cidade. Em primeiro lugar, está a retificação da Estrada do Paraibuna que ligava as Minas Gerais ao Rio de Janeiro. O Engenheiro alemão Henrique Halfeld, foi o encarregado da retificação e a fez mudando o traçado da Estrada em 1836, pelo vale Graminha, hoje a Avenida Barão do Rio Branco, a principal via da cidade. Ocorreu, também, o deslocamento do povoamento para a margem direita do Rio Paraibuna, antes concentrado na margem esquerda. Esse fator contribuiu também para a implantação do centro dinâmico da cidade, com o estabelecimento de indústrias, comércio e residências para a classe média.

Outro fator relevante para a dinamização e desenvolvimento da cidade foi a construção, por Mariano Procópio, da Estrada União e Indústria (1861), que liga Juiz de Fora

a Petrópolis. A abertura desta via contribuiu para um escoamento mais eficiente da produção do café, consolidando a função comercial de Juiz de Fora como importante entreposto cafeeiro de Minas Gerais, segundo maior produtor nacional, depois de São Paulo. Proporcionou, também, a intensificação do fluxo populacional à região. Entre os anos 1872 e 1900, o número de habitantes de Juiz de Fora passou de 18.775 para 91.119 habitantes. Isto é, aumentou em 400% (Miranda, 1990). Para a construção da estrada, foram trazidos imigrantes europeus, principalmente alemães, tendo em vista os objetivos do Estado brasileiro de substituição da mão-de-obra escrava e o embranquecimento da população. Até 1875, para cada grupo de três pessoas, duas eram negras, em Juiz de Fora.

Em 1889, novos investimentos foram injetados na “Manchester Mineira” pelo então industrial Bernardo Mascarenhas, como a construção da Primeira Hidrelétrica da América Latina. Em decorrência, possibilitou a implantação dos bondes, telefones e a chegada do Banco de Crédito Real e das indústrias, a exemplo da antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas. Já no início do século XX, Juiz de Fora possuía 58 indústrias que fomentaram a dinâmica da infra-estrutura urbana, na medida em que foram surgindo outras demandas por serviços básicos tais como o transporte interno. O período industrial dividiu-se em dois momentos: o primeiro foi à implantação de pequenas unidades industriais e, o segundo, o estabelecimento de indústrias de grande porte, que exigiram pesados investimentos de capital e aplicação de tecnologia. É curioso observar que, nesse período, não há registros de intervenção pública dirigida a melhorias da infra-estrutura urbana e nem para a implantação de serviços básicos, que ficaram a cargo da iniciativa privada.

O processo da industrialização traz consigo a exploração do trabalho e restrições ao acesso da terra para a mão-de-obra que gera o acúmulo de capital. Surgem, então, os primeiros problemas relacionados à habitação. Até 1915, o investimento do capital imobiliário estava voltado para a construção de casas para alugar aos operários. A partir de 1920, voltou-se para a venda de loteamentos de terras, originadas do parcelamento de grandes fazendas que se incorporaram à malha urbana. Naquela ocasião, os investidores imobiliários, constituídos por fazendeiros e imigrantes capitalizados, passaram a exigir do poder público o investimento nessas áreas para valorização local e aumento na lucratividade dos negócios.

Bonduki (1994) descreve que o aumento do afluxo populacional sobre a cidade com a chegada dos imigrantes a São Paulo, a sede da economia cafeeira, formou-se um processo imobiliário “superdinâmico” que, em poucos anos, “chácaras de características

eminentemente rurais eram loteadas e transformadas em zona urbana, fortemente ocupada” (BONDUKI, 2004, p.713). Esses empreendimentos produziram lucros vantajosos e a crescente valorização imobiliária.

Campos (2005), ao narrar à história de ocupação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, afirma que os cortiços foram a opção inicial de moradia para os negros libertos. Contudo, com o advento do discurso higienista (1866), os pobres negros, moradores dos pequenos cubículos de madeira, foram expulsos da parte central, porque aquela área estava em vias de valorização pelo capital. Iniciou-se, então, a política de expulsão das classes pobres através da interferência do Estado.

O mesmo não aconteceu em Juiz de Fora no momento da abolição (1888). Somente a partir de 1930, com o declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração em “massa” da população negra, que saía das fazendas em direção à cidade em busca de meios de viver. Os novos contingentes somavam-se à população já residente na área central, dando início à demanda por moradias e à questão habitacional que alcançou visibilidade através da emergência de loteamentos irregulares, invasões em áreas públicas e particulares e a construção de moradias precárias (ALVES, et al., 2002).

Bonduki (2004) realizou uma análise retrospectiva a partir da Era Vargas, sobre as origens da intervenção estatal na questão da habitação de interesse social, no Brasil. Para ele é a partir de 30 que a questão habitacional é assumida pela sociedade e pelo Estado como questão social, quando se iniciou “uma incipiente política habitacional no país”.

Antes de 30, o financiamento para as construções e transações imobiliárias estava entregue às livres forças do mercado. A partir de 30, o governo deu início às medidas interventivas na área habitacional com a criação das cartas prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (1937), que atendiam apenas aos contribuintes dos Institutos. Em 1942, foi instaurado o decreto-lei do inquilinato, que passou a regular as relações entre inquilinos e locadores. Posteriormente, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), possibilitando início do subsídio e financiamento de moradias para a população de baixa renda.

Durante a República Velha, o Estado não intervinha nas relações imobiliárias e estava ausente dos investimentos das construções das moradias. A edificação de prédios ou cortiços

para atender a demanda de operários, era responsabilidade do particular, das construtoras e das indústrias. Por exigência e interesse do capital, e para atender ao controle ideológico, político e moral deviam morar próximos ao emprego,

Em São Paulo, em 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus proprietários. Dada a inexistência de financiamento, o aluguel era a forma predominante de acesso à moradia naquele momento. Bonduki denominou de “rentiers urbanos”, as diversas formas de moradia destinada ao aluguel para a população de diferentes faixas de renda e que fizeram parte da paisagem urbanística no início do século XX. Para o autor, nesse período, existia um equilíbrio entre a demanda e a oferta de casas e cortiços. A produção atendeu do ponto de vista quantitativo, às necessidades da população, com exceção dos períodos da Primeira Guerra Mundial e da revolução de 1924 (BONDUKI, 2004, p. 713). O motivo encontrava-se na adaptação da população aos cortiços insalubres, alvo constante de intervenção da saúde pública.

A partir da República Nova, o Estado iniciou algumas intervenções no campo habitacional, compreendendo a necessidade de criar uma base de aceitação popular do governo Vargas e seus posteriores. Contudo, Bonduki, defende que, nesse período, não houve uma política habitacional efetiva, atribuindo a desarticulação entre os vários órgãos, a falta de coordenação para enfrentar de modo global a questão e a carência de recursos. “Medidas como a regulação dos preços e congelamento dos aluguéis levou a iniciativa privada desistir de investir neste empreendimento, provocando grandes consequências na produção, distribuição e consumo de moradias populares” (BONDUKI, 2004, p.719). Ocorreu uma desvalorização desse investimento, levando os locadores a desistirem, vendendo seus imóveis ou despejando os inquilinos. Pois, ao alugar para outra pessoa interessada, poderia aumentar o valor do aluguel, que havia sido congelado pelo governo.

As moradias construídas com verbas dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da Fundação da Casa Popular, não atenderam o déficit que já se fazia na ocasião, inclusive por não serem destinados a enfrentar o problema habitacional e, sim, instituições previdenciárias que agiam complementando uma “lógica marcada pela necessidade de investir os imensos fundos de reserva da Previdência Social para preservar seu valor” (BONDUKI, 2004, p.718).

Os efeitos da lei do inquilinato foram muito fortes. Suas consequências, porém, não podem ser compreendidas fora de um quadro mais geral do

processo de transformações das soluções de moradia em São Paulo, principalmente no âmbito da crescente difusão da casa própria autoconstruída, que foi a saída encontrada pelos trabalhadores frente ao colapso da produção rentista da habitação popular (BONDUKI, 2004, p.724).

A crise habitacional que se instalou a partir de 40, não é decorrente apenas da lei do inquilinato, mas a consequência de um processo amplo que se caracteriza em responsabilizar o trabalhador e o Estado pelas construções das moradias populares que, até então, estava a cargo da iniciativa privada, em que o trabalhador pagava aluguel através do salário. Com o congelamento do preço do aluguel, há também uma redução no ganho salarial e o despejo dos inquilinos. Aqueles que não tinham sido despejados e que recebiam salário para atender suas necessidades de reprodução, não sofreram as consequências, porém para os imigrantes, os desempregados, que estavam fora do sistema produtivo, não houve outra saída, senão iniciar o processo de ocupação em áreas públicas e particulares, da autoconstrução de moradia na periferia, em locais sem infraestrutura e carentes de serviços.

Ao longo das décadas de 60, 70 e 80, os governos elaboraram programas habitacionais para amenizar o déficit que já se desenhava no decorrer dos anos. Contudo, tais programas visaram os estratos da população com rendimentos médios e altos, não atendendo às necessidades da população pobre que não possuía renda adequada para financiar a compra do imóvel.

Após a Constituição de 1988, instalou-se a esperança na construção de um estado democrático e de direito com a participação ativa da população no controle e formulação das políticas sociais. Contudo, o projeto neoliberal desmantelou o modelo de Estado proposto na Constituição Federal/88. A Ordem era privatizar e mercantilizar os serviços estatais, adotando a política de desresponsabilização do Estado, que passou assumir o mínimo frente aos problemas de ordem social e o máximo para o mercado. Assumindo a função de promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico, transferindo para o mercado o controle dos serviços que antes era responsável.

Nas décadas de 80 e 90, segundo o Plano Diretor de Juiz de Fora, houve uma verticalização do centro da cidade e no seu entorno em oposição à horizontalização da periferia. Em decorrência da “expulsão” dos moradores de classe baixa, das áreas centrais,

cujos imóveis sofreram valorização com as intervenções urbanísticas (ALVES, et al., 2002). Acabaram sendo empurrados para a periferia, devido acessibilidade a terra e a moradia. Desenhando a partir de então, a cidade legal e a ilegal, constituída pelos lotes irregulares, as invasões das áreas públicas e particulares.

O processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. O fazer a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como massa, sem nenhuma determinação, seja qual for à instância analisada: política, econômica ou social. (CAMPOS, 2005, p. 19)

Alguns programas como o “Habitar Brasil” e o “Morar Município”, lançados no governo Itamar Franco, para as cidades com mais de 50 mil hab., tiveram, como público-alvo as famílias de baixa renda e foi comum nesse período o estímulo aos mutirões para a construção das moradias. No governo de Fernando Henrique Cardoso, algumas iniciativas foram também tomadas, mas nenhuma delas promoveu mudanças na questão habitacional, “evidenciando o direcionamento da política neoliberal” (ALVES, et al., 2002, p.30).

A preocupação com a questão habitacional em Juiz de Fora, somente inicia após a década de 80, quando projetos e leis são elaborados para seu enfrentamento, como a Legislação Urbana Básica (1986), a criação da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora (1987) e o Fundo Municipal de Habitação (1989). A Empresa de Habitação desenvolveu alguns programas entre 1989 e 1992: Pró habitação; João de Barro e o Plano de Ação Imediata para Habitação. Entre 1993 e 1996, foram criados os Programas Habitar Brasil, Programa de Difusão de tecnologia para a Construção de Habitação de Baixo Custo e o Programa Nosso Lote⁹.

Contudo, esses programas de cunho seletista e fragmentado não conseguiram resolver o problema da proliferação das áreas de ocupação irregular na cidade, por conter critérios excludentes e não atingir a população pobre e sem rendimento. O Plano Municipal de Habitação tem como prioridade urbanizar as Áreas de Especial Interesse Social e zerar o

⁹ ALVES, Anna Cláudia Rodrigues Alves, BARBOSA, Christiane Pimentel Duar, MARTINS, Kátia, CORREA, Maria Celeste Freire. Habitar X Morar: Uma análise Crítica - A perspectiva dos excluídos da política de habitação em Juiz de Fora. Juiz de Fora - MG, 2002, 82f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002, p. 36.

déficit habitacional de famílias que recebem até três salários mínimos. Isso “revela uma escala tendente à cronicidade, comprometendo cada vez mais a qualidade de vida e a paisagem urbana, desafiando o poder público e a própria sociedade a um enfrentamento adequado da questão” (ALVES et. al., 2002, p.35).

Atualmente, os Programas Habitacionais em andamento em Juiz de Fora e executados pela Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora, são: Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários – OGU, Programa de Habitação de Interesse Social – PAC (**Tabela 1**). Ao todo serão beneficiadas 3.446 famílias, com a construção de novas moradias ou com a regularização fundiária. Contudo, a renda prevalece como critério de inclusão nos programas habitacionais que não enfrentam satisfatoriamente o problema do déficit habitacional no município.

Tabela 1 – Programas habitacionais em execução pela Empresa Regional de Habitação S/A – EMCASA, no Município de Juiz de Fora – MG

Programa	Critérios de seleção	Empreendimento	Famílias Beneficiadas
Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários – OGU	Renda Familiar de até 3 salários mínimos Famílias residentes em área de risco ou insalubres.	Remoção de 371 famílias e implantação de infraestrutura no Loteamento Pedras Preciosas	461
Idem	Famílias residentes em área de ocupação irregular	Regularização fundiária em 09 áreas de ocupação irregular	910
Idem	Famílias residentes em área de ocupação irregular	Regularização fundiária em 10 áreas de ocupação irregular	1600
Programa Habitacional de Interesse Social – PAC	Família com menor renda per capita Com maior número de dependentes Renda inferior a R\$ 1050,00 Em que a mulher é a chefe de família Em ônus excessivo de	Construção de 104 casas	104

	aluguel		
	Em coabitação		
Idem	Famílias residentes na Grotta dos Puris	Urbanização do fundo da Grotta dos Puris.	371
			TOTAL
			3446

Fonte: Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora – S/A – EMCASA. Julho/2010.

A implementação de alguns desses programas sofreu atraso, devido à constatação de irregularidades tais como obras superfaturadas, desperdício de dinheiro público e ineficiência nas políticas públicas. Dos R\$ 22 milhões orçados pelo Fundo Municipal de Habitação (FMH) entre 2004 e 2009, apenas R\$ 4,14 milhões foram aplicados. A lentidão na execução das obras de construção de casas populares e de infraestrutura foi devido às irregularidades nos convênios, constatados pela Controladoria Geral da União (CGU), celebrados entre a Prefeitura e a Construtora¹⁰. Além desses empreendimentos relacionados, outros estão em via de implantação, como do “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Serão construídas 2.500 unidades habitacionais, em diversas regiões da cidade e o critério de renda para inclusão das famílias é de até R\$ 1.395,00.

2.2 A sinergia destrutiva: desastres naturais X vulnerabilidade socioeconômica

Segundo Valêncio (2009), no âmbito da sociologia ainda não foi encontrado um consenso em torno das várias interpretações sobre os desastres em decorrência dos fenômenos naturais. O desastre natural não é um objeto investigativo que repousa em variáveis independentes, somente ligadas aos fenômenos naturais. Para a Sociologia, a sua compreensão vai além dos fatos aparentes. Leva em consideração a “estrutura e a dinâmica social” que possibilita uma diversidade de interpretações em torno das “relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas” (VALÊNCIO, 2009, p. 19).

¹⁰ Tribuna de Minas, Juiz de Fora – MG, p. 3, 29 Nov. 2009.

Os desastres em decorrência das precipitações pluviométricas provocam uma série de eventos, tais como inundações, escorregamento de terra, desabrigamento de famílias e, a pior de todas as conseqüências: a perda humana. A cada ano que passa, essas perdas se multiplicam. No mês de abril/2010, na cidade do Rio de Janeiro, morreram 256 pessoas, 7.221 ficaram desabrigadas e 24.336 desalojadas¹¹. Em Santa Catarina, em novembro/2008, foram registradas 135 mortes, 5.617 desabrigados e 9.390 desalojados¹². O senso comum costuma julgar a chuva como culpada e, então, responsabiliza as vítimas por morarem nas encostas ou próximas às margens de cursos d'água. Contudo, os desastres associados às chuvas tem endereço certo: a população pobre. Conforme Acsehrad:

Os pobres estão mais expostos aos riscos decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a enchentes, desmoronamentos e à ação de esgotos a céu aberto. Há conseqüentemente forte correlação entre indicadores de pobreza e a ocorrência de doenças associadas à poluição por ausência de água e esgotamento sanitário ou por lançamentos de rejeitos sólidos, emissões líquidas e gasosas de origem industrial. Esta desigualdade resulta, em grande parte, da vigência de mecanismos de privatização do uso dos recursos ambientais coletivos – água, ar e solos (ACSELRAD, 2000, apud PAVAN, 2009).

A chuva só produz desastre a partir da vulnerabilidade do cenário e da comunidade (VALÊNCIO et al., 2006). O fenômeno da chuva, em si, não responde pelos desastres ocorridos, mas, é preciso colocar na pauta das discussões a interação e, mesmo, a sinergia do evento físico com os fixos e fluxos¹³ sociais em que o grupo se insere, além das características específicas, individuais ou coletivas, de seus membros, assinala Valêncio (apud, MARCHENZINI, 2006). Segundo o Programa das Nações Unidas para Assentamentos

¹¹ Disponível em: < <http://www.tudoagora.com.br/noticia/26673/TRAGEDIA-NO-RIO---256-pessoas-morrem-com-as-chuvas.html>> Acesso em 18 de jun. 2010.

¹² Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/para-emergencia-em-enchente-pdf-a31626.html>> Acesso em 18 de jun. 2010.

¹³ Segundo (Valêncio et al 2004) as chuvas, no Brasil, colocam em disrupção - por vezes, na sua subtaneidade, e, mais sistematicamente, por sua evolução insidiosa ou por somação e sinergia de efeitos parciais – a organização das várias cidades, seja provocando danos diretamente sobre a integridade física, social e mental das pessoas (gerando mortos, desaparecidos, desabrigados, desalojados, enfermos, afetados em geral); sobre seus fixos (residências, instalações públicas); sobre as funções públicas (abastecimento de energia, abastecimento de água, sistema de abastecimento, comunicações, sobretudo terrestres); e contribuindo nas perdas econômicas (na indústria e serviços), além das perdas ambientais (sobre os mananciais, o solo, a flora e fauna). Contudo, ao insistir-se no reestabelecimento dos mesmos fluxos e fixos rompidos, essa lógica de produção social do desastre é infelizmente, reafirmada a cada nova estação chuvosa.

Humanos (UN-Habitat), caso nada seja feito, o número de moradores em favelas no mundo poderá triplicar para 3 bilhões até 2050. No caso brasileiro, a Organização das Nações Unidas estimou, em 2006, um crescimento de 50 milhões de moradores em favelas até 2020, que equivale a 25% da população do país.

De acordo com o estudo sobre Assentamentos Precários no Brasil realizado pelo Ministério das Cidades, como base no censo demográfico do IBGE, 2000, existem 12.415.831 morando em assentamentos subnormais, que corresponde a 14,1% da população dos 561 municípios estudados. O estudo aponta a concentração do problema nas regiões com maiores contingentes populacionais e nas maiores cidades do Norte e Nordeste. No tocante aos municípios do Estado de Minas Gerais e Centro-Oeste, foram totalizados 5.283.724 moradores em assentamentos subnormais e/ou precários, representando 5,66% da população estudada. Com relação às condições habitacionais e sociais 90,65% dos moradores de setores subnormais recebiam, no ano de 2000¹⁴, entre 0 a 3 salários mínimos; a média de estudo dos responsáveis é de 3,81 anos; 36,75% dos domicílios não possui rede de esgoto ou fossa séptica e 17,66% não possui rede de abastecimento de água.

Kowarick (1979) denomina de espoliação urbana o processo de privação de bens e serviços básicos necessários a subsistência das classes populares. A inserção no espaço urbano de amplos segmentos da população ocorre de maneira precária, através das ocupações ilegais e irregulares, em locais sem infraestrutura e, muitas vezes em terrenos de alta declividade e próximos às barragens ou rios.

Entender o processo de constituição do espaço urbano brasileiro é fundamental para interpretar a inadequada inserção das classes populares nas cidades e o surgimento dos chamados assentamentos precários, favelas, cortiços e, atualmente, o crescimento das denominadas ocupações em área de risco ambiental.

A idéia central é que a produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada à acumulação de capital, o motor que engendra as relações sociais determinantes do lugar que cada sujeito social vai assumir no sistema produtivo. Silva (1989) percebe o espaço urbano como um processo que é determinado pela dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas numa determinada formação social, e no tocante ao caso brasileiro, esse

¹⁴ O valor do salário mínimo em 2002 era R\$ 200,00.

“fenômeno dinâmico” não pode ser reduzido ao processo de industrialização, que ocorre a partir de 1930.

Antes de 30, o espaço urbano era menos complexo, “pobre e polarizado”, a cidade funcionava como um eixo onde se encontravam “os aparelhos que estabeleciam ligações da produção com a circulação internacional de mercadorias, era a sede do capital comercial que controlava a produção agroexportadora” (SILVA, 1989, p. 22). Esse modelo econômico não exigia uma infraestrutura pesada e tão pouco, uma mão-de-obra sobrando expressiva. Após 1930, com a mudança do modelo econômico agroexportador para o industrial, o urbano, se “redefine a partir do novo modo de acumulação”.

Essa redefinição advém das exigências tanto da força de trabalho como das fábricas enquanto “unidade de acumulação do capital”. A força de trabalho passa a exigir, para sua reprodução nas cidades, dentre vários serviços, o de saúde, educação, assistência, lazer e habitação. Enquanto as fábricas exigem do Estado uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento da produção, como transporte, rodovias, comunicação, bancos, escritórios etc.

O papel do Estado, nesse período, esteve centrado no favorecimento da implantação do novo modo produtivo, fazendo da fábrica o centro do sistema, para onde eram transferidos os recursos e ganhos (SILVA, 1989). Por isso foi criado um “pacote” de medidas como, as leis trabalhistas para regular a força de trabalho e o capital, bem como, a injeção de recursos excedentes oriundos da agricultura para as indústrias.

Esse processo de redefinição do urbano, não só modificou as cidades com infraestrutura, mas, intensificou pela natureza do sistema de acumulação capitalista, o antagonismo entre as classes possuidoras de interesses divergentes. O consumo sai do âmbito familiar para a cidade e é isto que constitui para Silva (1989) a contradição fundamental do urbano onde “o espaço é cada vez mais socializado e a apropriação do produto da cidade é, no geral, privada, prevalecendo à força econômica e política”.

Outro fenômeno ligado ao processo de crescimento urbano-industrial foi à expulsão da população do campo que migrou para as cidades, atraída pelas indústrias nascentes e pelo salário. Como consequência, o papel que a produção agrícola passou a assumir frente ao novo sistema produtivo, foi fornecer matéria-prima para as indústrias e alimentação para a força de trabalho. Entretanto, o urbano não estava preparado para receber esse contingente

populacional que, inicialmente, se instalou nas proximidades das indústrias e, após a valorização dessas áreas, foi expulso, migrando para as periferias, onde em geral, não havia infraestrutura e saneamento básico.

Oliveira (apud SILVA, 1989) esclarece que esse modelo urbano-industrial tem caráter concentrador, ou seja, o excedente produzido não é socializado com a mão-de-obra que recebe baixos salários, sem alternativa de luta, devido à presença marcante do exército industrial de reserva que funciona como termômetro da relação social de produção. A partir de 64, essa exploração agrava-se com o rebaixamento dos salários para o financiamento da acumulação voltada para as indústrias pesadas, que passou a exigir uma presença mais forte do Estado na economia.

Outros elementos surgem com a presença das empresas pesadas, como a alteração da estrutura de classes, com alargamento da classe média em decorrência do crescimento do setor terciário, a introdução da tecnologia, que amplia a mão-de-obra de reserva, agravando a migração interna, principalmente pela introdução da tecnologia no campo.

O Estado nesse contexto direciona sua atuação para o atendimento das demandas dessa nova classe média e para investimentos diretos voltados para a criação de condições de infraestrutura para reprodução ampliada do capital, além de se transformar, ele próprio em empresário com a criação de empresas estatais. Tudo isso se dando em detrimento do atendimento das necessidades da reprodução da própria força de trabalho e com concentração crescente da riqueza do país. (SILVA, 1989, p.26)

Paralelamente ao processo de aprofundamento da urbanização brasileira, agravam-se as condições de vida da população pobre. Continuamente oprimido, com dificuldades de acesso ao emprego formal, o trabalhador pobre enfrenta muitos desafios para garantir sua reprodução, principalmente o acesso à habitação. Silva (1989, p.27) afirma que “à população pobre só resta uma opção: residir em áreas distantes do local de trabalho, onde os serviços são precários ou inexistentes”. O solo urbano passa a ser privilégio de alguns, enquanto a massa de trabalhadores oprimidos e explorados pelo sistema não tem acesso a habitação na cidade.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos. Até o dia em que, com o crescimento da Metrópole, também destes locais tenderão a ser expulsos se,

porventura, sua iniciativa política ainda continuar bloqueada. (KOWARICK, 1979, p.82)

Segundo estimativas da Fundação João Pinheiro (FJP), em 2006, no Brasil, o déficit habitacional era de 7, 935 milhões de unidades. O cerne dos problemas habitacionais – assentamentos precários ou subnormais se encontram nos processos socioeconômicos e políticos que determinam a produção do espaço urbano, e conseqüentemente a segregação das classes sociais. O déficit habitacional das médias e grandes cidades brasileiras, não surgiu hoje, e sim nasceu com a industrialização e se agravou devido à ausência de uma política habitacional, voltada para os pobres da cidade e aos trabalhadores cujos salários baixos não lhes permitem o acesso às formas legais de propriedade.

A terra, no sistema capitalista, passa a ter um preço determinado pelo valor das mercadorias que ela pode produzir. Em decorrência, assume status de capital, sujeita aos investimentos e à especulação imobiliária. Com isso, o acesso a terra tende a permanecer restrito às grandes empresas. Contudo, o valor da terra surge do trabalho alheio que gera riqueza, mas, não se apropria dela: “a valorização do solo é fruto do trabalho social, sendo que sua apropriação se dá de modo privado” (SILVA, 1989, p. 28). A dinâmica do capital, representada, pela necessidade de incremento de infraestrutura, introdução da tecnologia no campo, gerando a expulsão dos trabalhadores para a cidade contribuiu para redefinir o preço do acesso ao solo urbano, determinando uma nova configuração do espaço físico.

O processo capitalista de produção engendra a segregação espacial. Para autores como Marques e Torres (2005), a separação e a desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente. Esses processos são indissociáveis e precisam ser pensados dinamicamente. Os grupos sociais de menor renda tendem a estar em locais destituídos de serviços básicos ou, quando existem, são bastante precários e em locais sujeitos aos riscos ambientais. Portanto, não é apenas a separação que gera acesso desigual, mas, também, e ao mesmo tempo, a desigualdade de acesso que especifica e produz a separação. Para Silva (1989), a localização da família no território da cidade vai determinar sua inserção ou exclusão social, pois a partir daí que é possível ter acesso ou não aos bens e serviços urbanos.

Portanto, o solo urbano, na economia capitalista, deixa de ser uma utilidade para se transformar num investimento, garantindo rentabilidade, às vezes superior ao que ocorre através do setor produtivo, resultando na periferização das grandes metrópoles que passam a se caracterizar pela baixa densidade de ocupação do solo, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes coletivos, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da administração pública obrigando o

trabalhador a se submeter à superexploração e a verdadeira espoliação urbana, transformando as grandes cidades brasileiras em verdadeiros amontoados caóticos de favelas, cortiços e outros assentamentos considerados subnormais (SILVA 1989, p. 30).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), baseado no Censo Demográfico de 2002, estima-se que 35% da população brasileira vivem em extrema pobreza, o que equivale a 57,7 milhões de pessoas. De uma forma geral, pode-se dizer que esse é o contingente dos excluídos do acesso às formas legais de propriedade da terra e dos bens e serviços necessários a reprodução da força de trabalho. Sua luta não é, apenas, por um lugar na divisão social do trabalho, mas, também, por um lugar no território da cidade. Diante deste quadro, para Menegat (2009) o futuro é absolutamente negado para uma parcela cada vez maior de pobres “negros” na cidade, na condição de sem-propriedade passam a ser indesejados na cidade.

A evolução do uso e da ocupação do solo assume uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória. A questão fundiária, cujo enfrentamento foi adiado sine die, no campo, ressurge sob novo formato no universo urbano. (MARICATO, 2007, s.p)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008) foi praticamente insignificante o número de domicílios em assentamentos subnormais, entre 1993 e 2007. Em 1993, 3,2% dos domicílios estavam em favelas ou assemelhados, em 2007 para, 3,6%. Contudo, trata-se de 2 milhões de domicílios, ou 8 milhões de pessoas morando precariamente. Dentro deste universo 40,1% destes domicílios são chefiados por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas.

Diante das condições precárias de moradia as quais atingem grande parte dos brasileiros não poderá haver outro resultado ao cair um volume considerável de chuva em pequeno intervalo de tempo sobre as cidades, senão os drásticos desastres naturais que poderiam ser evitados caso o poder público representado pelos governantes municipais e estaduais se preocupassem com o processo de ocupação irregular, pois segundo dados da ONU, de cada três moradores de áreas urbanas no Brasil, um está condenado a viver numa favela, num cortiço ou em outro tipo de habitação precária resultado da pobreza oriunda da não inserção ou da inserção precária no mundo do trabalho.

“A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma área de risco” (VALÊNCIO et al., 2009, p. 7), definido por Mendonça (2003, p. 46) “como

sendo aquelas que podem resultar em danos à pessoa humana ou na destruição do ambiente devido a formas de uso ou de ocupação inadequadas da terra”. Sendo assim, para Valêncio (2009, p. 5), “o desastre é antes de tudo, uma constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos”. Na ocasião das chuvas, após o evento que torna a cidade um caos, as autoridades públicas se dirigem aos locais atingidos para visitar as “tragédias anunciadas” e, posteriormente, liberar recursos para os afetados. Tais autoridades não costumam visitar os moradores de áreas de risco antes do desastre, para planejar ações preventivas de remoção ou construções seguras, a fim de evitar ou minimizar as suas perdas e o seu sofrimento.

Entre 1996 a 2004, 45.672 edificações foram danificadas /destruídas, no total de 1.437 municípios atingidos no Estado de Minas Gerais (**Tabela 2**). Conforme as manchetes de jornais, colecionadas por Euler Magalhães da Rocha¹⁵, sobre custos humanos e econômicos gerados por desastres naturais ocorridos no Brasil nos últimos 25 anos. Podendo-se constatar que a problemática da chuva que incide sobre o espaço urbano vulnerável, ocupado pelo pobre não é um assunto atual, porém se agrava a cada período, à medida que cresce o número de ocupações subnormais em decorrência da desigualdade social no Brasil.

“CHUVAS MATAM 16 NO NORTE MINEIRO” em 23.01.79

1985 - CIDADE DE JUIZ DE FORA:

217 deslizamentos; - 169 casos de desabamento

1218 desabrigados; - 12 mortes

PREJUÍZOS - 06.02.04

ALAGOAS: 2,5 mil desabrigados, seis mortos, 16 municípios em situação de emergência, dois reunindo documentação para decretar situação de emergência.

CEARÁ: 14.450 desabrigados e 21.684 desalojados, 13 mortos e 2 desaparecidos, 15 municípios em situação de emergência e cinco em estado de calamidade pública.

RIO: TRAGÉDIA DEIXA MAIS DE 200 MORTOS – 21.02.88.”

¹⁵ Ver <http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/sibraden/cd/EIXO%203_OK/3-36.pdf>

TABELA 01 DESASTRES CAUSADOS POR CHUVAS INTENSAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PERÍODO – 1996 A 2004

Ano	Municípios atingidos	Desastres		Custos Humanos				Custos Econômicos		
		Deslizamentos	Enchentes	Desabrigados	Desalojados	Feridos	Mortes	Desabamentos	Edificações danificadas/destruídas	Pontes Destruídas
1996	113	29	489	370	3.878	36	2	134	1.355	27
1997	223	72	3.221	5.466	33.839	63	77	747	2.012	47
1998	45	39	77	83	265	8	0	28	244	24
1999	198	224	4.227	1.528	21.014	628	33	312	7.465	17
2000	85	159	908	543	2.817	14	17	62	479	7
2001	50	04	56	702	960	15	2	106	1.047	1
2002	184	NR	0	14.744	31.105	311	60	15	11.883	1
2003	230	123	244	12.500	31.028	292	50	221	11.608	709
2004	309	NR	0	7.495	22.942	629	20	NR	9.599	259
TOTAL	1.437	650	9.222	43.431	147.848	1.996	261	1.625	45.672	1092

Fonte: Euler Magalhães da Rocha. <Disponível www.cfh.ufsc.br/~gedn/sibraden/cd/EIXO%203_OK/3-36.pdf>. Acesso 03 de Jun. 2010.

As tragédias repetem-se a cada período chuvoso em várias regiões do país. Persiste, contudo uma relativa despreocupação das autoridades públicas, perante um grupo étnico - negros e índios pobres. Devido à trajetória histórica e inserção social, tem encontrado dificuldades para enfrentar as adversidades políticas e somente no passado encontraremos os pilares que construíram o lugar dos pobres na sociedade de classes, desde a invasão das terras americanas no século XVI, como já foi mencionado nos capítulos anteriores. É preciso mobilizar nossa memória para entender o presente (CASTEL, 1998), com a certeza que a natureza não é a protagonista dessa história. Os desastres naturais evidenciam uma crise, que mostra à necessidade de repensar a produção do espaço urbano, a estrutura de classe e a dinâmica social, que produziram ao longo dessa história uma massa de “desterritorializados, de moradores ilegais, de sem-propriedade” (MENEGAT, 2009, p, 102).

Quando a chuva encontra áreas inadequadamente ocupadas por moradias de baixo padrão construtivo, o resultado não poderá ser outro: desalojamentos, danos e destruições das moradias, perdas humanas e o abrigo das famílias em prédios públicos. Esta população é majoritariamente constituída por afrodescendentes, como será visto no próximo capítulo. Trata-se de um grupo étnico marcado pelo sofrimento e descaso público que não canaliza investimentos para a construção de lugares seguros. Conforme Rolnik (apud COSTA & LIMA, 2002) o direito à cidade, isto é, o direito de viver em condições propícias à habitação, não tem sido de todos e todas que constroem a cidade. Tem sido na verdade um expoente de exclusão e de perpetuação de privilégios e desigualdades.

2.3 O outro lado de Juiz de Fora: risco e inadequação, quem se importa com isso?

A cidade de Juiz de Fora está situada no sudeste do Estado de Minas Gerais; mesorregião geográfica da Zona da Mata Mineira. Ocupa uma área de 1.430 km². Este território está dividido em quatro distritos: Juiz de Fora (Distrito Sede) 725,975 Km²; Torreões, 374,5 Km² ; Rosário de Minas, 225,6 Km²; Sarandira, 103,8 Km². O município abriga um total de onze núcleos urbanos (**Mapa 1**). A população foi estimada, em 2008, em 520.612 habitantes. 99,17% da população vive na área urbana, enquanto 0,83% na zona rural. Sua densidade demográfica é de 317,5 hab/Km². Seu relevo é bastante diversificado, com colinas côncavo-convexas e vales, com altitudes compreendidas entre 700 e 900 metros,

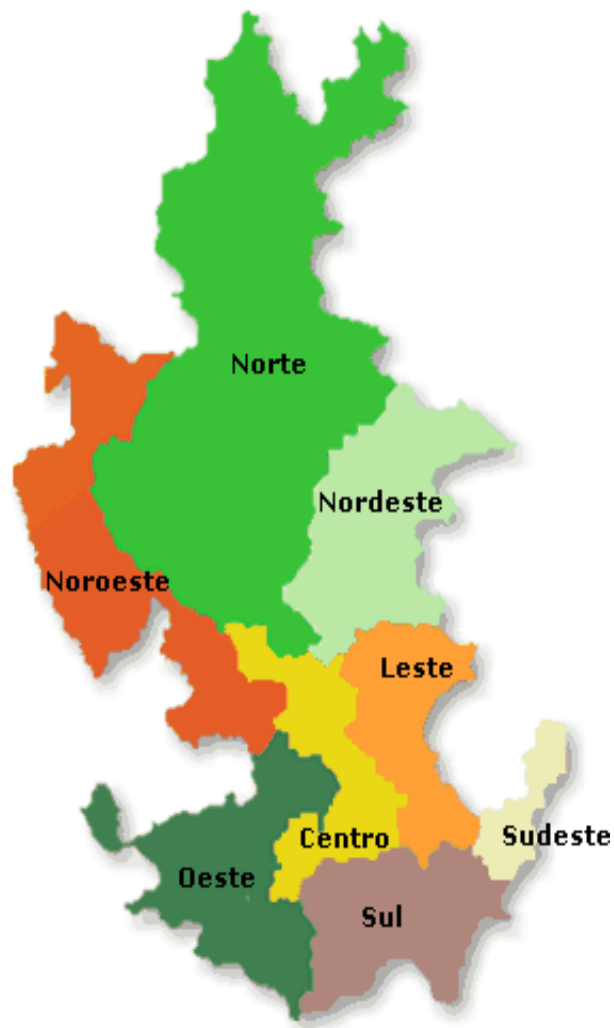
característico do Vale do Paraíba do Sul e dos contrafortes da Serra da Mantiqueira. O clima é tropical de altitude¹⁶.



Mapa 1 – Divisão Territorial do Município de Juiz de Fora- MG. Fonte: PJF

O espaço urbano encontra-se dividido em sete centros regionais: Norte, Nordeste, Leste, Centro, Sudeste, Sul e Oeste (**Mapa 2**). Sua posição geográfica é bastante privilegiada e estratégica. A cidade está próxima a importantes metrópoles urbanas, como Belo Horizonte (255 Km); Rio de Janeiro (180 Km) e São Paulo (480 Km), o que a torna um pólo atrativo para investimentos.

¹⁶ Todas as informações foram extraídas do Anuário Estatístico de Juiz de Fora. Base 2009.



Mapa 2 – Divisão dos Centros Regionais do Município de Juiz de Fora. Fonte: PJF

Conforme nos referimos, a história da urbanização e crescimento da cidade de Juiz de Fora não foi diferente de outras, marcada, paulatinamente, pela lógica do capital que determina a constituição físico-espacial do urbano e a apropriação privada da terra. A questão habitacional é um dos sintomas mais graves da sociedade de classes. A crise da habitação é produto necessário da ordem social burguesa, que construiu uma sociedade de trabalhadores que recebem baixos salários, e não atendem as necessidades de sua reprodução e bem como a existência de mão-de-obra excedente, que vive das sobras da sociedade (SILVA, 1989).

A cidade de Juiz de Fora está dividida em dois lados, o formal, constituído pelas moradias e construções valorizadas pelo mercado imobiliário em locais com boa infraestrutura, saneamento e serviços e, por outro lado, o informal (Maricato, 2001), caracterizado por moradias subnormais e precárias situadas em locais desvalorizados pelo capital imobiliário e sem investimento público. Por esta razão, não existe o necessário para a qualidade de vida dos moradores, como esgotamento sanitário, água, luz e saneamento básico. Muitas dessas áreas estão sujeitas a inundações e escorregamentos de terras, são as chamadas áreas de risco, vulneráveis aos desastres ambientais.

Em 2007, a Defesa Civil de Juiz de Fora elaborou o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) e constatou 42 (quarenta e duas) áreas de risco em Juiz de Fora (**Tabela 3**). O objetivo do PMRR foi realizar um diagnóstico dos locais mais problemáticos, sujeitos a ocorrência de desastres por escorregamento de solo e rocha e inundação. Posteriormente, foi encaminhado e submetido à análise pelo Ministério das Cidades, que aprovou o diagnóstico que prevê intervenções nestas áreas, como remoção de moradores para locais seguros e obras de contenção.

Tabela 03 - Listagem das 42 áreas de risco físico em Juiz de Fora - MG

Nº	BAIRROS	SETORES*
1	Bela Aurora	2
2	Bonfim	3
3	Borboleta	3
4	Borboleta	4
5	Carlos Chagas	5
6	Cidade do sol	3
7	Cruzeiro do Sul	6
8	Dom Bosco	2
9	Dom Bosco	2
10	Esplanada	2
11	Estrada União Indústria	2
12	Fazenda do Yung (Boto)	2
13	Fazenda do Yung (Grotá)	2
14	Filgueiras	2
15	Granjas Bethânia	1

16	Granjas Bethânia	1
17	Jardim Casa Blanca	2
18	Jardim da Lua	2
19	Jardim de Alá	2
20	Jóquei Clube	5
21	Ladeira	3
22	Linhares	2
23	Marumbi	2
24	Marumbi	2
25	Milho Branco	4
26	Nossa Senhora de Lourdes	3
27	Olavo Costa	10
28	Parque Guarani	3
29	Parque Guaruá	1
30	Parque Independência	2
31	Santa Cecília	4
32	Santa Cruz	4
33	Santa Efigênia	4
34	Santa Luzia	7
35	Santa Rira	3
36	Santa Rita	3
37	Santos Anjos	2
38	São Bernardo	2
39	São Geraldo	4
40	Três Moinhos	3
41	Vila Alpina	5
42	Vila São Damião	3

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora-MG.

Nota: Indica a quantidade de setores localizados em declividades alto e muito alto em cada bairro. Para cada setor existe um determinado número de ruas.

Paralelamente ao mapeamento das áreas de risco físico em Juiz de Fora, o Atlas Social sinalizou a existência de 144 (cento e quarenta e quatro) Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), distribuídas nas diversas regiões da cidade (Norte, Leste, Sul, Oeste, Centro). As regiões Norte/Noroeste concentram o maior número de moradias precárias, totalizando 3.122, com um crescimento de 41% nos últimos 6(seis) anos e, em segundo lugar, vem a região

Sudeste, com 2.491 (**Anexo 1**). Essas áreas são caracterizadas por moradias subnormais, precariamente atendidas pelos serviços de infra-estrutura, saneamento básico, coleta de lixo, luz, água e irregularidade fundiária. Por essa razão Silva (1989), afirma que o problema habitacional está ligado a questão fundiária urbana, uma vez que a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrio na estrutura interna. Nos últimos seis anos, em Juiz de Fora, o número de submoradias saltou de 8.270 para 13.262, representando um crescimento de 62%,¹⁷. São consideradas subnormais por estarem situadas em locais, sem infraestrutura e saneamento básico e a ocupação é irregular, não existe regularização fundiária.

Apesar de Juiz de Fora estar entre o grupo de cidades brasileiras com alto desenvolvimento humano, alcançando 0,828 no índice que mede variáveis de educação, renda e longevidade, a grande faixa de excluídos demonstra que o paraíso até pode ser aqui, mas o acesso ao Éden é para muito poucos. (ARBEX, 2008, p. 3)

Embora a cidade tenha um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) razoável, 73 mil pessoas, que corresponde a 14% da população, sobrevivem com menos de dois salários mínimos. De “cada R\$ 100,00 movimentados em Juiz de Fora, menos de R\$ 3,00 ficam com os pobres”. Essa população de miseráveis, em boa parte constituída por descendentes de escravos, não alcançaram status social, qualidade de vida e o mínimo para sobreviver dignamente. Segundo Escorel (apud GRIZENDE, 1999, p. 89), vivenciam uma trajetória de vulnerabilidades, que os expõem aos riscos não só ambientais, como também, aos sociais e civis. Como resultado da exclusão do conjunto dos direitos constituídos, 285.322 juizforanos, o que equivale a 63,9% não tem seu direito à qualidade de vida que a cidade oferece, o acesso é restrito alguns serviços como água tratada, habitação, serviços de saúde e educação¹⁸.

Não somente a moradia, mas também, a satisfação de outras necessidades essenciais como a educação, saúde, transporte, não conseguem ser cobertas com os rendimentos que grande parcela da população recebe. Como no sistema capitalista quem dita as ordens é o mercado, a não satisfação das necessidades essenciais através desse mecanismo, coloca essas famílias em condições vulneráveis de existência. Associada a esta problemática, temos a ausência ou a distorção das políticas sociais por parte do Estado, que deveria dar proteção a esses indivíduos. (GRIZENDE, 2003, p. 27)

Segundo Campos (2005) tanto o quilombo como as favelas são estruturas espaciais estigmatizadas. Segundo o autor, se antes era a resistência pelo não aprisionamento, hoje é

¹⁷ Tribuna de Minas, Juiz de Fora – MG, p. 3, 11 Nov. 2007.

¹⁸ Ibid. Matéria publicada em 28 Set. 2008.

pela permanência no lugar escolhido para morar. Apesar de o lugar ser o pior possível, seja pela falta de infraestrutura e de serviços públicos, - é o que sobra para a população considerada desclassificada, cujo acesso a terra sempre foi restrito.

Devido à insuficiência dos Programas Habitacionais destinados aos pobres da cidade e de uma política pública voltada para moradores de áreas de risco, a Defesa Civil de Juiz de Fora passa a ser a porta de entrada das demandas por moradias e material de construção para promover melhorias habitacionais. Contudo, a política de Defesa Civil se desenvolve a partir de quatro ações, não sendo de sua competência e responsabilidade a organização e gestão da política habitacional. Seu objetivo principal é preservar a vida e o faz a partir do planejamento de atividades preventivas, da assistência a população atingida pelos desastres, de socorro e reconstrução das áreas afetadas. De acordo com o levantamento dos atendimentos realizados pelo Setor Social entre 2000 e 2006 (**Tabela 4**), dos 1.471 atendimentos, 994 demandas eram de Inadequação Habitacional¹⁹, para 378 de Déficit Habitacional²⁰.

¹⁹ As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramentos para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade da infra-estrutura de serviços, relacionados ao ambiente em que a moradia está inserida, e quantitativa de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família. As moradias classificadas como inadequadas podem ter problemas relacionados ao acesso à infra-estrutura ou ao adensamento excessivo

²⁰ Déficit habitacional deve ser entendido como "a necessidade de construção de novas moradias para a resolução de problemas sociais detectados em um certo momento e específicos de habitação". Ou seja, representa as deficiências propriamente habitacionais do estoque de moradias, de modo que sua quantificação global resulta da agregação dos domicílios rústicos e improvisados (habitações precárias) com a coabitação familiar.

Tabela 4 – Atendimentos do Setor Social da Defesa Civil no período de Jan 2000 / Out 2006

ANO		Nº DE ATENDIMENTOS		NATUREZA DOS ATENDIMENTOS	
2000	113	I* – 098	D** – 011	AS*** – 04	
2001	150	I – 087	D – 021	AS – 09	OUTROS – 33
2002	172	I – 107	D – 052	AS – 13	
2003	249	I – 121	D – 122	AS – 06	
2004	413	I – 321	D – 085	AS – 02	OUTROS – 05
2005	213	I – 167	D – 043	AS – 03	
2006	161	I – 093	D – 044	AS – 17	
TOTAL	1471	994	378	54	38

Fonte: Setor Social da Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Os dados foram coletados até Out/2006.

Notas: *I= Inadequação habitacional

**D= Déficit habitacional

***AS= Assistência Social

Um dos grandes problemas enfrentados pelo Setor Social é o encaminhamento das famílias devido à ausência de programas que atendam as demandas principais de inadequação habitacional. O assistente social se restringe a realizar as vistorias para avaliação socioeconômica, a fim de atestar que o cidadão é pobre, e que ele precisa de fato ser assistido com: colchão, cobertor, cesta básica e telhas para amenizar as consequências do descaso público que se tornam evidentes em decorrência da chuva, que passa a ser a indicadora da falta de planejamento urbano, dos serviços que atendam as necessidades da população de baixa renda correlacionadas à habitação.

A questão habitacional é, sobretudo, uma das manifestações da questão social, entendida por Raichelis (2006, p. 17) “como a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo”.

As conseqüências da política neoliberal para o social indicam desresponsabilização do Estado, que passa a garantir o mínimo à população excluída do mercado de trabalho ou inclusa precariamente, através das “políticas compensatórias, focalizadas e seletivas, que visam amenizar o impacto negativo das medidas econômicas de ajuste estrutural – é a política pobre para os pobres” (RAICHELIS 2006, p. 22). Por outro lado, o mercado assume a venda dos serviços para aqueles que podem pagar. Essa dinâmica estabelecida transforma as conquistas sociais, sancionadas como direito, em mercadorias que são alcançadas através do poder de compra.

No Município de Juiz de Fora existe um Programa de Banco de Materiais Básico de Construção – PROBAC (**Anexo 2**). Para ser beneficiado pelo Programa, exige-se que a renda do candidato não ultrapasse 5 (cinco) salários mínimos. Também são usados os seguintes critérios para auxiliar na seleção das famílias, com prioridade no atendimento: morador de área de risco atestado pela Defesa Civil, ganha 4 pontos, apresentar menor renda 2 pontos. O critério de renda dificulta sobremaneira o acesso da população pobre, pois ganha ponto em morar em área de risco e perde por ter renda insuficiente.

Somados as dificuldades em atender com efetividade a demanda da população das áreas de risco, os desastres causados pelas chuvas no período 2000 a 2010 revelam os prejuízos humanos e econômicos na cidade (**Tabela 5**). Nota-se, também, o aumento das ocorrências e das reincidências a cada ano (**Tabela 6**), como demonstram o Boletim de Ocorrência (BO) (**Anexo 3**) e o Boletim de Monitorização (BOM), documentos abertos para atendimento ao solicitante. O BO é preenchido quando o técnico de engenharia vai, pela primeira vez, vistoriar o local e, o BOM, é aberto cada vez que o morador solicita novas vistorias. A frequência do BOM revela que o problema do morador não foi resolvido desde a primeira visita técnica e, por isso, ele rescinde o chamado à Defesa Civil.

Tabela 5 – Desastres causados por chuvas intensas no Município de Juiz de Fora – MG no período de Jan 2000 / Jul 2010

ANO	DESASTRES		CUSTOS HUMANOS				CUSTOS ECONÔMICOS	
	DESLIZAMENTOS	ENXURRADA	DESABRIDOS	DESALOJADOS	FERIDOS	MORTES	DESABAMENTOS	EDIFICAÇÕES DANIFICADAS / DESTRUÍDAS
2000	157	0	NR	1031	0	4	56	79
2001	240	0	NR	NR	0	0	88	41
2002	373	0	NR	NR	0	3	75	38
2003	404	15	NR	NR	0	2	85	47
2004	479	20	87	3581	3	5	102	755
2005	120	14	47	170	0	0	38	40
2006	84	13	22	60	1	1	19	38
2007	548	48	70	681	8	0	89	180
2008	546	25	13	888	2	0	102	66
2009	673	14	11	171	6	2	88	43
2010*	408	0	0	120	2	3	38	67
TOTAL	4032	149	250	6702	22	20	780	1394

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. SISDEC.

Nota: NR = Nenhum registro encontrado

Tabela 6 – Quantidade de Vistorias abertas e a relação BO + BOM (Locais vistoriados anteriormente) No período de jan 2000 / Out 2010

ANO	Nº de BO	Nº de BOM	RELAÇÃO BO + BOM (LOCAIS VISTORIADOS ANTERIORMENTE)
2000	1553	NR	NR
2001	2062	298	12,67%
2002	2374	535	18,39%
2003	2385	937	28,20%
2004	2864	1407	32,94%
2005	1469	1044	41,54%
2006	1731	1147	39,85%
2007	3292	2429	42,44%
2008	2513	2024	44,61%
2009	1575	1684	51,67%
2010*	1001	1114	52,67%
TOTAL	22819	12619	35,61%

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Julho/2010.

Muitas vistorias acabam sendo inócuas. O técnico constata a problemática habitacional: necessidades de consolidação, reparos na moradia, construção de contenções e, paralelamente, a vulnerabilidade social, que impossibilita ao morador realizar as obras indicadas pelo Técnico de Engenharia e tenta, junto aos outros órgãos da Prefeitura, alguma “ajuda” para melhorar a segurança de sua moradia.

A busca de uma complementação para o atendimento de suas necessidades, tendo em vista que a renda não lhes permite satisfazê-la, leva os moradores a buscar a ajuda de parentes, de vizinhos, de patrões, de políticos e de órgãos públicos, dentre os quais a Defesa Civil, como também a busca de recursos em instituições de assistência social da sociedade civil (GRIZENDE, 2003, p.88)

Com a redefinição do papel do Estado, está havendo uma mudança de direção da população pobre, na busca das respostas para a sua demanda crescente. Que só lhe resta ir busca-las em outros espaços, como a comunidade, as ONG' s e as chamadas empresas sociais. Estamos vivendo uma era de indeterminação, onde o campo da política foi modificado e as classes foram excluídas da política, conforme Oliveira (apud RAICHELIS, 2006) e o agravamento da questão social é produto da “responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira” (RAICHELIS, 2006, p. 19).

Entre 2000 e 2010 morreram 20 pessoas na cidade de Juiz de Fora (**Anexo 4**), vitimadas por escorregamentos de terra (**Tabela 7**). Parece ser pouco frente aos números dos últimos episódios na cidade do Rio de Janeiro e nas cidades nordestinas em abril e junho de 2010 respectivamente. Mas estamos lidando com vidas e isso demonstra, seja em qualquer valor numérico, o descaso público, frente às questões expostas, do lugar que sobra para a população pobre morar, das implicações pela insuficiência das políticas públicas que efetive o direito de morar com qualidade de vida nas cidades.

Embora a natureza apareça como a grande vilã de desastres, o foco na ameaça natural não produz um tipo de reflexão que garanta a eficácia das ações frente aos desastres. São as ações em prol da redução da vulnerabilidade humana, assim como, o aumento da eficácia político institucional em torno dos riscos, que poderão garantir uma minimização dos impactos frente às ameaças naturais. (PAVAN, 2009, p.49)

Tabela 7 - Quadro das vítimas fatais em decorrência das chuvas no Município de Juiz de Fora – MG no período de Jan 2000/Jan 2010.

ANO	BAIRRO	TIPO DE OCORRÊNCIA	VÍTIMAS
2000	Granja Betânia	Desabamento de edificação	4 vítimas - C.M.C (2 meses) - W.C (9 meses) - L.C (11 anos) - F.S.B.C (46 anos)
2001	NR	NR	NR
2002	Graminha	Escorregamento de Talude	3 vítimas - T.G.G (19 anos) - J.G.A (45 anos) - L.G.G. A (46 anos)
2003	Três Moinhos	Escorregamento de Talude	2 vítimas - D.S.T (1 ano) - S.S.T (3 anos)

2004	NS Aparecida	Escorregamento de Talude	4 vítimas - W (4 meses) - S (3 anos) - S (11 anos) - J.R.F (32 anos)
	Vila Esperança	Escorregamento de Talude	1 vítima - K.F.A (4 anos)
2005	NR	NR	NR
2006	Ipiranga	Desabamento de muro de contenção	1 vítima - A.B.F.A (76 anos)
2007	NR	NR	NR
2008	NR	NR	NR
2009	Vila Ideal	Escorregamento de Talude	2 vítimas - L.C.S (2 anos) - F.C.D.N (25 anos)
2010*	Cesário Alvim	Escorregamento de Talude	3 vítimas - C.G.C (67 anos) - R.G.O (69 anos) - G.S.A (78 anos)

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jul 2010.

O Poder Público já detém informações suficientes, como o Plano Municipal de Redução de riscos, o Atlas Social e a experiência da Defesa Civil no atendimento a população exposta aos riscos físicos, para abrir novos canais de diálogo em torno dos desastres naturais, da fragilidade da ocupação do espaço urbano e bem como extinguir os atendimentos paliativos e maquiados, junto a população marginal – pobre e negra.

Antes, era a posição submissa e dependente frente ao senhor dos plantéis de café, hoje é o Estado que continua estigmatizando essa população e oferecendo apenas o mínimo para sobrevivência, através de políticas sociais seletistas e compensatórias. Para Yazbec, (2001, p. 34) pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, como gênero, etnia, procedência etc, expressando as relações vigentes na sociedade. Transformada pelo capital financeiro, a sociedade está dividida entre os possuidores e possuídos, os “excluídos do círculo da civilização”, porque não conseguem satisfazer suas necessidades sociais via mercado, restando-lhe a violência e a solidariedade, conforme sinaliza Iamamoto (apud RAICHELIS, 2006).

2.4 O lugar dos negros na cidade: levantamento populacional e étnico nas áreas de risco físico em Juiz de Fora

Este trabalho partiu da hipótese de que a maioria dos moradores das áreas de risco, em Juiz de Fora, é constituída por negros. Para a verificação desta hipótese, realizamos uma pesquisa em todas as áreas de risco reconhecidas pela Defesa Civil, no município, e indagamos sobre a cor dos seus moradores. Nos meses de maio a julho de 2010, foi realizado o Levantamento Populacional e Étnico nessas áreas. A pesquisa revelou que, em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres naturais, sendo que desse universo, 70,5% são negras - pretas e pardas - e 29,5% são brancas (**Tabela 8**).

A título de esclarecimento sobre a maneira como foi recolhido o dado, declaramos que o quesito cor foi preenchido pelo pesquisador, a partir da entrevista realizada no domicílio. Em outras palavras, não foi a partir da autodeclaração do entrevistado.

Tabela 8 – Levantamento Populacional e Étnico nas Áreas de Risco Físico em Juiz de Fora – MG. Maio / Julho de 2010

BAIRROS	Nº de famílias	Quantidade de moradores	Cor		Cor (%)	
			Branca	Parda/Preta	Branca	Parda/Preta
Bela Aurora	156	532	17	139	10,9%	89,1%
Bonfim	239	826	58	181	24,3%	75,7%
Borboleta	51	199	16	58	21,6%	78,4%
Borboleta	74	236	235	171	57,9%	42,1%
Carlos Chagas	58	190	19	39	32,8%	67,2%
Cidade do Sol	42	155	23	19	54,8%	45,2%
Cruzeiro do Sul	154	463	26	128	16,9%	83,1%
Dom Bosco	584	1745	163	421	27,9%	72,1%
Dom Bosco	401	1499	33	372	8,1%	91,9%
Esplanada	189	569	74	115	39,2%	60,8%
Estrada União Indústria	36	88	5	31	13,9%	86,1%
Fazenda do Yung (Boto)	125	398	48	77	38,4%	61,6%
Fazenda do Yung (Grotta Funda)	78	241	24	54	30,8%	69,2%
Filgueiras	98	353	15	83	15,3%	84,7%
Granjas Bethânia	31	90	6	25	19,4%	80,6%
Granjas Bethânia	177	593	31	146	17,5%	82,5%
Jardim Casa Blanca	151	523	40	111	26,5%	73,5%
Jardim da Lua	474	1592	104	301	25,7%	74,3%
Jardim de Alá	130	450	33	97	25,4%	74,6%

Jóquei Clube	378	1172	198	179	52,5%	47,5%
Ladeira	188	541	91	92	49,7%	50,3%
Linhares	399	1319	80	319	20,1%	79,9%
Marumbi	512	1581	267	248	51,8%	48,2%
Marumbi	290	856	160	130	55,2%	44,8%
Milho Branco	33	101	6	27	18,2%	81,8%
N S de Lourdes	259	877	97	162	37,5%	62,5%
Olavo Costa	1164	4074	301	863	25,9%	74,1%
Parque Guarani	344	1099	126	218	36,6%	63,4%
Parque Guarua	417	1408	69	348	16,5%	83,5%
Parque Independência	90	300	15	75	16,7%	83,3%
Santa Cecília	476	1476	0	476	0,0%	100,0%
Santa Cruz	244	898	141	101	58,3%	41,7%
Santa Efigênia	92	295	33	59	35,9%	64,1%
Santa Luzia	349	1173	235	171	57,9%	42,1%
Santa Rita	895	3019	210	685	23,5%	76,5%
Santa Rita	721	2233	168	553	23,3%	76,7%
Santos Anjos	38	100	14	24	36,8%	63,2%
São Bernardo	30	94	0	30	0,0%	100,0%
São Geraldo	57	176	15	42	26,3%	73,7%
Três Moinhos	236	768	84	152	35,6%	64,4%
Vila Alpina	410	1309	179	231	43,7%	56,3%
Vila São Damião	110	375	8	102	7,3%	92,7%
TOTAL	10980	35986	3246	7721	29,5%	70,5%

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora - MG. Julho 2010.

O lugar onde mora, caracterizado como risco físico, denota que muitos descendentes de ex-cativos, ainda trazem a marca da escravidão velada: a falta de acesso a um bom emprego e, conseqüentemente, o não acesso a uma habitação adequada, lembrando que a senzala só mudou de lugar. A inserção do afrodescendente na sociedade é sofrida e dolorida, poucos conseguem romper a barreira da pobreza e da desqualificação.

CAPÍTULO 3 - DOM BOSCO: UMA COMUNIDADE DE NEGROS EM ÁREA DE RISCO

3.1 Desigualdades sócio-raciais e segregação urbana

Dada a abundância advinda da natureza exuberante, o Brasil encantou os “aventureiros”, ávidos pelo ouro, mas também, pela possibilidade de cultivar produtos tropicais voltados para a exportação e enriquecimento dos seus países. Ao decidir pela utilização da força de trabalho escravizada, o colonizador, herdou uma dívida com a raça negra que atravessou os séculos e perdura até o momento presente. Vindos contra sua vontade, trocados por cachaça e fumo, lançados ao mar chegaram como mão-de-obra, mas uma mão-de-obra escravizada, sem direito de expressar sua insatisfação. Gerou riqueza, mas, não se apropriou dela. Com a abolição, o ex-escravo ficou, sem posse, sem terra, sem lugar para morar. Criou resistência para sobreviver, lutando por um lugar no território brasileiro. Muitos permaneceram no campo, outros corajosamente partiram para a cidade. Aqui começou outra luta, por trabalho com carteira assinada, pelo acesso à moradia, à educação e à saúde.

O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. A pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo tem oportunidades desiguais e acesso assimétricos aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país (POCHMANN, 2008).

Mas, as raízes da desigualdade social e racial plantadas no período escravocrata foram profundas e bem cuidadas. Hoje, nas cidades brasileiras, são eles, os negros, que apresentam indicadores de maior vulnerabilidade social:

Tomando-se as informações para 2007, temos que 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 41,7% da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,6% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita por mês, esse

percentual salta para 16,9% da população negra, quase três vezes mais. Isso significa 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos (IPEA, 2008, p.33).

Em 2004²¹ a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, mostrou que das 18,5 milhões pessoas ocupadas das seis Regiões Metropolitanas (RMs) investigadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro), os brancos (58,0%) participam mais do mercado de trabalho do que as pessoas pretas e ou pardas (48,85); no caso da participação nas atividades domésticas, os pretos e (ou) pardos somavam (era) mais do que o dobro, em todas as RMs, a exemplo de Porto Alegre, 14,7% dos pretos ou pardos ocupados eram trabalhadores domésticos, proporção maior do que a dos empregados sem carteira de trabalho da mesma cor ou raça (11,6%) no setor privado.

Outro estudo relevante é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizado nas seis regiões metropolitanas brasileiras entre 2004 e 2008, que ratifica o abismo entre negros e não negros:

“Em São Paulo, o rendimento dos negros representa apenas 56,3% do rendimento dos não negros”.

“Em Belo Horizonte, a renda média dos negros cresceu 15,7% no período, porém a diferença continua grande: o rendimento médio de negros na capital mineira é de R\$ 5, 03 contra R\$ 8,80 do recebido pelos brancos”.

“Em Salvador, embora os negros representem 85% da população, a hora de trabalho dos negros equivale a R\$ 4,75 e a dos brancos R\$ 9,63”.

As diferenças são grandes também na ocupação da mão de obra negra em postos de direção, gerência e planejamento. Em São Paulo, por exemplo, apenas 5% dos negros ocupados estavam em funções de direção, gerência e planejamento, em 2008. Entre os brancos, o percentual é de 17,4%²².

Numa economia fortemente marcada pelo mercado, que impõe as regras do jogo, boa parcela dos negros indicados nas pesquisas acima, estão excluídos do acesso aos bens e serviços ofertados e incluídos de maneira precária nas cidades, seja na habitação, na saúde, na educação e no trabalho. Para Andreilino Campos (2005), o acesso a terra foi legalmente vedado aos negros. A exclusão do negro ao acesso a terra fez parte da estratégia do capital para alargar as bases do denominado exército industrial de reserva. Em decorrência desse

²¹ Ver http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=161&id_pagina=1

²² Ver <http://www.afropress.com/noticiasLer.asp?id=2075>

processo, não restou outra alternativa para morar a não ser invadir lotes particulares, públicos, constituindo as favelas e assentamentos precários, isentos de infraestrutura e saneamento básico. Na atualidade, o crescimento destas ocupações desordenadas em áreas de risco ganhou um novo enfoque. Associada às precipitações pluviométricas, estão sujeitas aos desmoronamentos, aos escorregamentos de terra, às enxurradas e inundações.

Conforme levantamento do Atlas Social de Juiz de Fora, o Dom Bosco é considerado uma Área de Especial Interesse Social (AEIS). De acordo com a metodologia da pesquisa do referido documento, o bairro está inserido nos Grupo II e III²³, representando uma pobreza urbanizada: o local recebeu infraestrutura, mas necessita de algumas intervenções, como regularidade na posse da terra. Apesar de o bairro ter recebido melhorias urbanas, persiste uma vulnerabilidade socioeconômica e civil dos seus moradores. Kowarick (2009) refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Isto também é viver em risco. Trata-se de cidadãos totalmente desprotegidos, pois não têm acesso às políticas públicas: de habitação, trabalho e renda, que lhe confeririam uma inclusão digna. Na maioria dos casos são vistos como “massa desvalida”, “desclassificados”, “desfiliados”, “desterritorializados”, vulneráveis aos danos materiais, psicológicos e aos riscos devido às chuvas. Viver numa sociedade tão desigual, é um duplo risco!

Observa-se que há uma estreita relação entre as péssimas condições de moradia, o acesso a serviços públicos e os riscos ambientais, como se ocorresse nos territórios um encontro, perverso, de vulnerabilidades – urbana, social e ambiental. Assim, os territórios com pouco ou nenhum investimento público, concentram população em situação de maior pobreza e são áreas com grande degradação ambiental. Os locais de moradia podem exercer um papel central sobre as condições de vida e sobre o grau de vulnerabilidade destes indivíduos. Assim, é preciso articular a noção de risco e vulnerabilidade social com a de segregação socioespacial (PAZ et. al., 2010, p. 3).

²³ Segundo a metodologia utilizada as Áreas de Especial Interesse Social foram caracterizadas para uma melhor compreensão. **Grupo II** – Áreas de concentração de pobreza parcialmente urbanizadas: Neste grupo são citadas áreas com demandas de intervenções urbanísticas parciais – em um ou mais aspectos de urbanização-, ou pontuais, em comunidades de baixa renda. As intervenções incluem, geralmente, a regularização da posse de terra. **Grupo III** – Áreas de concentração de pobreza urbanizadas: Algumas áreas com histórico de exclusão social, após sofrerem sucessivas intervenções de melhorias, não demandam mais intervenções urbanísticas em infra-estrutura, podendo restar apenas a requalificação de moradias (acabamentos de fachadas e interiores e melhorias das condições sanitárias), persistindo a questão socioeconômica como o fator dominante. Persistem, portanto, demandas maiores no domínio privado, sendo que as questões de caráter coletivo – urbanização e inserção – estão resolvidas.

Em janeiro de 2003 (**Anexo 5**), houve um acidente causado por três deslizamentos de terra na Rua Arminda Nunes Ribeiro - local com presença de várias habitações precárias. A situação de risco havia sido sinalizada pelo engenheiro que visitou a região, conforme consta no relato do atendimento através do Boletim de Ocorrência 443-1/2003 do dia 18/01/2003:

“Trata-se de provável invasão, em terreno de encosta íngreme, área de mato denso, com dificuldades de visualização, onde se observa vários barracos, sem nenhuma infraestrutura ou saneamento básico. Próximo ao acesso nota-se na encosta algumas trincas com características de cunhas de deslizamento, mas de difícil visualização de um todo, no declive nota-se lixo, entulho, bananeiras e outros sinais de não preocupação com a segurança no local. Há aproximadamente 10 casas no local, e sobre a encosta em nível inferior, existem várias outras edificações, espalhadas sobre a mesma, a uns 50 metros abaixo em risco, se por ventura venha ocorrer o deslizamento.”



Foto 5: Deslizamento de Terra. Na beirada do barranco presença de habitação subnormal. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jan 2003.

No dia 29/01/2003 por volta das 19h30 ocorrerem dois deslizamentos, “num contexto de chuva de grande intensidade e considerável duração (...) Por volta das 23hs ... ocorreu o terceiro deslizamento de maior intensidade (...) os moradores encontrados (...) foram encaminhados a casa N° 1153, onde pernoveram em maior segurança²⁴.

²⁴ Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. PASTA ESPECIAL 05/06 - BO 844-1/2003.



Foto 6: Um dos deslizamento de terra que afetou a rua Monsenhor Gustavo Freire. Presença de material no barranco como lixo e madeiras. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jan 2003.

A partir do desastre, o poder público, tomou algumas medidas, indicadas pela Defesa Civil, em virtude da potencialidade do risco de novos deslizamentos com vítimas: como a demolição de algumas moradias da Rua Monsenhor Gustavo Freire e da Rua Arminda Nunes Ribeiro, remoção do entulho lançado em via pública e solto na encosta e a construção de um muro de contenção.



Foto 7: Demolição das moradias construídas em cima da rocha. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 28 Mar 2003.

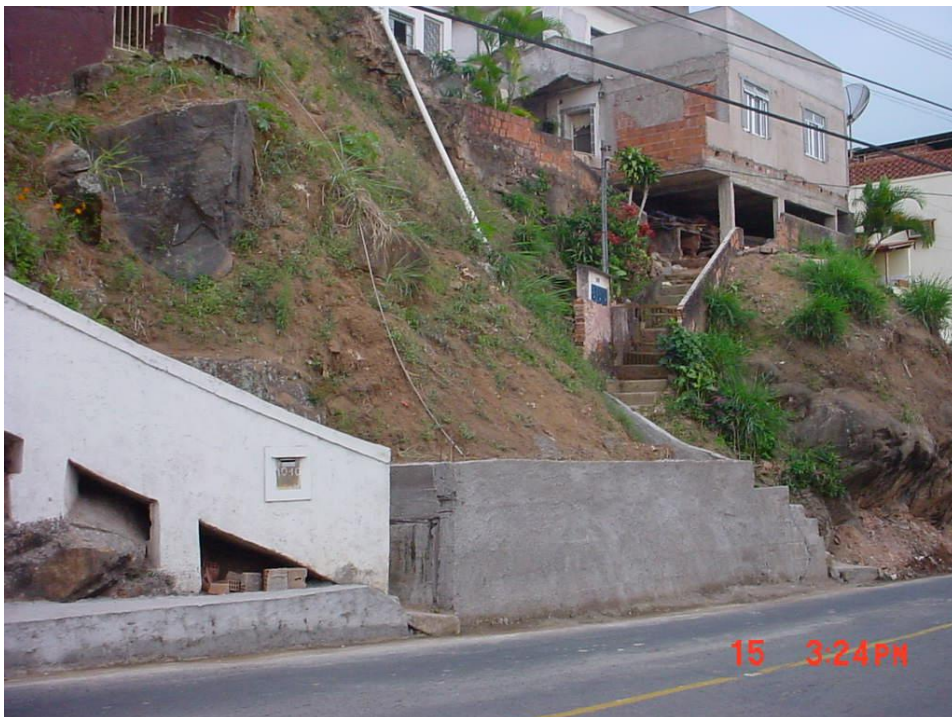


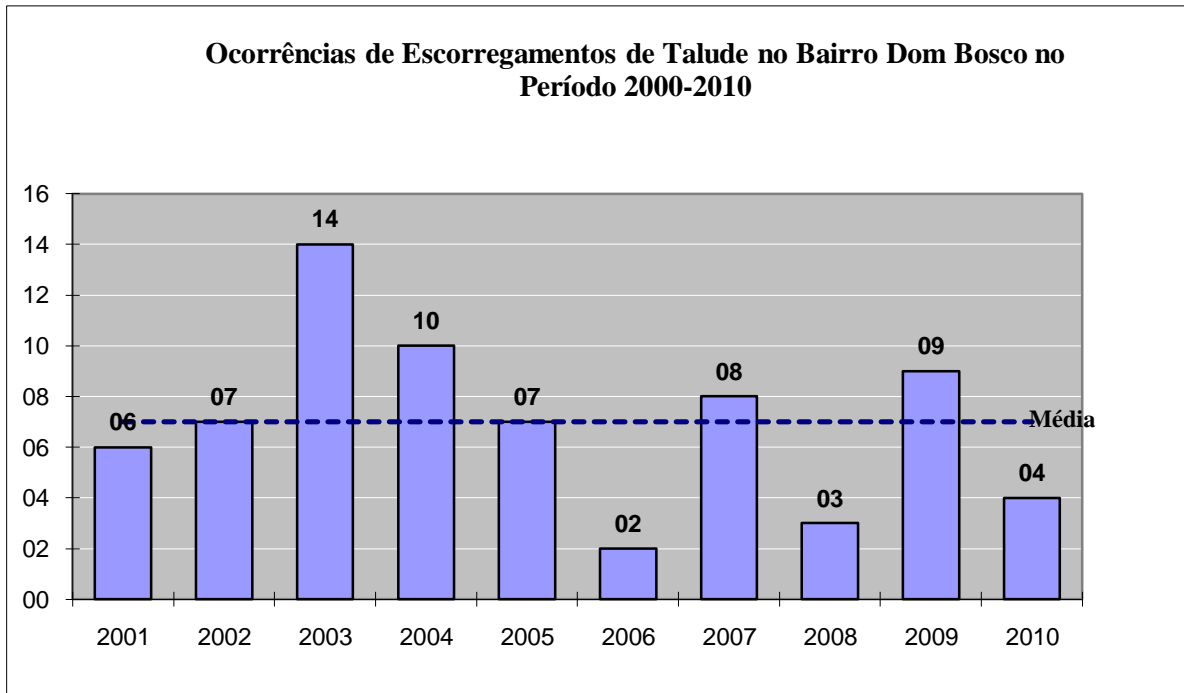
Foto 8: Após o desastre foi realizada obra de contenção. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 15 Ago 2003.

As famílias desalojadas foram encaminhadas para o Programa de Atenção a Situações Emergenciais – PASE²⁵ (**Anexo 6**), para serem assistidas com o pagamento de aluguel de outra moradia. Ainda em 2006, os moradores situados no prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro que não tinham sido removidos ou que foram morar posteriormente ao acidente relatado acima, continuavam sendo alvo de atendimento da Defesa Civil, pois a vulnerabilidade ao risco e a possibilidade de novos deslizamentos permaneciam. Após a Defesa Civil ter realizado estudo e sistematização da área, que embasou a justificativa para a saída dos moradores, com indicativo de demolição das moradias, os moradores puderam sair do local com o apoio do Poder Público, que os inseriu no PASE.



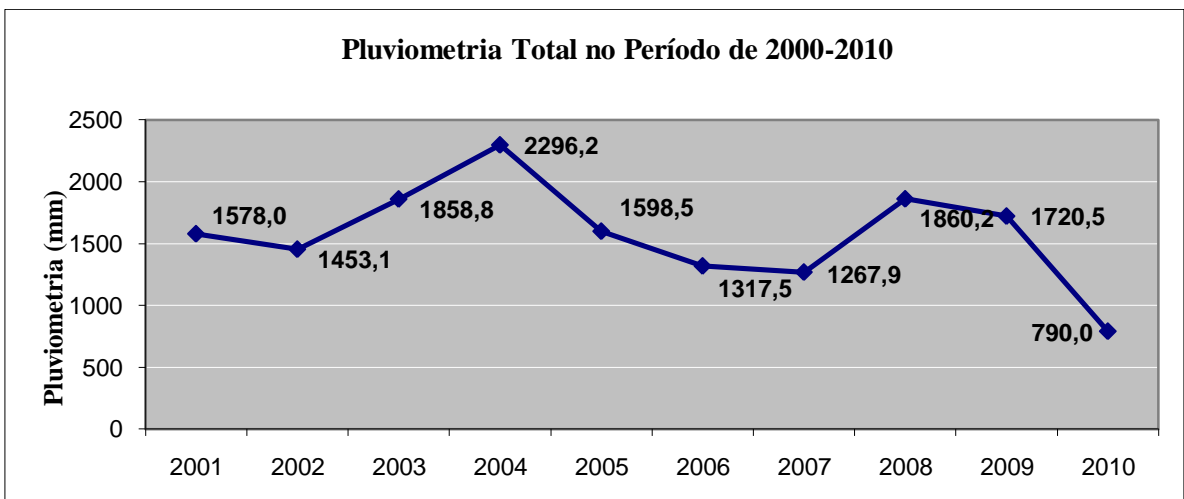
Foto 9: Prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro. Moradias precárias, sem esgotamento sanitário, a água e luz eram improvisadas. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 jan 2003.

²⁵ Programa instituído através do Decreto N° 8440 de 29 Dez. 2004, destinado ao socorro e à assistência às famílias, com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres no município de Juiz de Fora. O Programa sofre uma reformulação, através da Lei N° 12.060 de 25 Jun. 2010 e passa a chamar Programa Especial de Auxílio-Moradia, para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional.



Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. 23 ago 2010.

De acordo com o gráfico acima no ano de 2003, houve um aumento das ocorrências de escorregamentos de terras, comparado com os anos posteriores onde houve uma queda. Ao fazer este comparativo é necessário levar em consideração o volume de água que caiu sobre a cidade.



Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. 23 ago 2010.

Este comparativo revela que a quantidade de chuva X a vulnerabilidade social e habitacional gera o desastre e caso haja uma intervenção preventiva, as tragédias podem ser evitadas. Conforme Castel (apud PAZ, 2005, p. 61) um risco no sentido próprio da palavra é

um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará, podem ser previamente avaliados. Nesse caso, há interesse em preservar a vida humana e o agente público planeja ações no sentido de reduzir os efeitos dos desastres naturais, tais como, obras de contenção, estabilização de encosta ou a remoção da população para locais seguros.

3.2. Levantamento Populacional e Étnico nas áreas de risco do bairro Dom Bosco

Depois de realizar o levantamento populacional e étnico nas áreas de risco do município, incidimos o recorte da pesquisa no bairro Dom Bosco, uma área de risco físico habitada quase na totalidade por famílias negras.

De acordo com a pesquisa de campo realizada no dia 25 de maio de 2010, nas treze ruas do Bairro Dom Bosco consideradas de risco físico (**Anexo 7**), moram 3.514 pessoas, sendo que 19,3% são brancas e 80,7% são negras - pretas e pardas (**Tabela 9**).

Segue, abaixo, o quadro com os dados sobre a cor das famílias:

Tabela 9 – Levantamento Populacional e Étnico nas áreas de risco do bairro Dom Bosco - Maio de 2010

Logradouro	N de Famílias	Qtd Moradores	Cor		Cor(%)	
			Branca	Parda/Preta	Branca	Parda/Preta
Monsenhor Gustavo Freire	66	203	18	48	27,30%	72,70%
Professor João Massena	35	109	5	30	14,3%	85,7%
Arminda Nunes Ribeiro	67	255	2	65	3,0%	97,0%
Olegário Maciel	416	1178	138	297	33,20%	66,8%
José Claro Dia	32	114	0	32	0,0%	100,0%

Silvério Siqueira	37	136	0	37	0,0%	100,0%
Gustavo Dodt	35	128	0	35	0,0%	100,0%
Manoel Lopes Silva	37	193	0	40	0,0%	100,0%
João Beghelli	62	257	0	62	0,0%	100,0%
N S Imaculada Conceição	26	87	5	21	19,2%	80,8%
João Manata	40	136	11	29	27,5%	72,5%
Vicente Beghelli	58	176	9	50	15,3%	84,7%
Silvério da Silveira	74	272	6	66	10,8%	89,2%
TOTAL	985	3514	194	812	19,3%	80,7%

Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora-MG.

A seguir as fotos atuais das ruas citadas.



Figura 3: Rua João Beghelli. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 4: Rua Manoel Lopes da Silva. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 5: Rua Gustavo Dodt. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.

Foto Aérea do bairro Dom Bosco

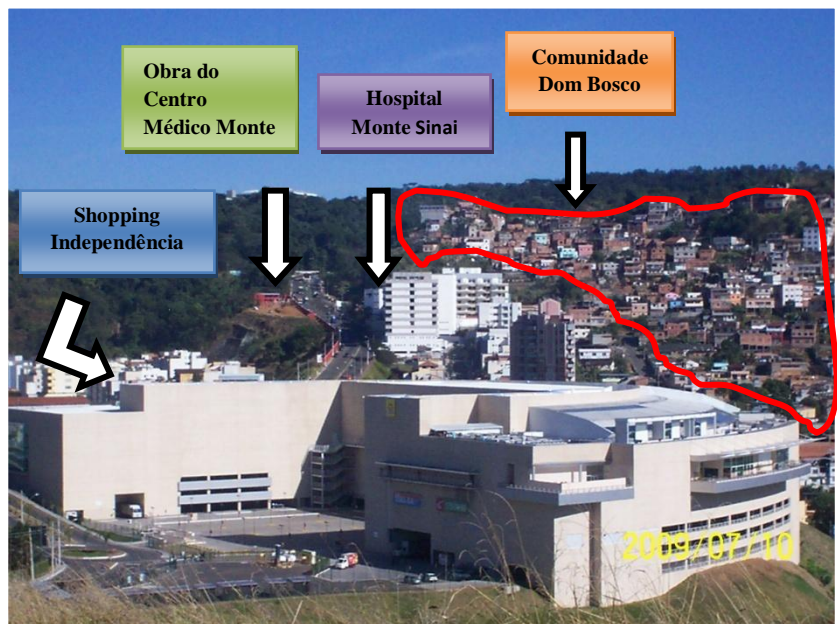


3.3 Dom Bosco: histórias de uma comunidade de negros em área de risco

As informações sobre o surgimento do bairro Dom Bosco e das obras de melhorias e infraestrutura foram colhidas, através dos relatos dos moradores antigos, dos entrevistados da pesquisa, dos familiares de Vicente Beghelli, que foi um dos vendedores de lotes no bairro e da Sociedade Pró-melhoramento de Bairro (SPM).

Após 1888, muitos libertos continuaram ligados às fazendas, pois, entre outras razões, não viam perspectivas de

trabalho no “mundo de fora”. Outros arriscaram-se, no exercício de sua liberdade fora das antigas senzalas. Em cada cidade, o contexto e a história da chegada dos libertos foi diferente. No caso do Rio de Janeiro, os libertos foram morar na área central da cidade, nos



cortiços e posteriormente nos morros, após as

Foto 1 - Visão parcial do bairro. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 10 Jul 2009.

investidas do Estado contra a permanência, na parte central, dos indesejados pobres e negros. Dando início as primeiras, desterritorializações no espaço urbano (CAMPOS, 2005). Em Juiz de Fora, os libertos somente alcançaram, em massa, a cidade a partir de 1920, após o declínio da produção de café na Zona da Mata Mineira.

Contudo, ao chegar à cidade, a parte central não comportava essa demanda, sobrando à parte periférica, de baixa ocupação, dando origem aos bairros, como Dom Bosco e São Bendito, “levando à formação de bairros inteiramente negros” (OLIVEIRA, 2000, p. 64). Eram bairros que não possuíam nenhuma infraestrutura e corajosamente, por não haver outra opção, a população pobre foi habitando essas áreas.

A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando Vicente Beghelli parcelou suas terras e começou a vender os lotes “por baixo preço” aos operários. Até então, o local era denominado de Boa Vista, pois 2/4 de sua área fazia parte do antigo sítio “Boa Vista”, pertencente à Beghelli. A seguir apresento o projeto de loteamento do bairro (1937).



Figura 1: Projeto de Loteamento “Alto da Boa Vista”. Fonte: Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG. Ago/ 2010.

Conforme o projeto de loteação, o bairro inicia-se nas terras pertencentes a Vicente Beghelli. Apesar do projeto não ter sido aprovado, ele o utilizava para a venda dos lotes. Vicente Beghelli não foi o único proprietário de terras no local, houveram outros, como Antenor Las Casas, Antônio Pinto Ribeiro, Vitorino Mathias Alves, Monsenhor Gustavo Freire, a Santa Casa de Misericórdia. Porém Vicente Beghelli teve um papel importante no local, que repercutiu no surgimento e crescimento do bairro, além das vendas dos lotes, a criação de uma escola e a doação de terras para a Sociedade São Vicente de Paulo, visando à construção de um asilo. Como pode ser constatado no mapa aprovado em 1952.

“Pequeno quilombo” foi assim que se referiu o senhor Isaías (87 anos), morador do bairro Dom Bosco desde 1932, ao iniciar o diálogo com a pesquisadora. Ele relatou que, ao chegar ao bairro, havia uma presença grande de ex-escravos oriundos das fazendas de café, São Mateus e Salvaterra. Conforme, esse antigo morador, as casas eram simples, feitas de sapé, o chão de terra batido e uma única estrada, chamada São Francisco, cortava o morro “Serrinha”, ligando a cidade ao Distrito de São Francisco. A água era de bica e a luz de candeeiro.



Foto 2: Uma das primeiras moradias da Rua Cruzador Bahia. Início da construção em 1927 e término em 1930. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 11 Ago 2010.

JARDIM PARAISO

Loteamento doado a Sociedade São Vicente de Paulo

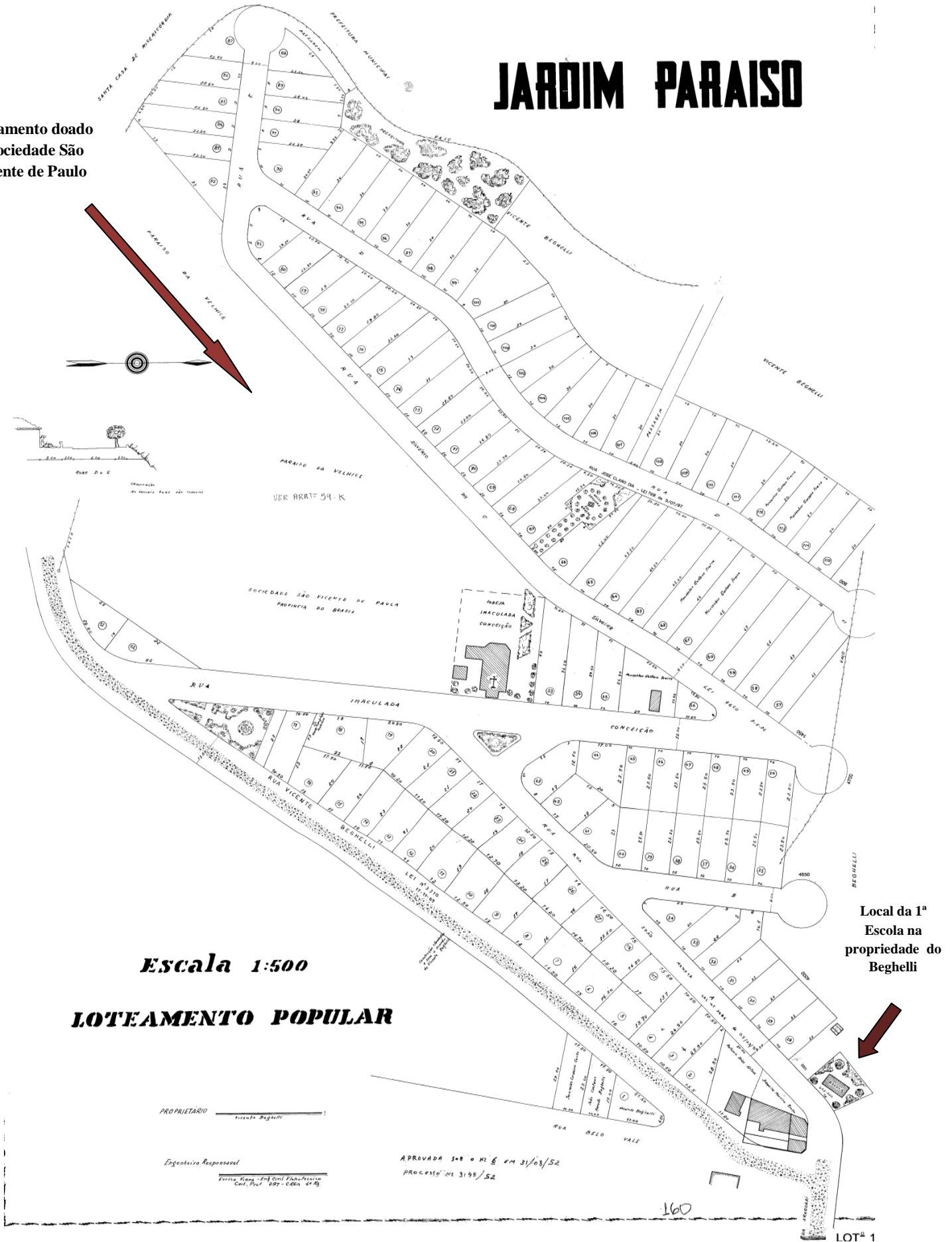


Figura 2 : Planta aprovada pela Prefeitura de Juiz de Fora em Agosto de 1952. Fonte: Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG. Ago 2010.

Conforme, alguns moradores entrevistados nos seus primórdios, o local era conhecido como serra de baixo e serra de cima. Provavelmente, o nome designava à construção de casas na parte de baixo e outras na parte de cima. Na gestão do Prefeito Dilermando da Costa Cruz Filho, o bairro passou a ser chamado de Dom Bosco através da Lei nº37 de 29/05/1948 (**Anexo 8**).

D. Geralda (88 anos), filha de ex-escravo, nasceu e morou por muitos anos numa fazenda em Humaitá, no distrito de Torreões em Juiz de Fora. Contou que migrou da zona rural na década de 40 para a cidade em busca de melhores condições de vida. Pagou aluguel durante alguns anos em outro bairro antes de mudar para “Serrinha” quando seu esposo teve a oportunidade de comprar um pedaço de lote de Vicente Beghelli, passando vários anos pagando as prestações. Confirma, como todos os outros moradores antigos, a inexistência de luz e a dificuldade para ir à bica pegar água e trazer na lata, enquanto o marido ia pegar lenha, onde hoje está localizada a Universidade Federal de Juiz de Fora. A luz era “fraquinha”, vinha do candeeiro. Ela narrou com felicidade, o dia em que chegou água encanada no bairro, na gestão (1977-1982) do Prefeito Francisco Antônio de Melo Reis, “o cano estourou, eu pulei pra cima, dei um pulo, levantei minha roupa pra cima, vamos gente comemorar!”.

D. Olga, neta do ex-escravo João Gonçalves, conta que sua família saiu da fazenda Salvaterra quando ela tinha 5 anos. Ela veio morar em Juiz de Fora, no Dom Bosco, na década de 50. Questionada sobre o motivo de terem indo morar naquele bairro, recorda que sua família saiu da fazenda para melhorar as condições de vida. Segundo a entrevistada, na época em que chegou ao bairro, sua família decidiu não “invadir”, apesar de não dispor de dinheiro para comprar um lote. Optaram, então, por morar de aluguel, como até hoje. Olga mora com sua irmã, que também é pensionista. Ambas recordam, quando chegaram ao bairro, “tudo era trilha”, não existiam as ruas, tinha um “bicão” onde os moradores carregavam água, “dava uma briga” quando as mulheres queriam passar na frente das outras. O transporte de passageiros era feito através de bonde, que parava no final da Rua São Mateus. O restante do caminho tinha que ser feito a pé, até chegar ao bairro. Para sobreviver, às irmãs passavam e lavavam roupa pra “fora” e devido ao estímulo do tio, Olga estudou e conseguiu concluir o 2º grau.



Foto 3: Antigo “bicão usado pelos moradores quando surgiu o bairro. A mina d’água foi canalizada e hoje está dentro de propriedade particular, não necessitando de serviço da Cia de água da cidade. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 17 Ago 2010.

Cristiane (31 anos), narra quando chegou ao Dom Bosco, em 1979, “as ruas umas eram de barro, outras de pedra marroada. Não tinha água em casa, a gente ia buscar na mina. O padrão de luz servia ao mesmo tempo três ou cinco casas. O ônibus ia somente até a rua “Belo Vale”.

A história do surgimento das ruas João Beghelli, Manoel Lopes da Silva e Gustavo Dodt que ficam na parte superior da encosta e considerada de risco físico, está ligada à doação de terras que Vicente Beghelli concedeu à Associação São Vicente de Paula, para construir um asilo.

Segundo *seu* Joaquim, morador antigo do bairro, Beghelli doou a gleba com a condição de a Associação construir o asilo em 10 anos, caso contrário, a família poderia reaver as terras. A Associação não construiu o asilo e, para não devolver o terreno à família Beghelli, realizou doações para famílias pobres que não tinham lugar para morar ou para quem solicitasse, como foi o caso do pai de *seu* Joaquim. As pessoas recebiam um comprovante de doação (**Anexo 9**) e, conforme consta essas doações iniciaram-se a partir da década de 60.

Segundo a fala de muitos entrevistados as melhorias no bairro ocorreram devido ao esforço da comunidade, que pressionou o poder público para asfaltar as ruas, implantar a rede de água e de esgoto e o aterramento dos córregos. Algumas melhorias tais como, asfaltamento teve início a partir de 1979, mas, somente em 1996 todas as ruas foram asfaltadas e foi construída a rede de captação de água na parte alta do bairro.

Em 1998 a SPM consegue do Prefeito Tarcísio Delgado o início das obras na Rua Pirapora a primeira do bairro, onde moram famílias com água, esgoto, telefone, luz, mas onde não passava sequer ambulância já que era de terra com muitas minas e córrego sempre cheia de mato e lixo. (**Relato extraído do texto da Sociedade pró-melhoramento de bairro**).

O transporte urbano circula, atualmente, pela via principal, que é a Rua Monsenhor Gustavo Freire. Contudo, o ônibus não chega às ruas da parte alta do Bairro, a exemplo da Gustavo Dodt, João Beghelli, Silvério da Silveira, José Claro Dia, Silvério Siqueira, Arminda Nunes Ribeiro, João Macena, por ser imprópria a passagem de transporte urbano e bem como dificulta a coleta de lixo, se tornando um dos problemas ambientais no bairro, haja vista que muitos moradores acabam lançando na encosta sacolas de lixo.



Figura 6: Rua Monsenhor Gustavo Freire. Antiga Estrada São Francisco que ligava a cidade ao Distrito São Francisco. Hoje é uma via de acesso a Universidade Federal de Juiz de Fora, o bairro São Pedro, Aeroporto e o Estádio de Futebol. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 7: Rua Silvério da Siqueira. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 8: Rua José Claro Dia. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 9: Ruas Arminda Nunes Ribeiro e João Macena. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 10: Vista lateral da Rua Silvério Siqueira. Uma das áreas de risco, onde é frequente o deslizamento de terra. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 de Julho de 2010.



Figura 11: Escorregamento de talude, vindo da Rua Silvério Siqueira. Fonte: Acervo Fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 11 dezembro 2009.

Atualmente, o bairro possui um Posto de Saúde (**Anexo 10**), a Escola Municipal Prefeito Álvaro Braga de Araújo (**Anexo 11**), destinada ao ensino fundamental. Duas Instituições Sociais, o Grupo Espírita Semente que atende mensalmente em média 332 pessoas, através das atividades de apoio escolar, grupo de capoeira, percussão, dança, teatro, desenho e aulas de informática, distribuição de cestas básicas aos idosos e famílias de baixa renda e a Associação Beneficente Amigos do Noivo (ABAN), que atende em torno de 200 pessoas mensalmente, com diversas oficinas, trabalhos manuais, orientações sócio-educativas, atendimento veterinário, aulas de ginástica etc. A Escola Estadual Dom Orione, destinada ao ensino fundamental e médio encontra-se fechada desde julho de 2009. Esse episódio representou uma grande perda para a comunidade do Dom Bosco. Conforme a Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora (SRE), o fechamento da escola ocorreu porque havia um “baixo número de estudantes freqüentes às aulas nos últimos anos” ²⁶.

²⁶ Ver matéria em <http://www.acesa.com/educacao/arquivo/noticias/2009/08/24-escola_dom_orione/>

Contudo, a justificativa dos pais era que a escola precisava de reformas, devido às condições precárias do imóvel e por esse motivo não estava permitindo que seus filhos fossem a aula.

Com o tempo vários investimentos e construções foram sendo realizadas em torno do bairro: A Universidade Federal de Juiz de Fora (1960), Hospital Monte Sinai (1994), investimentos imobiliários, como a construção de prédios com fins residenciais e a obra mais recente é o Shopping



Independência (2008). Outros investimentos estão em via de construção, como o Centro

Foto 4 - Visão parcial do bairro e dos novos investimentos imobiliários no seu entorno. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 29 Jul 2010.

Médico Monte Sinai e um edifício na Avenida Independência (cuja parte da frente será voltada para os bairros São Mateus, Cascatinha e o Shopping Independência e não haverá apartamentos de fundos, cuja vista é o bairro Dom Bosco). Essa estratégia paisagística tem uma razão de ser: não ver a pobreza, fazer de conta que ela não existe. Até porque não é apreciável uma vista de casas cujas construções precárias, revelam a pobreza e miséria que muitos vivenciam na cidade e naquele bairro.

3.4 Perfil socioeconômico da população estudada

Nessa pesquisa foram realizadas várias visitas a campo para aplicação da entrevista aberta (**Anexo 12**) com 16 (dezesseis) moradores de quatro ruas mapeadas pela Defesa Civil que são consideradas de risco físico: José Claro Dia, Armindia Nunes Ribeiro, Silvério Siqueira e Silvério da Silveira. Entre os dezesseis, encontram-se seis entrevistados que foram removidas pela Defesa Civil, entre os anos 2003 e 2007, e incluídas no Programa de Atenção às Situações Emergenciais (PASE). O objetivo de entrevista-las, foi perceber se houve

mudança e que tipo de mudança na vida delas, após serem removidas da área de risco. Do total de 16 pessoas entrevistadas, 93,75% são negras e 6,25% brancas. Com relação à descendência de escravos, 50% não souberam confirmar, por várias razões: não ter conhecido os pais ou por nunca ter conversado em família sobre o assunto; 37,5% confirmaram que tiveram parentes que foram escravos, normalmente foram os avós, já que os pais dos entrevistados já nasceram após a abolição; os outros 15,2% negaram descender de escravos, apesar de serem negros.

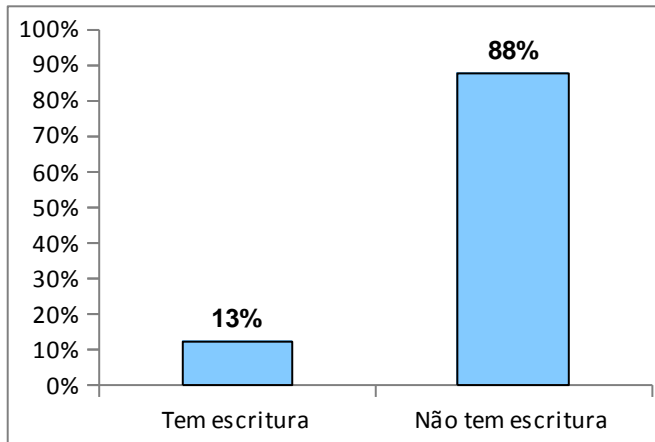
PERFIL DOS ENTREVISTADOS			
VALORES EM FREQUENCIA			
Categorias	Categorias	Entrevistados	%
Escolaridade	Analfabeto	2	12,5%
	Fundamental Incompleto	11	68,75%
	Fundamental Completo	1	6,25%
	Médio Incompleto	0	0,0%
	Médio Completo	2	12,50%
	Superior Incompleto	0	0,0%
	Superior Completo	0	0,0%
Ocupação/Profissão	Do Lar	7	43,75%
	Desempregado	2	12,50%
	Formal com carteira	1	6,3%
	Informal	4	25,00%
	Aposentado	2	12,50%
Idade	18-27	1	6,25%
	28-37	7	43,75%
	38-47	3	18,75%
	48-57	0	0,00%
	58-67	5	31,25%
Nº de pessoas no domicílio	0 – 3	3	18,75%
	4 – 7	11	68,75%
	8 – 11	1	6,25%
	12 – 15	1	6,25%
Renda Familiar	1 SM	4	25,0%
	1SM e Meio	1	6,25%

2 SM	3	18,8%
2 SM e Meio	1	6,25%
3 SM	1	6,25%
3 SM e Meio	1	6,25%
Inferior a 1 SM	4	25,0%
Renda Zero	1	6,25%

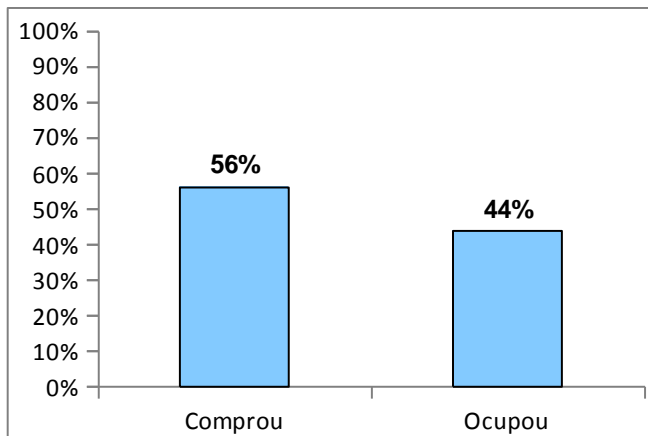
Os moradores entrevistados, em sua maioria apresentam uma escolaridade baixa, 68,8%, não chegaram a concluir o ensino fundamental. No tocante a ocupação 43,8% é do lar, 25% desenvolvem atividades no mercado informal, como faxineiras e auxiliar de pedreiro. A maioria está na fase adulta, 43,75% entre 28 e 37 anos de idade. Com relação ao número de ocupantes no domicílio, 68,75%, tem de 4 a 7 pessoas ocupando o imóvel. E a renda familiar está entre 1 (um) salário mínimo 25% e inferior a 1 (um) salário mínimo 25%.

Foi questionado aos entrevistados qual era o sentimento deles na ocasião das chuvas. O sentimento que impera é o de medo e preocupação com os filhos e as pessoas conhecidas. Com relação às seis pessoas que foram removidas da área de risco, apesar de não estarem, mas na situação de risco físico, ainda tem “medo”, sente “tristeza”, “impressão ruim” e com exceção de uma moradora que disse hoje ter “tranquilidade”, por não está mais no risco. Apenas uma falou que preferia voltar para o lugar que estava antes, porque apesar da precariedade que vivia, sem banheiro, água e luz, hoje tem que arcar com todas essas despesas.

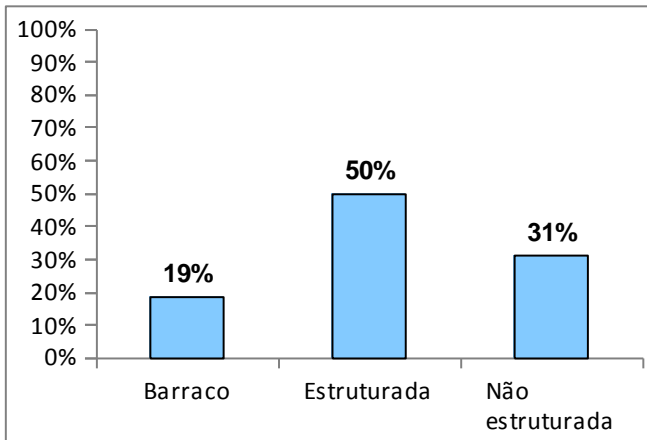
Questionados se tiveram dificuldades em sair do local e ir morar em outro, disseram que sim, devido o baixo valor que é pago para arcar com as despesas de aluguel. A Prefeitura de Juiz de Fora, repassa o valor de R\$ 180,00 desde a criação do Programa. Esse valor está fora do mercado imobiliário, atualmente a média do valor do aluguel na cidade está em torno de R\$ 400,00 a depender da localização do imóvel, além das despesas com impostos, como o IPTU. O que foge da realidade da população pobre, moradora de área de risco que acaba sendo removida do local de origem e cuja renda é de um salário mínimo ou inferior a este, que não provê todas as necessidades básicas da família. Por esta razão muitos acabam saindo de um lugar “ruim” e indo para outro “pior”. Mais uma vez, é o lugar que sobra para essa população morar.

Gráfico 1 – Situação legal do Imóvel

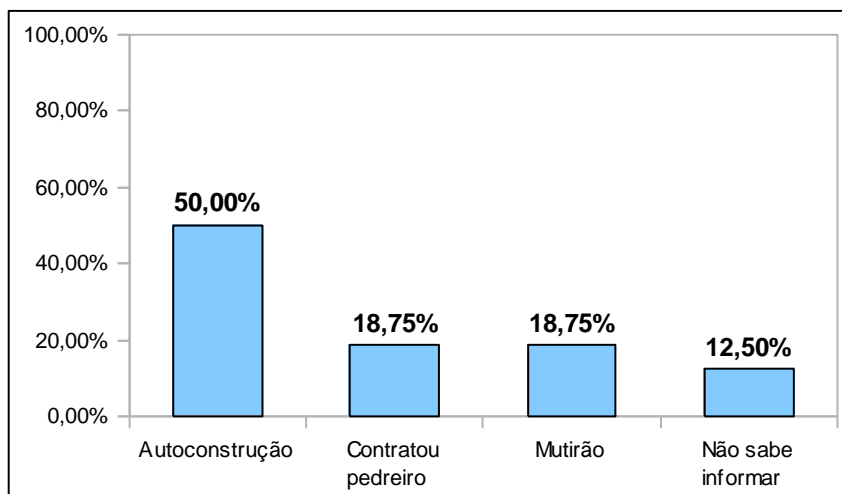
A situação legal dos imóveis ocupados pelos entrevistados em sua maioria não tem registro em cartório representando 87,5%, enquanto 12,5% conseguiram registrar legalmente o imóvel. Apesar deste fato, o dado não revela que aqueles que não possuem registro ocuparam irregularmente, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Tipo de Aquisição

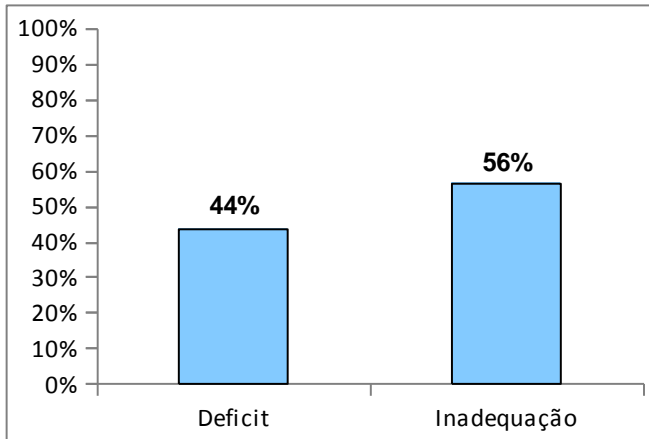
Dos entrevistados 56,25% compraram o lote, através de “contrato de gaveta”; 43,75% ocuparam o lote. Demonstrando que muitos que compraram não registraram, porque não tem condições econômicas de arcar com as despesas cartoriais e com os impostos municipais.

Gráfico 3 - Tipo de Habitação

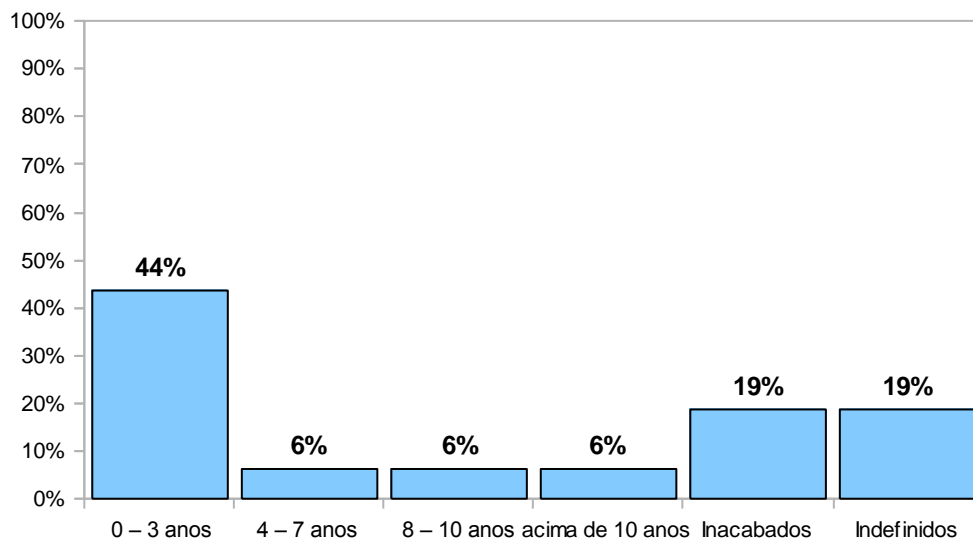
No tocante ao padrão construtivo habitacional dos entrevistados, 31,25% não tem casa estruturada; 50% tem moradias com estrutura (vigas, pilares) e 18,75% são consideradas “barracos” ou moradias frágeis, feitas com placas de cimento.

Gráfico 4 – Modo de Construção da Moradia

Sobre a modalidade como as casas foram construídas, 50% dos entrevistados informaram que foi através da autoconstrução; 18,75% fizeram mutirão; 12,5% contrataram pedreiro; 12,5% não souberam informar.

Gráfico 5 - Necessidade Habitacional

Dos entrevistados 56,25% mostraram que suas moradias não inadequadas, necessitando de regularização fundiária e de melhorias habitacionais, enquanto 43,75% representam um déficit habitacional, ou melhor, a necessidade de novas moradias devido as demolições de suas casas pela Defesa Civil em 2007, por se encontrarem numa área de risco.

Gráfico 6 - Tempo de Construção das Moradias

A maioria das construções com predominância de 0 a 3 anos correspondem a 44%, os inacabados e indefinidos somam um percentual de 38%, o restante dos intervalos obtiveram 6% cada. As estimativas indicam que o tempo de construção ou é curto ou longo demais.

3.5 Trajetórias de vida de moradores do Dom Bosco

A seguir, serão narradas trajetórias de vida de alguns descendentes de escravos que moram no Dom Bosco ou que foram removidos pela Defesa Civil, após as ocorrências de deslizamentos de terras. Milton Santos (1993) afirmou que devemos olhar para o território como “formas-conteúdo”, considerando a história de um lugar, a sua gente, as causas das mazelas urbanas e não, meramente, olhar seus efeitos. Em vista disso, este trabalho pretendeu não somente analisar os efeitos das chuvas numa área de risco, na cidade de Juiz de Fora - MG, mas, acima de tudo, sinalizar a sua gente, a história de luta e resistência pela permanência no lugar. E, quem é essa gente? São descendentes de ex-escravos que migraram para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência.

Araguaci

Natural de Juiz de Fora, hoje com 34 anos, mãe de cinco filhos menores, Araguaci declarou que sua avó por parte de mãe, foi escrava. “Minha mãe falava muito que os outros explorava, não pagava, exploração”. Estudou até a 3ª série, trabalha três vezes por semana fazendo faxinas e cuida de uma idosa. Esses serviços que lhe possibilitam um rendimento mensal de R\$ 200,00, além do complemento de R\$ 130,00 do Programa Bolsa Família. Ela relata que quando era criança, sua mãe a entregou, juntamente com seus irmãos, a outras pessoas na cidade de Ubá-MG. Lá ficou trabalhando como doméstica e “morava na casa de gente rica”. Em 1995, quando completou 20 anos, decidiu voltar para Juiz de Fora, para morar perto dos irmãos que já estavam no Dom Bosco. Aproveitou do dinheiro que tinha recebido do antigo emprego e juntou um pouco mais com o novo trabalho que conseguiu na cidade e aos poucos foi construindo sua casa ao lado do irmão, “juntou todo mundo pra levantar”, a casa que segundo ela levou três anos para construir. Em 2007, houve um escorregamento de terras nos fundos da sua moradia e na dos seus irmãos. Todos foram removidos pela Defesa Civil para um abrigo temporário e, posteriormente, encaminhados para o Programa de Atenção a Situações Emergenciais (PASE). Até hoje, Araguaci mora de aluguel pago pela PJF e, quando questionada sobre seu sentimento quando chove, respondeu “é um sentimento ruim. Aqui a gente tá bem. Fico com receio de acontecer alguma coisa, coisa triste”. Ela ainda continua morando no próprio bairro e sobre a perspectiva de receber uma casa que será propriedade

dela e em local seguro, respondeu mostrando preocupação em deixar algo para os seus filhos e em segurança, “é pouco, mas vai ser deles pro resto da vida”.



Foto 10: Moradia de Araguaci, demolida pela Defesa Civil em 2008. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 Maio 2006.

Patologia Identificada²⁷: “Edificação em padrão construtivo subnormal, com paredes em tijolos cerâmicos parcialmente revestidos, sobre fundação direta rasa e inadequada, localizada à meia encosta na base de talude íngreme no qual foram executados cortes com desaterro desestabilizando o mesmo formando cunhas de instabilidade podendo resultar em deslizamentos. A edificação encontra-se desocupada e parcialmente destelhada”.

Indicação: Demolição do imóvel.

²⁷ Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Pasta Especial BO's Diversos: Relatórios Técnicos do bairro Dom Bosco.

Vanderlei

Natural de Coimbra-MG, descendente de escravo por parte da avó materna. “Minha avó usava argola no nariz, ela morreu com 120 anos”. Foi dessa forma que Vanderlei reacendeu na memória a lembrança de sua querida avó com a qual conviveu por muitos anos. “Eles eram vendidos... igual a boi... a carne mais boa ...”, desse jeito que o morador resumiu o significado da escravidão para ele, a partir dos relatos narrados por sua avó quando ainda era criança.

Seu Vanderlei, 59 anos, aposentado, viúvo, estudou até a 5ª série. Quando se aposentou recebia 2 (dois) salários mínimos, mas após tantos decréscimos recebe atualmente R\$ 510,00. Possui escritura do imóvel, conquistada graças a advogada da construtora em que trabalhava que o orientou a legalizar, junto à Prefeitura, a compra do imóvel que, na época, foi feito um contrato tipo “gaveta”. Junto com ele mora uma companheira com a qual tem um filho de 1 ano e mais dois enteados, filhos do outro relacionamento de sua atual companheira.

Quando criança trabalhou nas fazendas em Visconde do Rio Branco “ah...candeei muito boi”. Entre 13 e 14 anos veio para Juiz de Fora, quando seu cunhado que era militar resolve trazê-lo para trabalhar e depois servir o exército. Por aqui ficou trabalhando em sítios, em um dos últimos, quando já era adulto, resolveu se desvincular, porque a proprietária não dividia mais com ele os produtos que ele plantava. Porém, durante os anos que trabalhou em sítios fez uma poupança e com esse dinheiro comprou a casa que mora.

Sua chegada ao Dom Bosco foi em 1983, antes de adquirir a sua moradia, pagava aluguel do porão nesta mesma casa que comprou. O motivo que o trouxe ao Dom Bosco foi à proximidade com o seu serviço, na época era funcionário de uma Construtora que estava construindo um prédio nas proximidades. Seu Vanderlei por instante olha para a cidade, e aponta para os prédios que construiu na Avenida Independência.

“Quando eu mudei era tudo trilha”... “era uma rede de esgoto à céu aberto, a luz era fornecida por vizinho da rua de baixo, água era de mina, pra beber tinha que ir na bica”, e assim ele descreve as dificuldades enfrentadas para morar e permanecer no lugar. Mas hoje na opinião dele está melhor devido as casas que a Defesa Civil demoliu . Resume e finaliza dizendo: “Foi uma luta, era tudo mato”.



Foto 11: Moradia do Sr Vanderlei. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 12 de Março 2010.

Maria do Carmo

Hoje com 62 anos, mãe de 13 filhos, todos criados na roça. Neta de escrava, por parte de pai, é analfabeta, “a gente começava a trabalhar muito novinho, não estudava”. É separada, hoje com ela moram 8 filhos e quatro netos. Saiu da Fazenda Dores do Paraybuna rumo a Juiz de Fora, estimulada por um filho que se encontrava morando em Juiz de Fora. Peregrinou de um bairro a outro pagando aluguel. Quando um filho que já morava no Dom Bosco e já estava mais estabelecido no local, chamou para ir morar no Dom Bosco, que representou a possibilidade de parar de pagar aluguel, apesar de que o lote não pertence a família, foi ocupado. Quando chegou ao local há dez anos, onde hoje é sua casa, relata que “tinha pedacinho cheio de lixo... lugar pequenininho... a gente limpou... a gente olhava... a gente fez um comodozinho, entrou dentro e tá construído até hoje.. foi difícil, mais graças a Deus chegou lá”. Hoje a família mora numa casa estruturada de dois andares, no pavimento inferior moram Maria do Carmo e seus 8 filhos e 4 netos e no pavimento superior, a filha com o esposo e três filhos. Maria do Carmo é do lar, seus filhos não estão empregados formalmente, fazem serviços eventuais (faxinas e construção civil). No decorrer da entrevista demonstrou preocupação em ter que sair do local, por não possuir escritura do imóvel, “por isso não gasto mais dinheiro, não faço

mais nada”. E com relação à chuva relatou o receio do barranco descer e

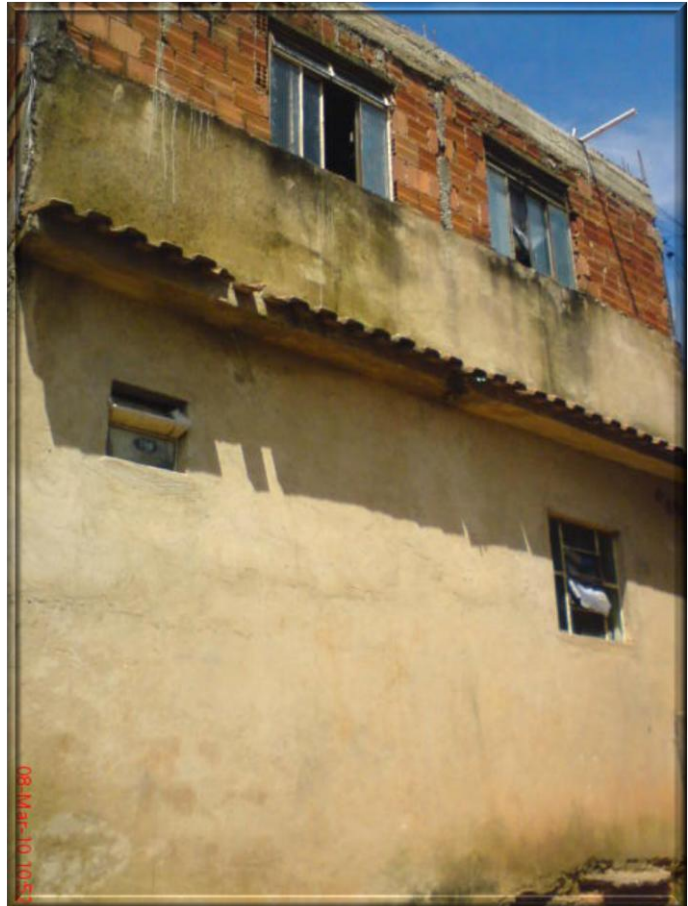


Foto 12: Moradia da Sra. Maria do Carmo. Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 08 de Março 2010.

das dificuldades em andar na rua onde mora, que ainda não é asfaltada. “Tenho uma filha que é epiléptica, uma vez teve que carregar ela e subir aquilo ali escorregando... fico preocupada com a chuva por causa daquela casa que fizeram próxima ao barranco... medo da casa cair e atingir a gente”, finalizou.

Maria Isabel

Bisneta de escrava, 64 anos, natural de Juiz de Fora, analfabeta, viúva, a renda familiar é de um salário mínimo, decorrente da pensão deixada pelo marido. Ainda criança foi para Piau-MG, e lá trabalhava numa fazenda. Em torno de 1973 chegou para morar no Dom Bosco, mas anteriormente “tomava conta” de um sítio no bairro Aeroporto e em troca morava numa casa dentro do sítio. E quando o proprietário pediu a casa, foi para o Dom Bosco por ter encontrado um lote que estava sendo vendido pelo valor que possuía de CrZ\$ 500,00. “Se eu tivesse condições comprava num lugar melhor”, os materiais foram conseguidos através de doação, os colegas do filho que ajudou a construir, foi feito um mutirão “dava café, almoço ao pessoal”. “Foi difícil, pagava os outros pra levar pra lá, o pessoal catava o material da gente”...os moradores de baixo discriminava, fala que era favela”. A casa de Maria Isabel, era de alvenaria, com dois pavimentos, foi demolida em 2008, porque estava numa área sujeita a escorregamento de terra. A partir de então ela recebe R\$ 180,00, referente ao auxílio aluguel pago pela Prefeitura de Juiz de Fora. Junto com ela moram suas 3 (três) filhas e 5 (cinco) netos. Questionada sobre seu o sentimento quando chove diz: “fico tranqüila, não estou na situação de risco.”



Foto 11: Moradia de Maria Isabel, demolida pela Defesa Civil em 2008. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora - MG. 30 de Maio 2006.

Patologia Identificada²⁸: “Construção em dois pavimentos, em padrão construtivo baixo, com revestimento externo do 1º pavimento executado parcialmente, ficando a alvenaria exposta neste e no 2º pavimento. A construção está posicionada junto a talude de corte a prumo, ficando os cômodos da parte posteriores insalubres (umidade e iluminação e ventilação insuficientes). O referido talude de corte apresentava-se com material desagregado (mistura de alteração de rocha, areia, silte, vestígios de argila e solo orgânico) sujeito a deslizamentos”.

Indicação: Demolição do imóvel.

²⁸ Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Pasta Especial BO's Diversos: Relatórios Técnicos do bairro Dom Bosco.

Fátima

Natural de Juiz de Fora, neta de escrava por parte de mãe, tem 38 anos, mãe de 6 filhos, destes apenas estão sob sua responsabilidade 4 (quatro) filhos de (1, 6, 9 e 16 anos). Desempregada, cursou até a 1ª série, teve o benefício do Programa Bolsa Família suspenso. Não sabe informar em que ano chegou ao Dom Bosco, apenas falou sobre o motivo que a levou para aquele bairro: o casamento com seu companheiro (falecido). Ao ser questionada sobre sua infância, demonstrou muita dificuldade em expressar, se resumiu em dizer que trabalhou “tomando conta de criança”. Ao ir para o Dom Bosco, ficou morando por um período na casa da sogra e aos poucos foi construindo sua casa que era de “madeirite”, “chão de terra”... não gosto de lembrar”, diz ela. Certamente, não é agradável para ela recordar os momentos difíceis que viveu, até quando a Defesa Civil em 2003 atendeu o chamado de escorregamento de terra em que gerou a remoção de algumas famílias, como a de Fátima. Que passou a ser beneficiada com o auxílio aluguel até 2007, quando recebeu uma moradia da COHAH e hoje se divide entre sua morada e a casa do seu atual companheiro, que mora no Dom Bosco. “Quando chove hoje, já não tenho medo... sinto coisa boa... ter a casa da gente... ter algo que é da gente é muito bom”.



Foto 12: Moradia de Fátima, demolida em 2003. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jan 2003.

Patologia Identificada²⁹: “Casa nº722 - Barraco em condições precárias, tendo sido feitas algumas melhorias com ajuda dos Vicentinos, estando localizado na crista de encosta instável, com lixo, entulho, bambuzal e afloramentos rochosos, sendo um deles de maior relevância”.

²⁹Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Pasta Especial 05/06. BO 844-01/2003



Foto 13: Moradia de aluguel, pago pela Prefeitura a Fátima. Estava na área de risco, quase próximo ao local que morava anteriormente e que foi removida em 2003. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 Maio 2006.

Patologia Identificada³⁰: “Trata-se de barraco em padrão construtivo baixo, coberto em telhas de fibrocimento localizado sobre meia encosta junto a talude de corte, o alicerce apresenta-se raso e inadequado. A edificação apresenta-se insalubre devido à proximidade ao talude (umidade excessiva, insolação e ventilação insuficientes). Os esgotos e o lixo são lançados a céu aberto sobre a encosta à jusante da edificação. Verifica-se que a edificação não oferece condições de salubridade adequadas aos moradores bem como está exposta à cunha instável sujeita a deslizamentos”.

Indicação: Demolição do imóvel.

³⁰Tudo constante nos arquivos da Defesa Civil de Juiz de Fora-MG. Pasta Especial BO's Diversos: Relatórios Técnicos do bairro Dom Bosco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começar um trabalho é diferente de chegar ao seu fim, mas não diria que chegou ao fim e sim que estou fazendo uma pausa para prosseguir mais adiante. Mas, até onde cheguei, já não sou a mesma quando fiz as primeiras leituras, dando os primeiros passos temerosos e incertos quanto ao que estava buscando aprender e apreender. Sinto que algo mudou, seja na minha prática profissional ou o meu olhar frente à realidade que trabalho e as pessoas que são atendidas pela Defesa Civil devido ao risco habitacional e ambiental que estão expostas.

Kosic (1989) define a totalidade como um todo estruturado e dialético, que os fatos podem ser racionalmente compreendidos e que não é possível compreender a realidade na sua totalidade e sim sua fração que faz parte de um todo. Para entender a realidade é necessário ir à estrutura que é a sua base geradora. Partindo desse princípio busquei nas fontes históricas a formação social e o acesso a terra no Brasil colonial e a partir de então pude compreender que as sementes da desigualdade social e racial e a restrição do acesso a terra foram plantadas a partir do século XVI.

Para Kowarick (1994), o que deve interessar no sistema colonial são suas características básicas e “herança”, ou seja, as raízes profundas no percurso do século XIX cafeeiro e que trouxeram conseqüências no processo de formação do capitalismo e das classes sociais no Brasil. Hoje, colhemos seus frutos, somam-se 57 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, sem moradia digna e com sérias dificuldades de acesso aos bens e serviços da cidade.

A problemática urbana no tocante as moradias situadas em áreas de risco, vem se agravando, porém a perspectiva de análise perante aos desastres ambientais tem se mantido conservadora, colocando o problema fora da estrutura que engendra a ocupação desordenada, culpando a população que constrói as casas nestas áreas ou aos céus por mandar tanta chuva.

A verdade é que chuva não combina com pobreza. Ao cair uma quantidade considerável de água sobre uma região ocupada desordenadamente, com moradias precárias situadas na margem de curso d'água ou na encosta, o resultado não será outro, senão a destruição, que chamamos de sinergia destrutiva. Contudo esse trabalho não se propôs a estudar apenas esse fenômeno, mas a população moradora das áreas de risco na cidade de Juiz

de Fora e a hipótese levantada era de que o negro pobre é quem habita essas áreas vulneráveis aos riscos ambientais.

No decorrer do estudo e da pesquisa pude constatar que a cidade de Juiz de Fora não é para todos, principalmente para aqueles que trazem na pele o estigma da senzala, dos cruéis castigos e pagam ainda um preço muito alto. Como pode ser constatado nas pesquisas de emprego e de salário o negro sempre está em desvantagem com relação ao branco. São 8 milhões de brasileiros morando precariamente, segundo pesquisa do IPEA (2009), dentre estes 40,1% das famílias são chefiadas por homens negros e 21,3% por homens brancos.

Em Juiz de Fora, hoje são 35.986, que corresponde a 7% de seus habitantes, morando em áreas de risco. Sendo que dentro desse universo, 70,5% são negros e 29,5% são brancos e o poder público não tem tomado medidas preventivas e eficazes para reduzir esses números. Ficando claro, que não há uma preocupação com essa população. Isso seria uma forma velada de discriminação ou de reafirmação de que o negro pobre deve continuar sofrendo, mas outro tipo de violência: a de não ter seu direito por garantia constitucional de morar bem e com qualidade de vida?

A pesquisa realizada no Dom Bosco possibilitou compreender melhor a trajetória de luta e vida dos escravos e dos seus descendentes que foram morar naquele bairro, ao sair das fazendas de café por volta de 1930. A luta não compreendeu apenas um lugar para morar, mas para sobreviver. Motivo que mobilizou as famílias a vir morar na cidade. Apesar da falta dos serviços básicos como água e luz, pois o bairro no início não tinha absolutamente nada a não ser trilha e mato, os primeiros moradores conseguiram superar as dificuldades. Com o tempo foram chegando os investimentos públicos e infraestrutura. Mas apesar disso, ali mora uma população em sua maioria negra pobre, localizada na área de risco, que necessita de mais investimentos em obras de contenção, remoção para local seguro e promoção de melhorias habitacionais.

Vários investimentos imobiliários e de serviços estão sendo realizados no seu entorno, o que dá uma sensação aos moradores de valorização do bairro, mas não se dão conta, que os aqueles sem condições econômicas não podem usufruir. Tome-se como exemplo o Hospital Monte Sinai, os entrevistados afirmaram, caso não possuam um plano de saúde não é atendido naquele hospital situado, outros não vão ao Shopping Independência, “nunca fui lá, não tenho dinheiro para comprar nada”, afirmou uma entrevistada da pesquisa. A construção do Shopping retirou o campo de futebol (**Anexo 13**), que era o lazer aos domingos para os

moradores. Ao serem questionados sobre o sentimento quando o campo foi retirado, responderam:

“Falta de consideração com a gente, não tem praça, não tem creche.”

“Um grande golpe, única área de lazer, foi para área longe do bairro.”

“Ficou horrível. Todo mundo ficou triste era área de lazer, prejudicou muito a gente.”

“Isso não foi muito bom, porque as crianças gostam de brincar, ficam sem fazer nada.”

Serão eles indesejados na cidade? Essa gente continua com um histórico de desterritorialização, de tirar a força ou por imposição sua vontade. Cada vez mais são empurrados para os cantões da cidade, onde apenas resta continuar lutando para ter um lugar para viver, mesmo que esse lugar coloque em risco sua vida. A cada chuva, se repete a necessidade de sair de um lugar para outro, porque aquele lugar que sobrou para morar está em risco e o que mais sobra? Senão as políticas manipuladas pela lógica do favor e do assistencialismo. O que sobra para esses cidadãos juizforanos é aceitar a remoção provisória para um abrigo público e posteriormente a inclusão no Programa de auxílio-moradia, com o pagamento de aluguel num valor abaixo do mercado imobiliário, até que sejam contemplados com uma nova moradia financiada pelo Governo Federal.

Quanto custa o preço para chegar a morar num lugar seguro? Custa o preço de uma trajetória de espoliação urbana, definida por Kowarick (1979), como a retirada da população pobre do acesso aos bens e serviços de direito.

A hipótese levantada neste trabalho foi confirmada no estudo da parte de uma realidade chamada Dom Bosco, que faz parte do todo chamado Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Anna Cláudia Rodrigues Alves, BARBOSA, Christiane Pimentel Duar, MARTINS, Kátia, CORREA, Maria Celeste Freire. **Habitar X Morar: Uma análise Crítica - A perspectiva dos excluídos da política de habitação em Juiz de Fora.** Juiz de Fora - MG, 2002, 82f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.

ARBEX, Daniela. De cada R\$ 100,00 movimentados em JF, menos de R\$ 3,00 ficam com os mais pobres. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora – MG, Caderno Voto & Cidadania, p. 1, 28 Set. 2008.

BARROS, Ana Cláudia de e ARBEX, Daniela. JF falha nos projetos habitacionais. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora – MG, p. 3, 29 Nov. 2009.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930.** Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2006.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, vol. XXIX, 2004, p. 711-729. Disponível em: < <http://www.nabil.org.br/publicacoes.php?idTipo=1>>. Acesso em 02 Jul. 2010.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 16 de ago 2009.

COIMBRA, Fausto. Programas habitacionais excluem baixa renda. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora - MG, p. 3, 9 Nov. 2008.

CAMPOS, Andreilino Campos. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1998, p.95 – 143.

_____, _____. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1998, p.21-37.

CARDOSO, Aduino Lúcio e AZEVEDO, Sérgio de. **Necessidades Habitacionais: Notas metodológicas,** 2009. Disponível em: < <http://www.eadtrabalhosocial.com.br/moodle/mod/resource/view.php?id=520>>. Acesso em 28 Jul. 2010.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato negro no pós-abolição: Memória, migração e estabilização.** Baixada Fluminense – RJ (1888-1940). Programa de Pós-Graduação em História Social/Mestrando. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em www.uss.br/.../Carlos_Eduardo_Costa_Campesinato_Negro_no_PosAbolicao.pdf - Acesso em 01 Jun. 2010.

COSTA, Fabíola. Ameaça de favelização. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora – MG, p. 3, 11 Nov. 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 341 – 362.

COSTA, Teresa Hilda Bezerra Sousa e Lima, Rochelly Euzébio de. **Questão Urbana e Serviço Social Social**. Serviço Social e Sociedade, ano XXV, n. 79, Cortez, 2004, p. 162-171.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 31-58.

Estatuto da Cidade. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 21 Out 2007

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia brasileira: economia e diversidade**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 9 – 71.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo. 2001, p. 116 – 162.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Dominus Editora, Vol 1, 1965, p. 1 - 69.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983, p. 60-106.

FREITAS, Décio. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 11-23.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed Nacional, 1980, p. 5-38.

GRIZENDI, Lucimar Therezinha. **Condições de Moradia e Risco: Representações Sociais e Moradores da Periferia de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro/RJ, 2003, 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social da PUC – Rio de Janeiro, 2003.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)**. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971, p. 3 – 40.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 15-70.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Trabalho e Vadiagem: **A origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da Tragédia urbana**. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso em 21 Out 2007.

MARIOSIA, Gilmara Santos. **Memória e Representações Sociais de Práticas Religiosas de Matriz Africana**. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p. 19-55.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M.L. **Memórias de cativoiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDONÇA, Cláudia Augusta Lopes de. **Intervenções em áreas de risco**. In FERNANDES, E. e ALFONSIN, B. A lei e a legalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 43-56.

Ministério das Cidades/Cities Alliance. **Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais**/Celso Santos Carvalho e Thiago Galvão, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Cities Alliance, 2006.

MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, Capital e Poder**. Políticas Públicas e Questão Urbana na Manchester Mineira. Niterói/RJ. 1990, p. 85-144. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, 1990.

MENEGAT, Elizete. **Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais**. In POGGIESE, H. e COHEN EGLER, T. T. *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social Y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009, p. 93-103.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora**. In BORGES, Célia Maia (Org). *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora – MG: Ed. UFJF, 2000.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. **Mobilidade Residencial, Segregação sócio-espacial e globalização em Juiz de Fora, Minas Gerais: Estudo de Caso no Alto Santo Antônio**. Juiz de Fora – MG, 2006, 150f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

PAVAN, Beatriz J. C. **A Estrutura Social na Territorialização do Desastre: uma análise do padrão sócio-econômico e espacial dos afetados pelas chuvas no município de São Carlos, SP**. São Carlos: UFSCar/Departamento de Ciências Sociais, 2005. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso, 2005.

PAVAN, Beatriz J. C. **Construção social do lugar: segurança e risco na visão de desabrigados em decorrência de desastres relacionados às chuvas**. São Carlos:UFSCar/Escola de Engenharia, 2009.167f. Trabalho de Conclusão de Curso, 2009.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira de. e TABOADA, Kleyd Junqueira. **Conceitos Básicos para Intervenções Habitacionais**. Curso a distância. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, 2009. Disponível em: <http://www.eadtrabalhosocial.com.br/moodle/file.php/14/Aulas_EADTS/AULA_4.pdf>. Acesso em 18 Ago. 2010.

POCHMANN, Márcio. **Apresentação**. In PINHEIRO, L., FONTOURA, Natália de Oliveira., QUERINO, Ana Carolina., BONETI, Alinne., ROSA, Waldemir. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3.ed. Brasília: IPEA, 2008, p. 5-35. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/.../Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em 05 Jul. 2010.

Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria Especial de Políticas Regionais /Departamento de Defesa Civil, 1996.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945, p. 3-14.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 9 – 70.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a questão social na grande cidade**. Artigo do 1º Relatório Científico da Pesquisa Temática Gestão Pública e Inserção Internacional das cidades. São Paulo: Lua Nova, 2006, p. 14 – 48.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993, p. 59-133.

SILVA e SILVA. Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1989, p. 20-32.

SIENA, M. **A Vulnerabilidade Social diante das Tempestades: da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero**. São Carlos: UFSCar, 2006. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso. 2006.

SOUZA, Sônia Maria de. **Terra, família e solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 9-130.

TAVARES, Gisele Machado (Org.). **Atlas Social - Juiz de Fora**. Diagnóstico/Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

VALENCIO, N.F.L.S et al. **Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa**. Revista São Paulo em Perspectiva, v 20 n 1 , jan-mar 2006 (no prelo). Disponível em www.ds.ufscar.br/.../producao-bibliografica. Acesso em 12 mai 2007.

VALENCIO, N.F.L.S et al. **Caracterização da vulnerabilidade dos assentamentos humanos perante os perigos hidrometeorológicos: um estudo de caso no município de São Carlos** - SP. Disponível em

http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT03/norma_felicidade.pdf. Acesso em: 12 de mai 2009.

VALENCIO, N.F.L.S et al. **Desastres no Brasil:** uma abordagem dos desafios sócio-culturais e político-institucionais para a Defesa Civil. São Carlos/SP. Disponível em www.disaster-info.net/lideres/portugues/.../OPS-MS-Norma.doc. Acesso em: 12 de mai 2009.

VALÊNCIO, N.F.L.S et al. **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos – SP: Rima editora, 2009. Disponível em www.ds.ufscar.br/...desastres.../livro-sociologia-dos-desastres-versao-eletronica. Acesso em: 23 jun de 2010.

VALENCIO, N. F. L. S. **Da "área de risco" ao abrigo temporário:** uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008. p. 1-30. Disponível em: <<http://www.ds.ufscar.br/laboratorios/neped-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-sociais-em-desastres-1/gestao-de-desastres>>. Acesso em 21 Ago. 2010.

YAZBEC, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social:** expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 33- 39.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Anuário estatístico de Juiz de Fora.** Centro de Pesquisas sociais UFJF. 2008.

Sites Consultados:

www.fjp.mg.gov.br

<http://www.cidades.gov.br/>

http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf

<http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/CLAUDIO.pdf>

<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/THIAGO%20BUENO%20PEREIRA.pdf>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100006&script=sci_arttext&tlng=en

<http://www.geocities.com/capitanias/criacao.htm>

http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo03_index.htm

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100006&script=sci_arttext&tlng=en

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>

http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf

<http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/CLAUDIO.pdf>

<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/THIAGO%20BUENO%20PEREIRA.pdf>

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100006&script=sci_arttext&tlng=en

<http://www.geocities.com/capitanias/criacao.htm>

http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo03_index.htm

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142003000100006&script=sci_arttext&tlng=en

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>

<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/047.pdf>

<http://www.diariodopara.com.br/noticiafull.php?idnot=42755>

<http://www.oeco.com.br/reportagens/37-reportagens/19448-brasil-ignora-desastres-naturais>

<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=reportagem+sobre+deslizamentos+de+terra+em+petropolis+em+1985&btnG=Pesquisar&meta=>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u104111.shtml>

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,numero-de-favelas-no-mundo-pode-triplicar-alerta-onu,347294,0.htm>

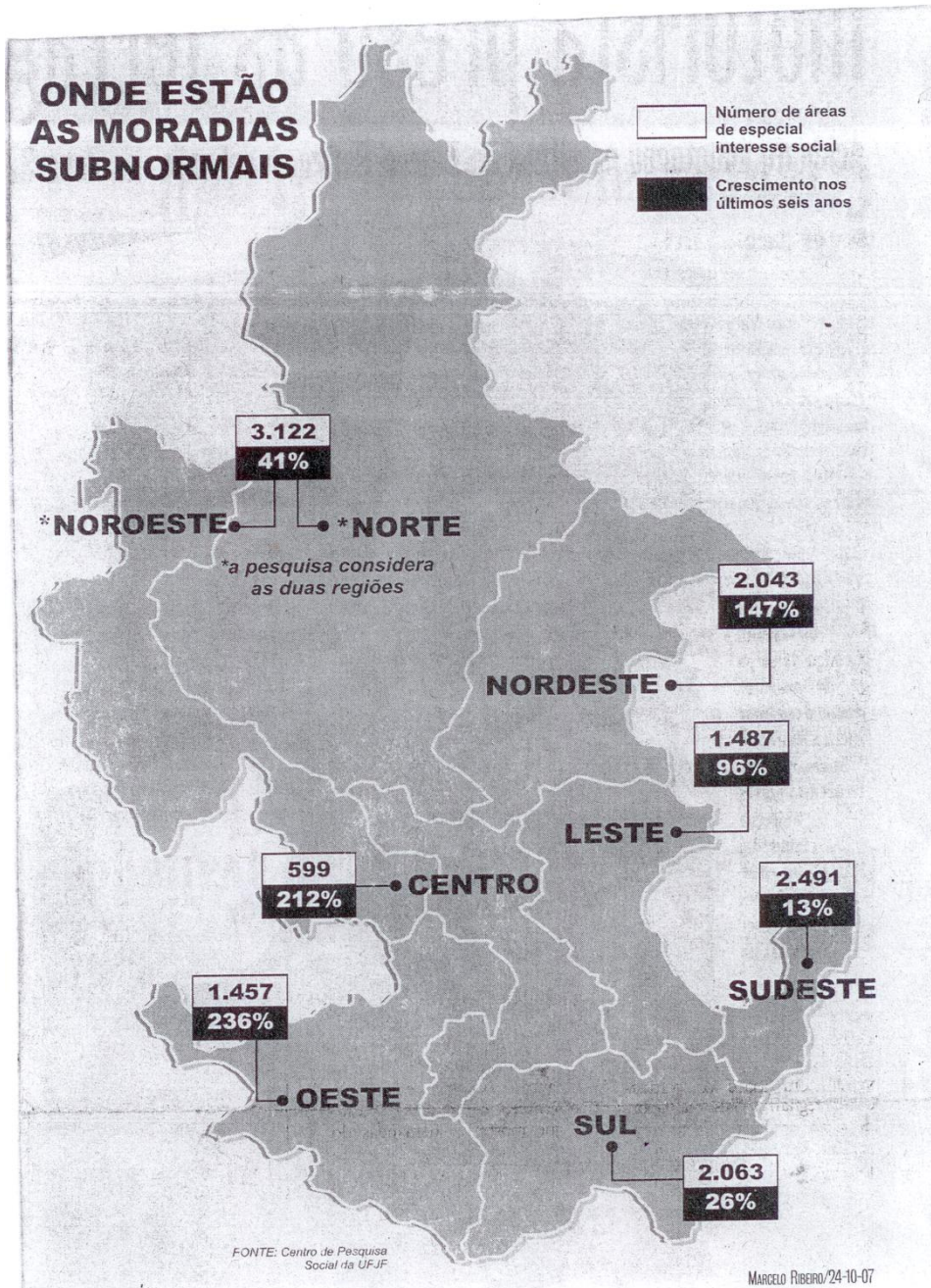
http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/047.pdf>

http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/download/nec_hab.pdf

ANEXO 1

Tribuna de Minas
DOMINGO
11 de novembro de 2007



ANEXO 2

LEI N.º - 9.363 de 15 de outubro de 1998.

Institui o programa Banco de Materiais Básicos de Construção - PROBAC, para a população de baixa renda do Município de Juiz de Fora.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - É instituído o Programa Banco de Materiais Básicos de Construção - PROBAC, para financiamento de materiais básicos destinados à construção de módulo habitacional unifamiliar, a famílias com renda de até cinco salários mínimos.

§ 1.º - Para os fins do PROBAC, entende-se como módulo habitacional unifamiliar, a construção econômica com área igual ou inferior a 30m² (trinta metros quadrados), admitida a ampliação futura.

§ 2.º - Compõem o Banco de Materiais citado no "caput", materiais construtivos básicos agrupados em seis categorias:

I - agregado;

II - material hidráulico;

III - material elétrico;

IV - material cerâmico;

V - esquadrias;

VI - madeira.

Art. 2.º - São objetos do Programa Banco de Materiais Básicos de Construção:

I - facilitar e promover a produção de módulo habitacional unifamiliar, mediante o financiamento de materiais básicos de construção;

II - incentivar a pesquisa de novos materiais, a inovação de técnicas construtivas e a elaboração de projetos alternativos que visem a reduzir o custo e melhorar a qualidade das habitações populares;

III - incentivar a microempresa e pequena empresa do Município de Juiz de Fora pela abertura de linhas de crédito diretas ao consumidor final, para a aquisição de materiais de construção.

Art. 3.º - Os recursos necessários à execução de Programa Banco de Materiais Básicos de Construção, constituem-se de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Art. 4.º - O desenvolvimento, a implementação e a operacionalização do programa são de responsabilidade da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S/A - EMCASA-JF, à qual compete:

I - articular as ações entre o governo, universidade, entidades representativas da construção civil, entidades de classe ligadas à produção habitacional e representantes da comunidade em geral, para a definição do módulo habitacional unifamiliar e dos materiais básicos necessários à sua construção.

II - habilitar os estabelecimentos comerciais para fornecimento dos materiais de construção.

III - firmar convênios para atender aos objetivos do programa;

IV - definir critérios para atender aos objetivos do programa;

V - conceder o financiamento para aquisição dos materiais básicos de construção;

VI - acompanhar e avaliar a execução do programa, com a finalidade de aferir o desempenho físico, econômico-financeiro, social e institucional e sua vinculação às diretrizes governamentais;

VII - acompanhar e avaliar os ganhos sociais e o desempenho do programa.

Art. 5.º - Cabe ao setor competente da Prefeitura de Juiz de Fora a fiscalização da utilização dos materiais de construção, de conformidade com o estabelecimento nesta Lei.

Art. 6.º - O Chefe do Executivo regulamentará e implementará o Programa Banco de Materiais Básicos de Construção - PROBAC - prazo de sessenta dias contados da publicação desta Lei.

Art. 7.º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 15 de outubro de 1998.

a) TARCÍSIO DELGADO - Prefeito de Juiz de Fora.

a) GERALDO MAJELA GUEDES - Secretário Municipal de Administração.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora

Sistema de Legislação Municipal – JFLegis - <http://jflegis.pjf.mg.gov.br>

ANEXO 3



BO

Boletim de Ocorrência Nº : _____ - ____ / _____

Data: ____ / ____ / ____ Horário: _____ Atendente: _____

SOLICITANTE: _____
 END: _____ Nº: _____ Compl: _____ Nº: _____
 BAIRRO _____ CIDADE: _____ TEL: _____ CEL: _____
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: _____ Nº: _____ COMPL: _____
 BAIRRO _____ REGIÃO: _____ CIDADE: _____ CEP: _____
 REFERÊNCIA: _____
 AGENDAMENTO: _____

TIPO DE OCORRÊNCIA:

- 01-Ameaça de desab. de edificação
- 02-Desabamento parcial de edificação
- 03-Desabamento total de edificação
- 04-Ameaça de desabamento de muro
- 05-Desabamento de muro
- 06-Ameaça de desab. de contenção
- 07-Desabamento de contenção
- 08-Ameaça de conteng. de talude
- 09-Escorregamento de talude
- 10-Ameaça de escorregamento de pedra
- 11-Escorregamento de pedra
- 12-Ameaça de queda de árvore
- 13-Queda de árvore
- 14-Destelhamento parcial
- 15-Destelhamento total
- 16-Trinca/rachadura
- 17-Enxurrada
- 18-Inundação
- 19-Rua danificada
- 20-Construção sem orientação técnica
- 21-Movimento de terra
- 22-Incêndio
- 23-Infiltração laje/parede/muro/piso
- 24-Orientação técnica preventiva
- 25-Produtos perigosos
- 26-Outras: _____

Confirma o tipo de ocorrência? SIM NÃO Indique o novo código: _____

VULNERABILIDADE SOCIAL: SIM NÃO IMÓVEL: COMODATO PRÓPRIO ALUGADO

TIPO DE MORADIA	PADRÃO CONSTRUTIVO	CONDIÇÕES DE MORADIA	URBANIZAÇÃO
<input type="checkbox"/> Placa Pré-Moldada	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Interditada	<input type="checkbox"/> Rede de Água
<input type="checkbox"/> Barraco	<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Temp. Interditada	<input type="checkbox"/> Rede de Esgoto
<input type="checkbox"/> Alvenaria	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Em avaliação	<input type="checkbox"/> Coleta de Lixo
<input type="checkbox"/> Estruturada	<input type="checkbox"/> Sub-Normal	<input type="checkbox"/> Liberada Ocupação	<input type="checkbox"/> Pavimentação
Número de Moradores: _____		<input type="checkbox"/> Parcialmente Interditada	<input type="checkbox"/> Rede Cap. Águas Pluviais
			<input type="checkbox"/> Rede Elétrica

Idade	Ocupantes	Desalojados	Desabrigados	Deslocados	Desaparecidos	Levemente Feridas	Gravemente Feridas	Enfermos	Mortos	Total
0 a 14										
15 a 64										
> 65										
Gestantes										

VISTORIA: _____
 Data: ____ / ____ / ____
 Hora: ____ h
 VISTORIADOR(ES): _____

ANEXO 4 – Registros da imprensa sobre as vítimas fatais em decorrência das chuvas

Tribuna de Minas

Cidade

JUIZ DE FORA TERÇA-FEIRA 12 DE DEZEMBRO DE 2000

GLEICE LISBOA/11-12-00



GRANJAS BETHÂNIA: três crianças e um adulto morreram soterrados pelos escombros e outras duas pessoas continuam internadas

Após 3 anos sem perdas
Mortes em desabamento revelam
riscos de construções irregulares

Tribuna de Minas
DOMINGO
19 de janeiro de 2003

Tragédia

Temporal de 5 horas mata e desabriga em JF

No Três Moinhos, duas crianças morreram soterradas, aumentando para cinco o número de mortos pela chuva na cidade em um mês

Dois crianças, uma de 1 ano e outra de 3, morreram soterradas, no Bairro Três Moinhos, na noite de sexta-feira, em mais uma tragédia provocada pelas chuvas em Juiz de Fora. Além das mortes, a chuva que caiu por mais de cinco horas seguidas, deixou cerca de dez casas condenadas, três feridas e pelo menos 62 desabrigados, a maioria crianças. Com este caso, já são cinco mortes provocadas pela chuva na cidade, em um mês. Em dezembro do ano passado, três pessoas de uma mesma família morreram soterradas no Bairro Graminha.

Da noite de sexta-feira até o início da tarde de ontem, a Defesa Civil registrou 195 ocorrências. As áreas mais afetadas foram as da região Leste e trechos da Zona Sul. O departamento continua em alerta quanto à previsão de mais chuvas no final de semana. Segundo o diretor da Defesa Civil, Sérgio Rocha, são 44 áreas de risco, sendo consideradas críticas o Três Moinhos e o Alto do Santo Antônio.

No Três Moinhos, o casal Josiane da Silva, 21 anos, e Márcio Antônio da Silva, 24, dormiam com os dois filhos dentro de um barraco com dois cômodos, quando foram surpreendidos pela terra, que desceu de uma encosta. Os filhos de quatro e seis



Dois: Josiane da Silva (com o braço engessado), que perdeu os dois filhos, é amparada ao chegar na escola onde vai ficar abrigada

Foto: Vitor/18-01-03

Tribuna de Minas
QUINTA-FEIRA
15 de janeiro de 2004

Mais tragédias

Chuvas causam quinta morte em Juiz de Fora

Criança morreu soterrada na Vila Esperança II, na Zona Norte, área mais prejudicada pelo temporal, que voltou a arrasar a cidade à noi

O menino Kildare Augusto Fernandes, 4 anos, morreu ontem à noite, vítima da chuva, na Vila Esperança II. Agora, já são cinco mortos esse ano, em Juiz de Fora, devido aos últimos temporais, mesmo número de vítimas do verão passado. Segundo o pai da criança, José Fernandes, ela foi soterrada pelo barranco dos fundos do barraco onde morava, na Rua 1A 12, porque voltou para pegar um par de chinélos. Outras duas crianças entraram na casa com Kildare, mas conseguiram escapar. O pai encontrava-se em um bar próximo, onde as esperava.

Vizinhos acionaram o Resgate do Corpo de Bombeiros, que encaminhou o menino à Policlínica de Benfica. A médica que atendeu a vítima informou que Kildare chegou com parada cardio-respiratória e não respondeu a tentativas de reanimação.



Dor: pai chora ao confirmar a morte do filho de 4 anos na Policlínica de Benfica

TRIBUNA DE MINAS
30/10/2004

irageia

Desabamento mata pai, dois filhos e enteado

Mãe e filho de 8 anos foram os únicos sobreviventes do acidente na Nossa Senhora Aparecida, ocorrido depois de horas ininterruptas de chuva

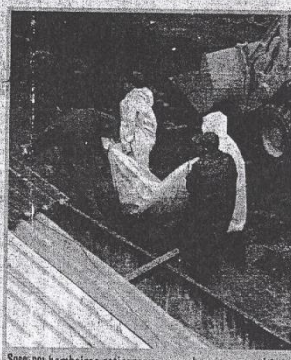
GETÍLIO VARGAS MACHADO*
REPORTER

“Eu ouvi o barulho, pulsei para o lado da cama e, depois, subi no guarda-roupas. Ai, um homem apareceu e me mandou sair dali depressa. Sai correndo quando tudo caiu.” Assim, o menino Italo Oliveira da Silva, 8 anos, descreveu, assustado, como sobreviveu à queda de um muro de contenção sobre sua casa, na Nossa Senhora Aparecida, levando à morte seu pai, o comerciante José Raimundo Silva Filho, 32, e seus três irmãos. Sua mãe, Aparecida de Oliveira Paschoal, 27, saiu ileso, apesar de ter ficado, por algum tempo, com a perna presa sob o corpo do marido, imprensado por um pedaço do concreto. Este foi o trágico resultado das chuvas que caíram desde a tarde de quinta-feira, intensificando-se na madrugada de ontem, causando danos por toda cidade. Até o fechamento desta edição, a Defesa Civil havia atendido a 16 chamados.

O acidente na Nossa Senhora Aparecida aconteceu por volta das 6h. Conforme relato de familiares e vizinhos que tentaram socorrer a família, antes de ser atingido e morto, o comerciante tentou salvar os filhos Wendel Henrique Oliveira da Silva, 4 meses; Estefany Cristina Oliveira da Silva, 3 anos; e o enteado Silas Oliveira Machado, 11. Mas antes acabou preso pelo braço, no primeiro bloco de concreto que o alcançou.



DESESPERO: Aparecida em estado de choque



SOCORRO: bombeiros retiraram corpos durante a manhã

Casa tinha sido vistoriada em dezembro

No mês passado, o cunhado do comerciante José Raimundo Silva Filho, Joaquim Cassiano de Araújo, pediu uma vistoria em sua casa, situada próxima do barraco da irmã, na Nossa Senhora Aparecida. Aproveitando, também solicitou uma vistoria, que foi realizada, sendo dada a instrução para que os moradores ficassem atentos.

Para o engenheiro da Defesa Civil, o acidente não foi analisado. “C’ temporal, que caiu ininterruptamente, principalmente a partir das 10h de quinta-feira, seria um destes fatores”, assegurou o engenheiro, lembrando que também é necessário conhecer o histórico de ocorrências na região.

Perícia

Os peritos da Polícia Civil Francisco de Assis Moura e João Carlos Monteiro previram que, de dez a 15 dias deve sair um laudo detalhado sobre as causas da tragédia que matou pai, dois filhos e enteado.

Até a chegada das duas Kombis da Funerária Santa Casa, os corpos foram postos no salão térreo de um

Entrevista: Tarcísio Delgado

‘Prevenção não tem limite’

SABRINA SANTOS
REPORTER

Alado com as consequências da chuva, o prefeito Tarcísio Delgado, em entrevista à Tribuna, mencionou as mortes e ressaltou que a administração municipal está dando total apoio à família. Disse, ainda, que apesar da tragédia os trabalhos de prevenção contribuíram para diminuir o índice de vítimas nos últimos anos.

Tribuna: Qual é a primeira providência que a Prefeitura vai tomar em relação a essa tragédia?

Tarcísio Delgado: Eu, pessoalmente, tenho um trauma com isso porque perdi cinco pessoas da minha família na mesma circunstância há alguns anos. Nossa cidade sempre corre esse risco porque é montanhosa e as pessoas constroem em lugares precários. Ai vem uma chuva intensa e acontecem coisas como este. Nossa providência é assistir à família, oferecendo todo o apoio.

municipal

Prevenção não tem limite quanto mais puder fazer, melhor. Quando assumi a Prefeitura pela primeira vez, em 1991, houve 17 mortos. No ano anterior foram 21. A quantidade era maior e a cidade menor, não havia tantas ocupações irregulares. Ficamos seis anos, entre 1997 e 2002, sem vítimas fatais.

O senhor falou sobre a topografia. Antes aconteciam acidentes em locais específicos como Três Moínhos. Esse ano foram vários pontos afetados. Como conter a ocupação desordenada nessas regiões mais carentes? De que maneira a Prefeitura pode atuar?

A Prefeitura atua, e muito, mas não tem como conter. A cidade cresceu muito. As vezes, tira-se pessoas das áreas de risco inapetidas, e nesta região nada acontece. Já na área não identificada cai. Infelizmente não é matemática, é algo imprevisível. Estamos construindo conjunto habitacional em Linhares para pessoas que perderam suas casas. Esses fa-

JUIZ DE FORA – Domingo, 15 de Novembro de 2009.

JF HOJE

Marcas de uma tragédia

JOÃO SCHUBERT

• **Corpos de mãe e filha que morreram soterradas foram enterrados ontem. Pai continua internado**

Eduardo Vanini

eduardo.vanini@fhoje.com.br

As marcas do desmoronamento do barranco de 30m que matou mãe e filha no Bairro Vila Ideal ainda chocam amigos da família e curiosos. Na tarde de ontem, o local da tragédia, na Rua Giuseppe Novelino, recebeu muitas visitas. Todos contavam que era impossível esperar que algo do tipo acontecesse ali. Entre os escombros, ainda era possível encontrar roupas e brinquedos da menina de 2 anos que faleceu no local.

O acidente aconteceu por volta das 2h de sexta-feira. Fabiana Cristina da Silva Nascimento, 25, e a filha, Lídia Carvalho da Silva, 2, morreram soterradas. O pai, Luiz Fernando de Carvalho Nascimento, foi lançado para fora da casa, sendo encontrado por vizinhos do outro lado da rua. Ele foi re-

movido do local pelos bombeiros com fratura no fêmur e encontra-se na Santa Casa de Misericórdia, onde passa bem. Os corpos de mãe e filha foram enterrados ontem no Cemitério da Barreira do Triunfo.

O taxista Paulo Sérgio da Cunha, 42, mora há poucos metros do local, e chegava em casa no momento do acidente. Quando estacionou o carro, escutou um estrondo e viu a casa desabando.

— Subiu muita poeira. Fui ajudar e percebi que Luiz estava no meio da rua — relembra.

Para o taxista, um dos agravantes para que o desastre tenha ocorrido pode ser a falta de canalização nas casas que ficam na parte de cima do morro. Segundo ele, até pouco tempo, muitos resíduos eram lançados ali.

O comerciante Erlanio Marques Alves, 35, é morador do bairro e assistiu à construção da casa, quando ia até o endereço fazer entregas de material de construção.

— O Luiz construiu esse imóvel com muita luta. É muito triste o que aconteceu — lamentou.

Para Erlanio, fatos como esse servem para deixar as pessoas mais atentas. Como ponderou, antes ninguém imagi-



• No local do desastre, na Vila Ideal, vizinhos relembram tragédia

nava que uma área como aquela podia desmoronar; agora todos ficam desconfiados em relação ao entorno:

DESTRUIÇÃO

As fortes chuvas que assolaram a cidade entre a noite de quinta-feira e a madrugada de sexta deixaram um rastro de destruição. Ao lado da casa de Luiz, por exemplo, havia uma casa em construção que também veio abaixo. Ainda, segundo informações da Prefeitura, outras duas pessoas ficaram levemente feridas, após

desabamento parcial de um imóvel no Três Moinhos, também durante a madrugada.

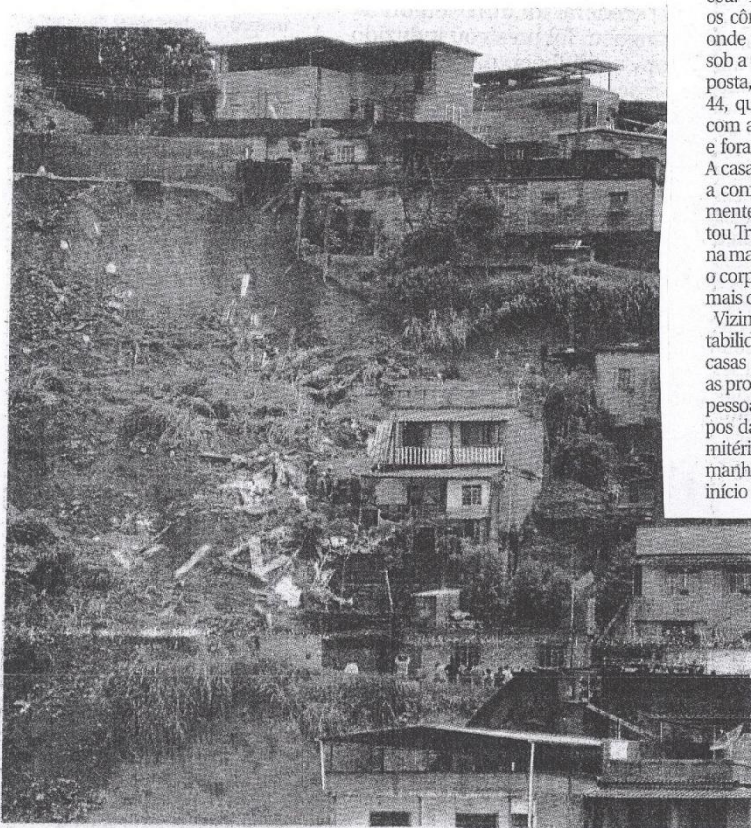
A Defesa Civil registrou 282 ocorrências das 18h de quinta às 16h de sexta. Destas, 203 foram de escorregamento de barranco, 42 ameaças de escorregamento, sete desabamentos parciais e um desabamento total.

O órgão também apresentou balanço parcial sobre o período, em que contabilizou 25 famílias desalojadas, correspondendo a 110 pessoas, sendo 53 adultos, 47 crianças e sete adolescentes.

Três idosos soterrados em Juiz de Fora

A chuva também provocou destruição e tragédia em Juiz de Fora. O deslizamento de uma encosta, no Bairro Cesário Alvim, matou três idosos na madrugada do dia 1º. O casal Cecília Gallo Andrade, 74, e Celito Sabatinelli Andrade, 78, e Ruth Gonçalves de Oliveira, 69, dormiam no imóvel, que ficava na Rua Armindo França Mendes 330, quando, por volta das 4h, houve um forte estrondo e a terra desceu. "Foi muito rápido, quando cheguei na janela os cômodos onde estavam meus pais e o outro onde dormia minha sogra, tinham desaparecido sob a terra. Ainda gritamos por eles, mas sem resposta," contou o motorista Trajano Andrade Neto, 44, que estava em outra parte do imóvel, junto com a esposa. Os dois ficaram presos no quarto e foram resgatados pela janela pelos bombeiros. A casa, onde, horas antes do incidente, aconteceu a confraternização de Réveillon, ficou completamente destruída. "Perdi tudo o que tinha", lamentou Trajano. A busca pelos corpos começou ainda na madrugada. No início da manhã, foi localizado o corpo de Ruth. Já o casal só foi encontrado após mais de 12 horas de trabalho, sob forte sol.

Vizinhos manifestaram preocupação com a instabilidade da área. A Defesa Civil interditou oito casas no local e fará novas avaliações para definir as providências a serem tomadas. Até ontem nove pessoas foram retiradas de imóveis na rua. Os corpos das três vítimas foram velados juntos no Cemitério Municipal, onde Ruth foi sepultada pela manhã. Já Cecília e Celito foram enterrados no início da tarde, no Parque da Saudade.



Somente parte da residência do Bairro Cesário Alvim ficou intacta, idosos estavam no quarto atingido

ANEXO 5 – Notícias da imprensa sobre o bairro Dom Bosco

6

E-mail: redacao@tribunadominas.com.br

TRIBUNA DE MINAS
Tribuna de Minas
DOMINGO
19 de agosto de 2011

Meio ambiente 19/8/11

JF ganha centro inédito para detectar áreas de risco

Apesar de a cidade não ter diagnóstico da situação, há sinais de que aumentam práticas como desmatamento e ocupações irregulares:

Professor da UFJF alerta que relevo acidentado é considerado um agravante para problema das encostas

Embora a profundidade média das fendas em áreas com erosão do tipo voçoroca seja, em média, de três metros, em vista do local, a Tribuna constatou uma cratera com profundidade superior a 80 metros, revelando o impacto da devastação. Além das primeiras rachaduras, são facilmente avistadas marcas de novos deslizamentos, resultados do avanço da destruição.

Algumas consequências dos processos erosivos são desmatamento de locais de floresta, assoreamento de rios e inundações e, entre as causas apontadas pelo professor, estão o crescimento desordenado, ocupação irregular, falta de controle e planejamento por parte do poder público, além do desconhecimento sobre estes riscos e a pouca colaboração da população.



Passagem perigosa: erosão aumenta a cada dia em encosta do Dom Bosco, onde crianças já caíram, preocupando comunidade

Moradora diz que fica rezando para não chover

No lugar da varanda, a dona de casa Ana Maria Santos Pereira, 47 anos, tem um despenhadeiro na frente de casa. Durante os oito anos em que mora no prolongamento da Rua Manoel Lopes Silva, Ana Maria acompanha o aumento visível da erosão na encosta do Bairro Dom Bosco, de onde a meta, a exemplo de outras crianças da redondeza, já caiu. Do alto, ela via a retinida de floresta da encosta pelo Denilmar, mas mostra-se preocupada com a falta de contenção para a queda progressiva de terra, que já invadiu mais da metade da calçada.

"Ficamos rezando para não chover", desabafa outra moradora do trecho, a dona de casa Simone de Andrade, 29. De acordo com ela, a comunidade do Dom Bosco tem acompanhado, com preocupação, o aumento do declive e se acostumou a conviver com o perigo. Para minimizar danos, segundo ela, tentaram improvisar formas de contenção, como coberturas de lama e obstáculos de madeira, visando a garantir mais segurança, principalmente as crianças. Simone diz que a falta de opção a levou para o alto do morro há seis anos, e a faz permanecer lá, mesmo ciente dos riscos a que está exposta.

AS DEZ ÁREAS POTENCIALMENTE INSTÁVEIS PARA A DEFESA CIVIL

- 1- Alto Três Molinhos
- 2- Alto Santo Antônio
- 3- Bairro de Lourdes - Rua Nilton Palmer
- 4- Lins Aires - Gruta do Puris
- 5- Santa Rita - Vila do Herói
- 6- Dom Bosco - Rua Antônio da Ribeiro e Monsenhor Gustavo Freire
- 7- Santa Cecília - Rua Américo Monteiro
- 8- Jardim da Lua
- 9- Santa Clotilde
- 10- Imagem - Rua Lúcio Pereira Cortes

Fonte: Cláudia Cavali

Tribuna de Minas
QUINTA-FEIRA
13 de fevereiro de 2003

Parecer da Defesa Civil

Dom Bosco terá 12 casas demolidas

MARCEL ANGELO
REPORTER

Doze residências na Rua Monsenhor Gustavo Freire terão que ser demolidas para evitar novos desabamentos. O parecer técnico está no relatório da Defesa Civil sobre a situação de nove casas e três barracos naquela região. A conclusão do documento deverá ser oficialmente anunciada hoje, mas o diretor do órgão, Sérgio Rocha, adiantou à **Tribuna** que não há condições estruturais seguras para que as construções voltem a ser ocupadas. No entanto, segundo Sérgio, a decisão final sobre a

demolição cabe à Diretoria de Política Urbana (DPU).

O diretor da Defesa Civil disse, ainda, que a interdição na rua continua por tempo indeterminado. "O trânsito naquela via só poderá ser liberado depois que a DPU receber o nosso relatório e decidir se irá ou não acatá-lo", explicou. Assim como a rua do Bairro Dom Bosco, pelo menos outras três vias - Luiz Creozol, no Nossa Senhora Aparecida, Grão Mogol, no Nossa Senhora das Graças, e Margarida da Costa, no Santa Luzia - continuam enfrentando dificuldades decorrentes

do período chuvoso. Moradores reclamam da falta de ônibus e do mato que cresce junto aos entulhos.

Transtornos

Os transtornos na Rua Monsenhor Gustavo Freire começaram na noite do dia 30 de janeiro, quando um deslizamento de terra, lixo e pedras por pouco não terminou em tragédia. No dia seguinte, a Defesa Civil condenou nove imóveis. Quarenta e duas pessoas foram transferidas para a Escola Municipal Álvaro Braga e, posteriormente, para o Cesporte, em Santa Terezinha.

Construções inseguras

Urgência de intervenção atinge 8 mil moradias

Problema das áreas subnormais, maioria em regiões de risco, foi agravado com temporais dos últimos dois meses na cidade

CLAUDIA PIRES

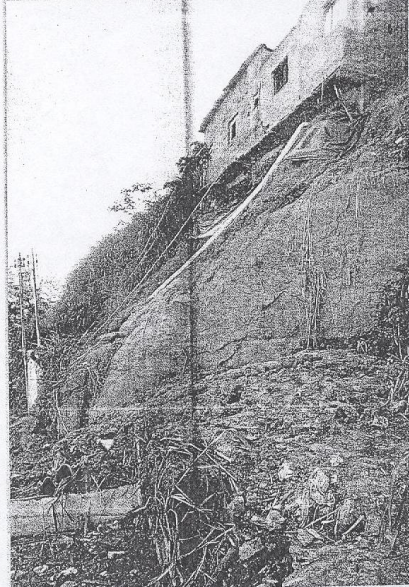
REPÓRTER
Cinco meses e o número recorde de 2.053 ocorrências em dois meses de chuvas moções obrigam o poder público a intervir para impedir que uma parcela da cidade permaneça refém dos temporais. O problema pode ser dimensionado pelo diagnóstico da Prefeitura de oito mil moradias precárias, abrangendo cerca de 32 mil pessoas, a maioria em áreas de risco. Para a Defesa Civil, a experiência e os dados dos que vivem abaixo da linha da pobreza (70 mil habitantes) apontam para um número até maior de pessoas em áreas de risco e em construções inseguras e irregulares nas encostas. A lógica atual não é a de renovar as famílias e sim urbanizar os lugares. A retratada só deve ocorrer quando não há alternativa de infraestrutura.

graria JF Bairros, que prevê a urbanização das áreas de risco. Um projeto piloto está sendo executado na Vila São Neném, no Santa Rita, mas as obras de infraestrutura não começaram. O programa total custará mais de R\$ 100 milhões. O prazo para execução é de quatro anos e depende de financiamento.

Ação em 80 pontos
Segundo o gerente de Controle Urbano, Renato Loures, não há como definir, por enquanto, quais os métodos mais complexos. Atualmente, a gerência está atuando em 80 pontos, desde a desobstrução de estradas vicinais a concertos nas redes de esgoto.

De acordo com Loures, algumas obras já estavam no planejamento, como a rede de captação de águas pluviais no Santo Antônio, interrompida pelas chuvas, a drenagem na Rua Rosa Sêler, no Grajau, e a obra de conservação de uma pedreira no Espinheira.

Com os estragos da chuva, o planejamento será revisto, e deverá ao Executivo definir prioridades, principalmente nas áreas onde moradias estão construídas, como Dom Bosco, Três Moínhos e Graminha. Neste último, onde ocorreu deslizamento que matou três pessoas, está sendo feito levantamento topográfico para verificar a medida a ser tomada. No Três Moínhos, onde morreram duas crianças, Loures informa que há necessidade de a Prefeitura fiscalizar as áreas



Em áreas de risco: por causa de situações como a de casas ameaçadas no Dom Bosco, PJF revê planejamento

JF Bairros quer urbanizar 78 pontos

O programa JF Bairros pretende urbanizar as 78 áreas subnormais diagnosticadas pela Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DPGE) cuja população estimada é de 32 mil habitantes. Segundo o coordenador do programa, Vitor Giannini, o projeto irá urbanizar, tratar questões ambientais, criar programas de emprego e renda, e equipamentos públicos. O programa já foi enquadrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a expectativa é de que o contrato de financiamento seja assinado em março. Segundo Giannini, a primeira fase contempla 30 áreas com 16 mil habitantes, justamente as mais críticas que foram castigadas por chuvas. Serão necessários R\$ 6 milhões, sendo 40% recursos do município. Com a elevação do financiamento, a Prefeitura espera executar a primeira fase até 2004. A segunda, nas 48 áreas restantes, será realizada nos dois anos subsequentes. O JF Bairros vai atuar em o problema já existe com o envolvimento e a participação das comunidades, mas, segundo Giannini, o projeto prevê discussão de políticas habitacionais e planejamento urbano, para evitar que no áreas subnormais surjam municípios.

De imediato, a Prefeitura atua em casos de emergência, principalmente nas áreas onde moradias já foram condenadas

SÁBADO
8 de março de 2003

Imóveis em risco no Dom Bosco

Demolição continua indefinida

GLEICE LASSA/07-03-03

Um mês e seis dias após o deslizamento de terra na Rua Monsenhor Gustavo Freire, no Dom Bosco, o impasse quanto à situação em que se encontra a via continua sem solução. A Diretoria de Política Urbana (DPU) aguarda decisão judicial para demolir 14 imóveis. Enquanto isso, a pista permanece interditada, comprometendo o tráfego, embora este seja, segundo moradores da região, o menor dos problemas.

O lixo se acumula na via, o mato está alto e não há sinalização ou barreira que impeça crianças de ter acesso ao barranco. Além disso, segundo a Defesa Civil, novos deslizamentos podem acontecer se houver uma chuva forte.

Cansada de entrar em contato com órgãos públicos e não conseguir resolver a questão, Isabel Tavares Martins, 42 anos, está indignada. Proprietária de uma loja de produtos agropecuários na rua interditada, afirma que "pelo menos metade do movimento e das vendas caiu desde o deslizamento". Já o marceneiro Sebastião Soares, 45, reclama da substituição do ponto de ônibus. "Estamos andando muito mais agora".

O diretor da Defesa Civil, Sérgio Rocha, explica que as árvores e o entulho jogados na rua precisam continuar onde estão, para servirem como um



PERIGO: um mês após o desabamento via continua interditada

obstáculo a mais. "É uma medida de segurança. Há uma fenda de cerca de 15m de comprimento que pode provocar novo deslizamento."

Segundo o chefe de atendimento da DPU, José Aníbal de Grazia, o problema será resolvido tão logo uma decisão judicial libere a demolição das casas. A solicitação a ser feita à Vara de Fazenda Pública será discutida segunda-feira, em

reunião dos responsáveis pela Procuradoria Geral do Município. "Vamos definir no âmbito administrativo qual a extensão do pedido", esclarece o procurador geral, Ulisses Saggiore.

Já a assessoria da Diretoria de Política Social comunicou que na próxima semana deverá haver posição definitiva sobre o local para onde as famílias desabrigadas irão.

Prevenção antes das chuvas

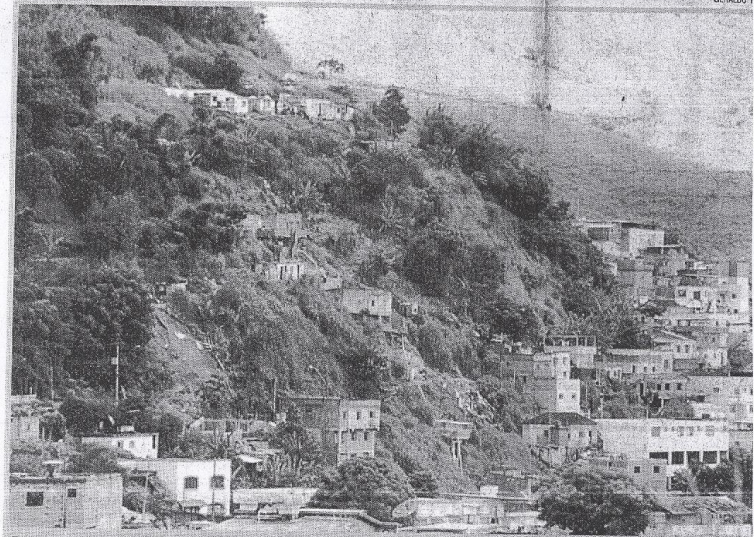
Força-tarefa atua no Bairro Dom Bosco

TRIUNFA - 12/10/03

GERALDO

Incluído entre as 45 áreas consideradas mais vulneráveis pela Defesa Civil, o Bairro Dom Bosco está mobilizando poder público, setor privado e lideranças da sociedade civil. A idéia é diagnosticar riscos sociais e físicos da região, estudar intervenções que promovam melhorias e unificar ações desenvolvidas de forma isolada por diferentes entidades. Os trabalhos são coordenados pelo Hospital Monte Sinai e tiveram início em setembro. A assistente social Maria José Berzoini informa que foi criada uma força-tarefa que se reúne todas as terças-feiras. O grupo está empenhado em criar um plano estratégico de intervenção integrada que, entre outras atribuições, tem a missão de evitar novos acidentes ambientais, como deslizamentos de terra e desabamentos. Os riscos crescem com a chegada do verão, quando as chuvas são mais intensas.

A assistente social explica que cada grupo ficou responsável por uma área específica, como educação ambiental, infra-estrutura, assistência social, segurança e promoção de saúde. A etapa seguinte é criar um documento único e



PLANO ESTRATÉGICO: grupos estão empenhados em avaliar situação do bairro para evitar acidentes

elencar as prioridades. Maria José acredita que as primeiras ações podem ser implementadas ainda este ano.

Construções rastreadas

Uma das entidades integrantes da força-tarefa é a Defesa Civil. O chefe do Setor de Engenharia da entidade, Marcos Amado, explica que esta é uma oportunidade para verificar se ainda há

construções de risco, que precisem ser derrubadas.

Quinze casas foram demolidas no Dom Bosco em consequência dos estragos provocados durante o último período de chuvas, no início do ano. O diretor da Defesa Civil, Sérgio Rocha, explica que as famílias atingidas foram transferidas para um abrigo provisório e, agora, recebem R\$ 180 mensais, a ti-

tulo de auxílio social. O dinheiro é repassado pela Diretoria de Política Social (DPS) e destina-se ao pagamento de aluguel até que cada caso tenha uma solução específica.

Sérgio Rocha lembra que outras 70 famílias desabrigadas pelos deslizamentos e desabamentos do último verão também estão recebendo o auxílio social.

Região concentra fatores de risco

De acordo com levantamento da Defesa Civil, o Dom Bosco é o 11º bairro em número de ocorrências registradas de janeiro a outubro deste ano. Em primeiro lugar, aparece o Santa Rita, com 82 ocorrências e, em segundo, o Santa Luzia, com 74.

Entre as 32 chamadas registradas no Dom Bosco estão ameaças de deslizamento, desabamentos, inundações, infiltrações e trincas

do Dom Bosco que foi castigada com as últimas chuvas concentra alguns fatores de risco. Segundo o diretor, trata-se de uma área particular, cujo loteamento não foi aprovado pela Prefeitura. Além da ocupação desordenada, com moradias de infra-estrutura precária, é preciso considerar a estrutura geológica desfavorável, com uma camada superficial de solo,

Além da ocupação desordenada, bairro tem estrutura geológica desfavorável e depósito de lixo nas encostas

a destruição da vegetação na

de geografia da UFJF, Sarah Lawall. O projeto tem orientação do professor Geraldo César Rocha e está estruturado em três etapas.

Na primeira fase, foi realizado um estudo físico da área, quando foram observadas características como vegetação, clima e relevo. A etapa seguinte baseou-se na análise de um questionário aplicado há dois anos, também por acadêmicos da UFJF. Sarah afirma que o estudo aponta o baixo índice de consciência da população do bairro, que ignora a dimensão dos riscos encontrados na região.

Tribuna de Minas
 QUINTA-FEIRA
 5 de fevereiro de 2004

Mutirão depois das chuvas

OLAVO PRAZERES/04-02-04



Em uma corrida contra o tempo, funcionários do Demlurb aproveitam a estiagem para fazer mutirão de limpeza no Dom Bosco. O objetivo é retirar a sujeira depositada nas ruas, para prevenir novas ocorrências de deslizamento e inundações. Ontem à tarde, a equipe estava removendo a terra acumulada na Rua Vicente Beguelli, depois que um barranco cedeu, em frente a um hospital. Vinte servido-

res estão envolvidos nos trabalhos que devem durar 30 dias, caso não volte a chover forte. O Diretor de Operações do Demlurb, José Francisco Nunes, observa que, apesar das campanhas de conscientização, a população continua depositando lixo em locais inadequados. O Dom Bosco é um dos bairros que merecem maior atenção no período de chuvas. Em janeiro, a Defesa Civil registrou 12 ocorrências na região.

Conseqüências das chuvas

JF ainda tem ruas interditadas e casas em risco

Trinta casas já foram demolidas, e número pode dobrar até o final de abril, quando termina período chuvoso

JACQUELINE SILVA
REPORTER

Passado o período mais crítico de chuvas, juiz de Fora ainda convive com as conseqüências das tempestades que atingiram a cidade, principalmente no mês de janeiro. Sete ruas continuam interditadas, sendo três em meia pista (ver quadro). Trinta casas já foram condenadas à demolição e, segundo o diretor da Defesa Civil, Sérgio Rocha, esse número pode dobrar até o final do período chuvoso, quando serão realizadas novas avaliações.

Não há como saber o número de desalojados, mas, só no entroncamento do Bairro Eldorado com o Vista Alegre, mais de 300 pessoas estão impedidas de entrar para suas residências em situação de risco. Em diversas regiões do município o trabalho de monitoramento das técnicas e engenheiros da Defesa Civil continua, e alguns bairros estão recebendo atenção especial, como Dom Bosco, Eldorado, Vista Alegre, Nossa Senhora Aparecida e Linhares.

Jardim Glória

O prédio número 27 da Rua Capitão Arnaldo de Carvalho, Bairro Jardim Glória, continua interditado. Moradores das quatro casas localizadas na rua dentro, a Quintina, Keston, também estão impossibilitados de retornar, uma vez que ainda há possibilidade de nova movimentação de terra. O diretor da Defesa Civil explica que a passagem de água usada por vários imóveis da área foi recomposta para impedir que o solo fique mais úmido. Com o mesmo objetivo, o terreno atrás do prédio foi coberto com lona, depois da limpeza feita pelo Corpo de Bombeiros. A orientação, agora, é aguardar o fim do período chuvoso para que o condomínio possa providenciar o reforço de fundação.

Dom Bosco

A demolição de uma casa e a retirada do excesso de terra

permitiram a liberação do escafo que começa na Rua Vicente Begheli, no Dom Bosco, mas ainda há risco de novos desmoronamentos. Sérgio Rocha afirma que vários pontos de monitoramento estão sendo realizados e podem ser condenadas. Moradores da região continuam apreensivos. "Eu não uso o escafo durante pancadas de chuvas", afirma o auxiliar de serviços gerais Carlos Alberto de Paula, 45. "A gente não tinha muita noção do risco que estava correndo", completa sua companheira, Maria da Conceição Cassiano de Paula, 44.

Fissura

Entre os bairros Eldorado e Vista Alegre, a empresa contratada para fazer o estudo do solo ainda está em campo. A partir dos resultados deste trabalho, será definida a intervenção mais adequada na área, onde uma enorme abertura fessura com cerca de 200 metros de comprimento e mais de 10 centímetros de largura em alguns pontos.

Sérgio lembra que 95 famílias já foram removidas, e qualquer intervenção só pode acontecer depois do período de chuvas, com o terreno seco. Ele informa, ainda, que sete casas já foram condenadas e uma firma especializada foi contratada para executar o serviço. A possibilidade de desapropriação de toda a região não está descartada. Caso seja inviável a contenção da encosta, do ponto de vista técnico ou financeiro, as famílias serão transferidas e a área decretada como não edificável.

Campanha

Para dar suporte às famílias desabrigadas, a Diretoria de Política Social continua desenvolvendo campanha de solidariedade. Quem quiser ajudar pode doar leite longa vida, biscoitos e frutas descartáveis. As doações devem ser entregues na Capote - Avenida Rui Barbosa 50, Santa Teresinha, onde são mantidos 46 desabrigados, sendo 26 crianças.



Dom Bosco: risco de novos deslizamentos em escadaria precepsa, Defesa Civil e moradores

Deslizamento leva família a deixar casa

Um buraco deslizou ontem, por volta do meio-dia, derrubando um muro de contenção no final da Rua Paula Lima, no Bairro Santa Helena. O fato aconteceu devido a uma infiltração no terreno de um condomínio que fica na Rua Olímpio Reis, localizada acima da Paula Lima.

A casa número 290 foi a mais atingida pelas terras. Por orientação da Defesa Civil, Maria Aparecida Barros, 48 anos, e sua família tiveram que abandonar a residência ainda na tarde de ontem. "Os técnicos disseram que o terreno pode desabar em cima da minha casa".

Segundo os moradores da Rua Paula Lima, há um ano, foi detectada uma fenda no lote do condomínio. Com as chuvas de janeiro, as terras começaram a ceder. Há um mês, engenheiros estiveram no local e realizaram as obras de contenção. Entretanto, não foi o suficiente para evitar o deslizamento.

De acordo com a Defesa Civil, o caso vem sendo acompanhado há alguns dias. As outras casas da rua já foram visitadas e não estão em situação de risco.

De acordo com a Defesa Civil, o caso vem sendo acompanhado há alguns dias. As outras casas da rua já foram visitadas e não estão em situação de risco.



Formas Fissuras/27-02-04

Tribuna de Minas
QUINTA-FEIRA
15 de dezembro de 2005

Prejuízos com temporais

Chuvas deixam 15 desabrigados em Juiz de Fora

Famílias foram retiradas de imóveis que devem ser demolidos; bairros mais afetados foram Santa Luzia, Dom Bosco, Vila Olavo Costa e São Benedito

Quinze pessoas, 11 delas moradores do Bairro Dom Bosco e quatro da Vila Olavo Costa, estão desabrigadas devido às fortes chuvas que atingem a cidade desde o início da semana. Segundo o subsecretário de Defesa Civil, Sérgio Rocha, estas pessoas não poderão mais voltar a suas residências, já que estas apresentam risco de desabamento e serão demolidas. Todas elas foram encaminhadas à Casa Aberta da Amaz, na madrugada de ontem, e incluídas no Auxílio Social, que concede um benefício mensal para família e no Programa Ações Integradas para Cidadania, todos eles da associação.

Com relação aos desalojados, desde o início das chuvas, já são 11 pessoas. Nestes casos, a previsão é de retorno às residências se os problemas forem sanados. Durante todo o dia de ontem, a Defesa Civil registrou 14 ocorrências, a maioria relacionada a infiltrações, trincas e risco de deslizamento de barranco. Os bairros mais afetados foram Santa Luzia, Dom Bosco, Vila Olavo Costa e São Benedito. Espantada com a queda do barranco nos fundos de sua residência, no Bairro Santa Luzia, a dona de casa Andréa Davi Rosa, 29 anos, contou que a família estava dormindo, às 19h, quando ouviu um

barulho. "Percebemos que a terra estava descendo, ficamos com medo de desabar tudo e corremos para o lado de fora. Nossos três filhos foram retirados primeiro. Os objetos, a gente deixa para trás, mas os meninos são nosso único resoum." O deslizamento atingiu a parede da cozinha do imóvel, localizado na Rua Cônego José Maria Assunção 548.

Orientada pela Defesa Civil a não retornar ao imóvel, devido ao risco de desabamentos, a família passou a noite na casa de parentes. No entanto, Andréa afirma que voltará para a residência com o marido, caso não arrume outro lugar para ficar. "Vou deixar meus filhos na casa da minha irmã, mas não posso ficar lá. Não temos para onde ir, nem condições para alugar um imóvel".

Na Rua Arminda Nunes Ribeiro 720, no Dom Bosco, duas famílias, em um total de 11 pessoas, tiveram que deixar seus imóveis devido ao risco de desabamento de uma árvore sobre eles. "A terra desceu no fundo das casas, e a árvore começou a ceder", contou o vigia Cláudio Ernani Santos Bento, 34, que retornou para a residência durante a noite. "Minha mulher, meus filhos e os vizinhos estão na Casa Aberta. Resolvi ficar aqui para cuidar das nossas coisas".

Durante a manhã, equipe

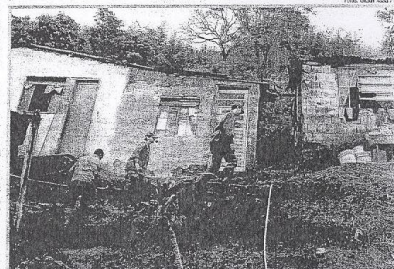
do Corpo de Bombeiros retirou a árvore. O trabalho foi concluído às 19h e envolveu quatro homens. A árvore, de porte médio, não chegou a atingir residências próximas.

O subsecretário da Defesa Civil, Sérgio Rocha, informou ainda, que equipes voltaram aos locais atingidos ao longo do dia para observar a condição dos imóveis. "Só depois de uma avaliação à luz do dia poderemos dizer se os moradores podem retornar".

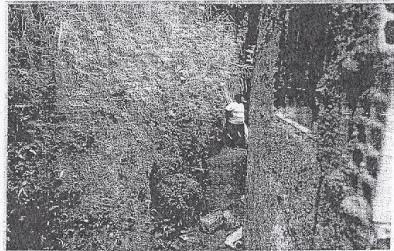
E a previsão para hoje é de céu parcialmente nublado, com possibilidade de chuva no final da tarde. Segundo informações do 8º Distrito de Meteorologia, a frente fria que estava sobre a região está se dissipando e o sol pode aparecer ao longo do dia. Os termômetros terão ligeira elevação, variando entre 16 e 26 graus.

Regionais

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) está avaliando a implantação de um depósito avançado na cidade. O objetivo é agilizar a distribuição de cestas básicas, colchões, cobertores, telhas e lona para os municípios da região. "É uma parceria com a Polícia Militar, mas ainda não definimos as cidades que terão os depósitos. Estamos fazendo estudos", informou o diretor de comunicação da Defesa Civil do Estado, capitão Edílmar Alves.



Dom Bosco: bombeiros retiraram árvore que ameaçava residência; 11 pessoas ficam desabrigadas



Santa Luzia: moradores acordam com barranco deslizando ao lado de casa; cozinha é atingida

Risco de deslizamento

Casa é demolida no Dom Bosco

Gilson Assis/27-02-08

Uma residência de dois pavimentos onde viviam duas famílias, com um total de dez pessoas - incluindo duas crianças e dois adolescentes - foi demolida, durante a manhã de ontem, no Bairro Dom Bosco, localizado na Cidade Alta. O imóvel estava erguido no topo do morro, em um prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro. Conforme informações da Defesa Civil, a área é considerada de altíssimo risco de queda e vinha sendo monitorada há cinco anos, depois que um grande deslizamento atingiu a Rua Monsenhor Gustavo Freire, situada no mesmo bairro. Desde então, 24 imóveis já haviam sido derrubados pela Prefeitura na região.

"Essa é uma área de vulnerabilidade social. É preciso que os órgãos de segurança pública fiquem atentos ao local que é favorável à instalação de postos de observação para finalidades escusas da criminalidade", destacou o subsecretário de Defesa Civil, Sérgio Rocha. "É importante evitar que outras invasões aconteçam aqui, pois a área não pode ter construções. O nível de risco de deslizamento é quatro, considerado o mais alto." No ponto, ontem, também foi derrubado um barraco que funcionava como estabelecimento comercial.

Uma outra residência, construída próxima ao trecho onde ocorreram as demoli-



ALTO RISCO: funcionários da SPU derrubaram o imóvel

ções, será avaliada por técnicos da Subsecretaria de Defesa Civil. Para evitar que outras moradias sejam erguidas na área, a Cemig acompanhou os trabalhos ontem. A empresa fez o desligamento da energia para impedir a instalação de gatos.

Atendimento

As famílias atingidas foram encaminhadas ao Programa de Atenção a Situações Emer-

genciais (Pase) do município e estão vivendo em imóveis alugados pela Amac. A locação tem custo de até R\$ 180 por mês. A informação é de que as vítimas já estão indicadas para inclusão no Programa de Regularização, Urbanização e Integração de Assentamentos Precários, da Emcasa, que prevê a construção de novos moradias no Bairro Novo Triunfo, localizado na Zona Norte do município.

ANEXO 6

LEI Nº 12.060 – de 25 de junho de 2010.

Institui Programa Especial de Auxílio-Moradia para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional.

Projeto de autoria do Executivo – Mensagem nº 3811.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Auxílio-Moradia, destinado a socorrer e assistir famílias com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, assim reconhecidas pelo Poder Executivo, mediante Portaria do Prefeito.

Art. 2º Caberá ao Executivo instituir Comissão Municipal de Auxílio-Moradia - COMAM, incumbida de:

- I - deliberar sobre o reconhecimento da situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, detalhando procedimentos para a concessão do Auxílio, observado o disposto na presente Lei;
- II - indicar solução habitacional definitiva para a família beneficiária, encaminhando os responsáveis aos órgãos competentes;
- III - orientar a família beneficiária sobre os meios para conquista de autonomia financeira, encaminhando seus membros aos órgãos competentes.

Art. 3º A COMAM será integrada pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Secretaria de Assistência Social - que presidirá a Comissão e coordenará os trabalhos;
- II - Subsecretaria de Defesa Civil;
- III - Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- IV - Secretaria de Atividades Urbanas;
- V - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- VI - Secretaria de Saúde;
- VII - Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora - EMCASA;
- VIII - Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora - AGENDA/JF.

Parágrafo único. A COMAM será constituída por Portaria do Prefeito.

Art. 4º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

- I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;
- II - renda familiar mensal média, a razão entre a soma dos rendimentos brutos auferidos anualmente pela totalidade dos membros da família e o total de meses do ano, excluindo-se desse cálculo os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda.

Art. 5º O pagamento do Auxílio a que se refere a presente Lei será efetuado pelos agentes financeiros operadores, definidos pelo Poder Executivo, diretamente às famílias beneficiadas.

Art. 6º O Auxílio a que se refere o art. 1º desta Lei poderá ser pago pelo prazo máximo de 1 (um) ano e seu valor total anual não excederá R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família, podendo ser transferido para as famílias beneficiadas em parcelas mensais, nunca inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 7º Caberá ao Prefeito expedir Decreto disciplinando os seguintes assuntos:

- I - critérios para a determinação dos beneficiários;
- II - procedimentos necessários para cadastramento das famílias a serem atendidas;
- III - valor do benefício por família, observado o disposto no art. 6º desta Lei;
- IV - valor da parcela mensal do Auxílio;

V - exigências a serem cumpridas pelos beneficiários;

VI - formas de acompanhamento e de controle social;

VII - oportunidade do atendimento; e

VIII - agentes financeiros operadores para pagamento do Auxílio, que serão, obrigatoriamente, instituições financeiras federais.

Art. 8º As despesas com o Auxílio Moradia previsto nesta Lei correrão à conta do Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei nº 8926, de 20 de setembro de 1996, para financiamento de despesas decorrentes de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão de Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Caberá à COMAM compatibilizar a quantidade de beneficiários do Auxílio Moradia às dotações orçamentárias existentes.

Art. 9º A lista dos beneficiários, indicando o fato que deu causa ao recebimento do Auxílio e o valor do Auxílio concedido deverá ser publicada por afixação na entrada da sede da Prefeitura de Juiz de Fora e divulgada por meio eletrônico, na página da Prefeitura.

Art. 10. O reajuste do valor do auxílio-moradia será estipulado por Decreto editado especificamente para esta finalidade.

Art. 11. Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente prestar informações falsas para recebimento do benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 25 de junho de 2010.

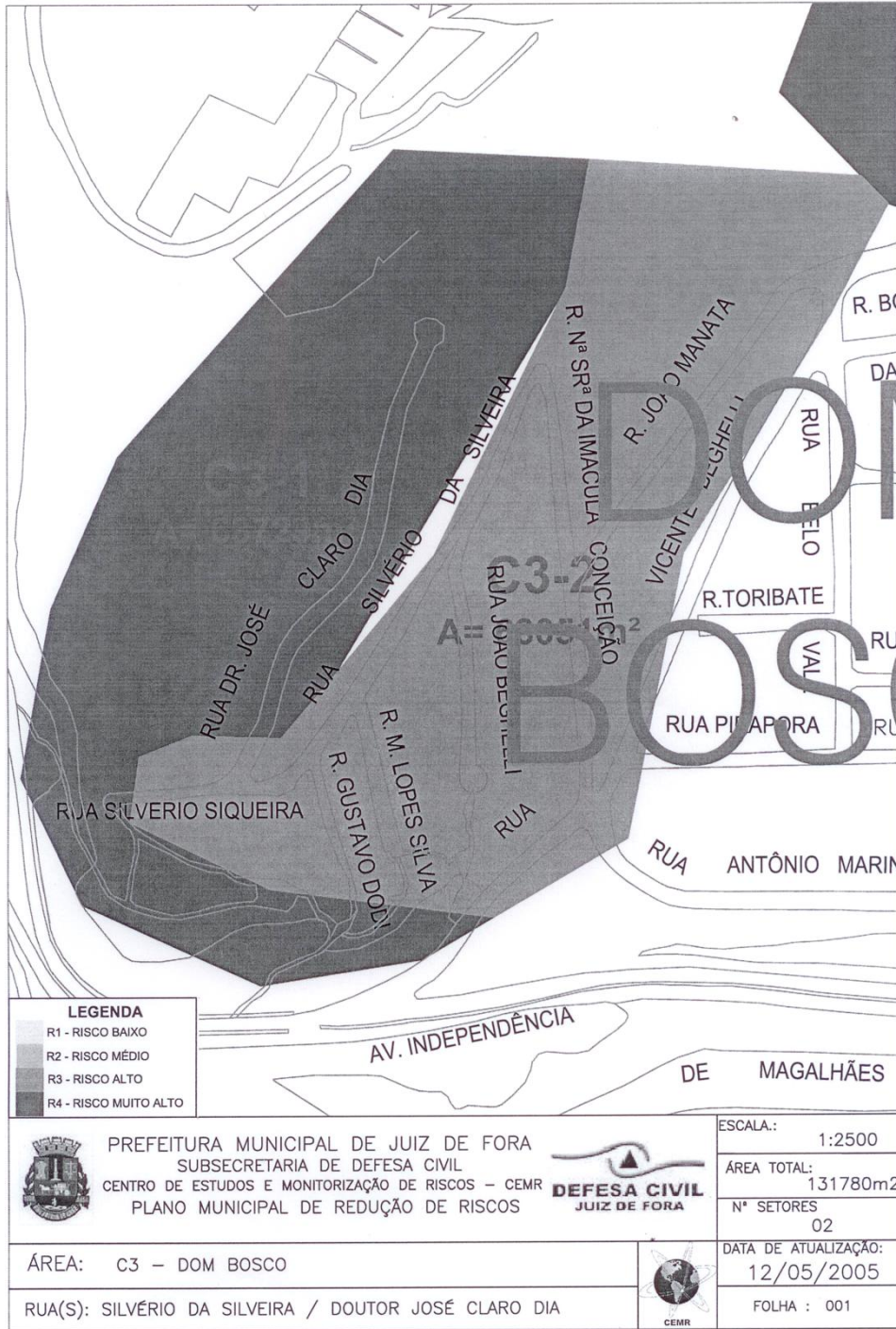
a) CUSTÓDIO MATTOS - Prefeito de Juiz de Fora.

a) VÍTOR VALVERDE - Secretário de Administração e Recursos Humanos.




Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora

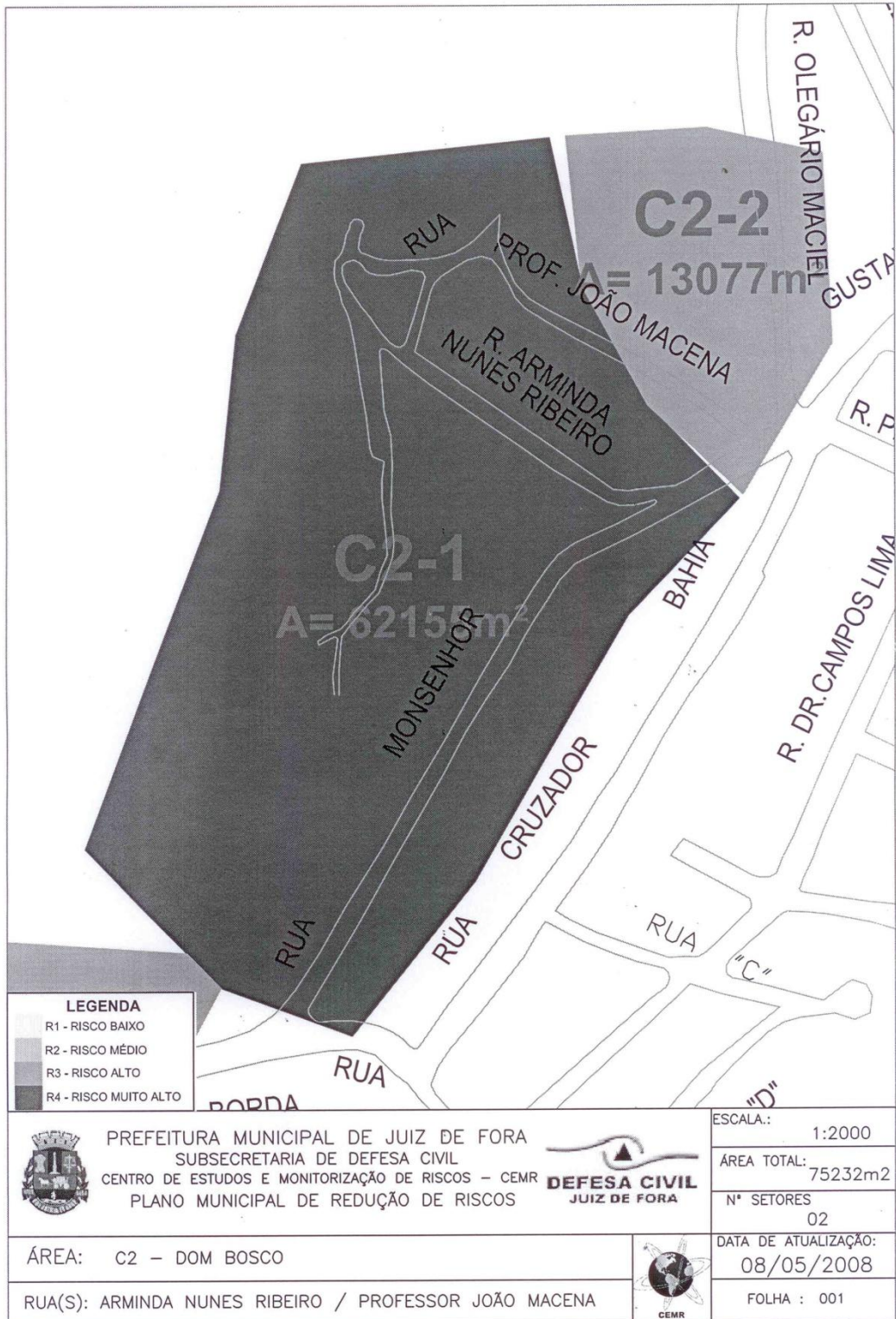
Sistema de Legislação Municipal – JFLegis - <http://jflegis.pjf.mg.gov.br>

ANEXO 7 – MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO NO BAIRRO DOM BOSCO



LEGENDA	
[Light Gray Box]	R1 - RISCO BAIXO
[Medium Gray Box]	R2 - RISCO MÉDIO
[Dark Gray Box]	R3 - RISCO ALTO
[Black Box]	R4 - RISCO MUITO ALTO

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA SUBSECRETARIA DE DEFESA CIVIL CENTRO DE ESTUDOS E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS – CEMR PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS	 DEFESA CIVIL JUIZ DE FORA	ESCALA:	1:2500
		ÁREA TOTAL:	131780m ²
ÁREA: C3 – DOM BOSCO		Nº SETORES	02
RUA(S): SILVÉRIO DA SILVEIRA / DOUTOR JOSÉ CLARO DIA		DATA DE ATUALIZAÇÃO:	12/05/2005
 CEMR		FOLHA :	001



LEGENDA	
	R1 - RISCO BAIXO
	R2 - RISCO MÉDIO
	R3 - RISCO ALTO
	R4 - RISCO MUITO ALTO

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA SUBSECRETARIA DE DEFESA CIVIL CENTRO DE ESTUDOS E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS - CEMR PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS</p>	<p>DEFESA CIVIL JUIZ DE FORA</p>	ESCALA.: 1:2000
		ÁREA TOTAL: 75232m ² N° SETORES: 02
ÁREA: C2 - DOM BOSCO	<p>CEMR</p>	DATA DE ATUALIZAÇÃO: 08/05/2008
RUA(S): ARMINDA NUNES RIBEIRO / PROFESSOR JOÃO MACENA		FOLHA : 001

ANEXO 8

LEI N. 37

Dispõe sobre denominação de Logradouros Públicos.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O atual bairro do distrito da cidade denominado "Serrinha" passa a denominar-se "DOM BOSCO".

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Paço da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 29 de maio de 1948.

- a) DILERMANDO DA COSTA CRUZ FILHO - Prefeito Municipal.
- a) PAULINO DE OLIVEIRA - Respondendo pelo expediente da Secretaria.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora

Sistema de Legislação Municipal – JFLegis - <http://jflegis.pjf.mg.gov.br>

ANEXO 9

~~Conselho~~ Central Diocesano de Juiz de Fora da Sociedade de São Vicente de Paulo

CGC 21.580.071/0001-80

ESCRITÓRIO: RUA BATISTA DE OLIVEIRA, 68 - TEL. 243-0354 - CEP 36013-300 - JUIZ DE FORA - MINAS GERAIS

Registro n.º 127, Livro «A» fls. 46/46 verso em 10-5-40 - Cartório Reg. Civil Pessoas Jurídicas de Juiz de Fora - MG

Considerado de Utilidade Pública de acordo com o Decreto Federal N.º 54.147 de 30-10-64

Considerado de Utilidade Pública Municipal de acordo com a Lei N.º 1.559 de 30-11-61.

-Declaração-

Declarações para os devidos fins e por a expressão da verdade que o Sr. Joaquim Andrelle da Rocha, por doação que lhe foi feita pela Associação de São Vicente de Paulo, por nosso intermédio devidamente autorizados, é proprietário do lote n. 26, situado no bairro Dom Bosco (Serrinha) á rua "A", loteamento Vicente Behel, digo, Beghelli e sua mulher, conforme escritura lavrada no Cartório Norberto Medeiros e registrada no cartório "Massote", sob o nº 15.306, fls. 131, livro 3-N, em 29 de novembro de 1936. ----

Juiz de Fora, 02 de dezembro de 1968.

Pela Soc. São Vicente de Paulo
 Sylvestre Soares de Oliveira, Presidente.

ANEXO 10 – POSTO DE SAÚDE “VICENTE BEGHELLI”



Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 Jul 2010.

ANEXO 11 – ESCOLA MUNICIPAL ÁLVARO BRAGA DE ARAÚJO



Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 Jul 2010.

ANEXO 12 – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

1	Nome: (Saber se pode usar o primeiro nome na pesquisa)
2	Idade:
3	Rua onde mora:
4	Cor: Branca () Parda () Afrodescendente ()
5	Descendente de escravo: Não () Sim () Qual o grau de parentesco:
6	Estudou até que série:
7	Profissão ou ocupação:
8	Renda familiar:
9	Nº de pessoas em casa:
10	Tipo de habitação: Estruturada () Não estruturada () Barraco () Pau a pique ()
11	Condição do imóvel: Alugado () Próprio () Cedido ()
12	Caso seja próprio como foi a aquisição : comprou () doação () ocupou ()
13	Qual a situação legal do lote: posse () possui escritura () uso capião () sem título () contrato informal ()
14	Em que ano chegou ao Dom Bosco:
15	Motivo que o trouxe para o bairro?
16	Antes de vir para o Dom Bosco onde morava e qual a condição do imóvel?
17	Quanto tempo levou para construir sua moradia: 1 ano () 4 anos () mais de 8 anos () inacabada () outros _____
18	Como foi a construção da moradia: mutirão () contratou pedreiro () autoconstrução () Outros () _____
19	Como foi para você conquistar o local onde mora?
20	E para permanecer no local o que representou para você?
21	As melhorias ocorridas no bairro foram realizadas sem esforço dos moradores ou precisou fazer solicitação, pressão da comunidade junto ao Poder Público?
22	O que você pensa sobre construções próximas ao bairro: como o Hospital Monte Sinai, SH Independência e agora o centro médico Monte Sinai?

23	Trouxeram melhorias ao bairro? Quais
24	Trouxeram problemas? Quais
25	O que representou para você a retirada do campo de futebol da curva do Lacet?
26	Você tem conhecimento que algumas ruas do bairro são áreas de riscos?
27	Você se sente discriminado pelos moradores das ruas de baixo? Caso sim, porque?
28	Quais os maiores problemas do bairro na época da chuva?
29	Qual seu sentimento na ocasião das chuvas?
30	Já chamou a Defesa Civil? Por que?
31	Ao ser atendido pela Defesa Civil seu problema foi resolvido?
32	Qual a necessidade habitacional do entrevistado? Déficit () Inadequação ()

ANEXO 13 – FOTO DO ANTIGO CAMPO DE FUTEBOL



Fonte: Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 28 Jul 2010.

O campo de futebol foi retirado após a construção do Shopping Independência. O terreno foi inclinado e gramado, para dificultar o uso para fins de lazer.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)